

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Pedro Tangai Ebro

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Necessidade de Informações para a Polícia Moçambicana

Informações Policiais como Suporte à Investigação Criminal

Orientado por:

Superintendente Flávio dos Santos Alves

Lisboa, 26 de Abril de 2012



Pedro Tangai Ebro
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Necessidade de Informações para a Polícia Moçambicana

Informações Policiais como Suporte à Investigação Criminal

Orientador:
Flávio dos Santos Alves
Superintendente da Polícia de Segurança Pública

Lisboa, 26 de Abril de 2012

Dedicatória

A meus pais e a todos os irmãos pelo incentivo e apoio na formação humanista que me propiciaram, à Zaida, minha namorada de todas as horas, e à minha filha Carla, pela paciência e colaboração.

À terna recordação dos meus irmãos Elias e Quitéria.

Dedico-lhes este esforço!

Agradecimentos

Este trabalho representa o *terminus* de um longo caminho percorrido durante estes cinco anos de formação e, mais do que isso, representa uma conquista pessoal conseguida com muita dedicação e empenho. Foram muitas as pessoas que contribuíram, directa ou indirectamente, na concretização deste trabalho e que me apoiaram ao longo destes cinco anos do CFOP, às quais não posso deixar de dar uma palavra de gratidão e apreço.

Agradeço ao Ministério do Interior, ao Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique pela aposta na minha formação pessoal e profissional. Agradeço, ao ISCPSP, casa-mãe, e a todas as pessoas que nele trabalham, pelas oportunidades, ensinamentos e conhecimentos que me ofereceram, e ao XXIV CFOP que me acompanhou durante estes cinco anos nos bons e maus momentos e com quem cresci tanto a nível pessoal como académico.

Ao meu orientador, Senhor Superintendente da PSP Flávio dos Santos Alves, pelo seu voto de confiança, pela simplicidade, pela imensa sabedoria e pela extraordinária paciência que revelou ao demonstrar uma disponibilidade durante toda a elaboração deste trabalho.

A Senhora Comissário Élia Chambel, pela sua especial atenção e colaboração sem reserva em todos os momentos da minha investigação.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho, pela atenção e pelo tempo despendido, nomeadamente, as Professoras Doutoras Paula do Espírito Santo e Maria Teresa Martins, pela revisão e correcção deste trabalho.

Ao Senhor Comissário Hugo Cruz e a Senhora Subcomissário Cátia Sulina dos Santos, por boa vontade demonstrada, características que lhes fazem ser pessoas mui especiais.

Aos meus amigos do coração (Joel, Catarina, Hélder, Fábio, Fernandes, Martins, Nelson de Pina, Jerónimo Pina e aos meus caros compatriotas da PRM, Matsimbe e Lobo), pelo ombro amigo, a força, o apoio, os momentos grandiosos, a alegria transmitida e a amizade.

“A graça do Senhor Jesus seja convosco”.

Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios capítulo 16, versículo 23.

Resumo

A Polícia da República de Moçambique (PRM) dispõe de uma Polícia de Investigação Criminal (PIC), com inadequada estrutura orgânica, deficiente definição dos fluxos de informação e, acima de tudo, inexistência de base de dados que permita acessos em tempo real, resposta oportuna às solicitações e produção periódica de relatórios de informação. A realidade descrita é comprovada pela análise da legislação que define a organização institucional, pelos depoimentos de oficiais que conhecem a realidade da PRM e ainda pela verificação de falta de qualificação de meios humanos e materiais. Este trabalho, além de descrever a realidade policial existente, tenta apontar propostas de resolução que (i) agilizem a troca de informação através de utilização dos canais técnicos; (ii) promovam a qualificação dos recursos humanos e (iii) apostem na utilização das novas tecnologias. A eficiente e oportuna troca de informação policial contribuirá para uma investigação criminal credível que ajudará a celeridade da realização da justiça e que contribuirá para a qualidade de vida dos cidadãos e reconhecimento do serviço policial.

Palavras-Chave: Informações Policiais; Informações criminais; Investigação Criminal.

Abstract

The Police of the Republic of Mozambique (PRM) has a Criminal Investigation Police (PIC), with an inadequate organizational structure, with a poor definition of information pathways and, above all, lack of a database to allow a real-time access, to information an immediate response to requirements and a periodic production of information reports. The described reality is confirmed by the analyses of legislation defines the institutional organization, through the testimony of officers who know the reality of the PRM and also through the lack of qualification of human and material resources. This study describes how police works and attempts to point put some resolution proposals (i) in order to facilitate the exchange of information through the use of technical channels, (ii) to promote the qualification of human resources and (iii) the use of new technologies. The efficient and timely exchange of police information will contribute to a reliable criminal investigation that will improve the realization of justice and contribute to quality of citizens' life and to the recognition of the police service.

Keywords: Police Intelligence; Criminal Intelligence; Criminal Investigation.

Lista de Siglas

AJ – Autoridade Judiciária

BIC – Brigadas de Investigação Criminal

CGPRM – Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique

CNDS – Conselho Nacional de Defesa e Segurança

CPM – Corpo de Polícia de Moçambique

CPP – Código de Processo Penal

CRM - Constituição da República de Moçambique

DEIPLA – Departamento de Estudos, Informação e Plano

DGS – Direcção Geral de Segurança

DIC – Direcção de Investigação Criminal

DIPRM – Direcção de Informação da Polícia da República de Moçambique

DNIC – Direcção Nacional de Investigação Criminal

DOSP – Direcção de Ordem e Segurança Pública

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique

INTERPOL – Polícia Internacional

IPAJ – Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica

LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal

MINT – Ministério do Interior

MP – Ministério Público

OPC – Órgão de Polícia Criminal

PGR - Procuradoria-Geral da República

PIC – Polícia de Investigação Criminal

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PIDE/DGS - Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção Geral de Segurança

PJ – Polícia Judiciária

PPM – Polícia Popular de Moçambique

PRM – Polícia da República de Moçambique

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE - Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado

SCCI - Serviços de Centralização e Coordenação de Informações

SIM - Serviço de Informações Militares

SIPRM – Sistema de Informação da Polícia da República de Moçambique

SISE – Serviços de Informações e Segurança do Estado

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

VIH/SIDA – Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Índice Geral

Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Lista de Siglas	VI
Índice Geral	VIII
Índice de Anexos	X
Introdução.....	1
Objecto de estudo e Objectivos	2
Problemática da Investigação e Hipóteses	3
Metodologia.....	4
Capítulo 1 – A Contextualização Histórica de Informações na PRM	5
1.1. Contextualização histórica da PRM	5
1.1.1. Natureza da PRM.....	7
1.1.2. Organização e Missão da PRM	7
1.2. As Informações na PRM.....	9
1.3. Conceito de Informações Policiais	14
1.3.1. Informações Policiais	14
1.3.2. Informações Criminais	18
1.4. As Informações na Investigação Criminal.....	20
1.5. Sistema e Níveis de Informação da PRM.....	23
1.5.1. Sistema de Informações da PRM (SIPRM).....	23
1.5.2. Níveis de Informações da PRM.....	27

Capítulo 2 - A Investigação Criminal na PRM	29
2.1. Enquadramento normativo da Investigação Criminal	29
2.2. Estrutura Orgânica da Investigação Criminal	31
2.3. Recolha de Informações e a Investigação Criminal	32
2.4. Polícia da República de Moçambique como Polícia Integral	35
2.5. A PRM como Órgão de Polícia Criminal (OPC)	36
2.6. Níveis de Investigação Criminal da PRM	41
Capítulo 3 – A Problemática da Investigação Criminal da PRM	44
3.1. A Eficácia da Investigação Criminal em Moçambique	44
3.2. Limites da actuação policial na Investigação Criminal	48
3.3. Os órgãos que colaboram com a Polícia de Investigação Criminal	50
3.4. Factores que influenciam negativamente a Investigação Criminal	52
3.5. A necessidade de Plataforma digital de Informação na PRM	57
Conclusão	60
Bibliografia	63

Índice de Anexos

Anexo 1 – Credencial.....	69
Anexo 2 - Entrevista a Adrissa Mussa Élias Napovo	70
Anexo 3 – Entrevista a Carlos Francisco Comé	74
Anexo 4 – Entrevista a Hugo Telmo Farias	78
Anexo 5 – Entrevista a José Lino Santana	84
Anexo 6 – Organograma do MINT.....	89
Anexo 7 – Organograma do Comando-Geral da PRM.....	90
Anexo 8 – Organograma do Comando Provincial da PRM	91
Anexo 9 – Organograma do Comando Distrital e de Esquadra da PRM.....	92
Anexo 10 – Organograma do Posto Policial da PRM.....	93
Anexo 11 – Tabela do Efectivo Existente e Necessário na PIC.....	94
Anexo 12 – Fotografia	95
Anexo 13 – Jornais.....	96

Introdução

No âmbito da dissertação final do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, pretende-se levar a cabo um estudo sobre “A Necessidade de Informações para a Polícia moçambicana – Informações Policiais como Suporte à Investigação Criminal”, concretamente a Polícia de Investigação Criminal, cuja tarefa é basicamente garantir a prevenção e repressão da criminalidade, ou seja, garantir uma investigação eficaz e objectiva dos crimes. Presentemente, tendo em conta a acelerada evolução da criminalidade e a maior mobilidade dos criminosos, exige-se uma resposta rápida, criativa e ágil de forma a tentar antever os seus movimentos e o *modus operandi* o que só se consegue com um sistema de informações funcional, organizado e muito bem estruturado.

Pretendemos no presente trabalho fazer uma análise do funcionamento do sistema de informações policiais da PRM, de modo a caracterizar os procedimentos relativos ao fluxo de informações entre as suas unidades e subunidades, uma vez que, na nossa convicção, carecem de ser revistos de forma a haver uma cultura de troca de informações necessária e adequada para uma abordagem mais proactiva e eficaz na orientação dos recursos policiais ao seu dispor. A escolha de Moçambique para o nosso estudo é pelo facto de conhecermos melhor a realidade e termos a noção das dificuldades que a nossa polícia enfrenta para o desempenho das suas funções no quotidiano.

A missão da Polícia da República de Moçambique (PRM) é multifacetada e resulta das funções atribuídas pela *Constituição da República*¹ e pela Lei². Porém, a PRM integra na sua missão, competências de polícia de ordem, segurança públicas e de polícia criminal. As competências de ordem e segurança públicas são asseguradas pelos comandos provinciais através das subunidades. Neste contexto, importa salientar o facto das competências da polícia criminal pertencerem a uma força que está integrada no Comando-Geral, trata-se da Polícia de Investigação Criminal que desenvolve acções de investigação, que visam prevenir e reprimir a criminalidade. Para o nosso estudo, esta força é de grande importância, pois é ela que tem a difícil tarefa de investigar a existência de um crime, determinar os seus autores e a sua responsabilidade. Por esta

¹ De acordo com o n.º 1 do artigo 254º da CRM.

² Cfr. o n.º 1 do artigo 2º da lei 19/92 de 31 de Dezembro, que cria a PRM.

razão, precisa de ser alimentada de informações de modo a prosseguir a sua tarefa fundamental de prevenir e reprimir a criminalidade.

O presente trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo é tratada a matéria referente a contextualização histórica sobre a evolução do Sistema de Polícia em Moçambique, no período colonial, pós-independência e da situação actual das informações da PRM. No segundo capítulo, discorremos sobre a investigação criminal na polícia moçambicana. A inclusão deste capítulo tem como finalidade fazer como que este trabalho não se afaste totalmente do carácter científico-policial que também o deve caracterizar. No terceiro capítulo, daremos a conhecer a problemática da investigação criminal em Moçambique, com especial realce aos factores que influenciam negativamente a investigação criminal. Na conclusão são formuladas considerações finais sobre o trabalho em estudo, tendo em conta os objectivos previamente definidos e a confirmação ou refutação, das hipóteses inicialmente levantadas, incluindo ainda recomendações que consideramos prementes.

Objecto de estudo e Objectivos

Relativamente ao exposto, definimos como objecto de estudo informações policiais como instrumento da investigação criminal, mais concretamente na PIC em Moçambique, cuja tarefa primordial é garantir uma investigação eficaz e objectiva dos crimes. Com estes desígnios, pretendemos incrementar, qualificar e disponibilizar a informação policial através de:

- a. Adequação da estrutura orgânica da investigação criminal;
- b. Melhorar o sistema de informações policiais; e
- c. Criar bases de dados de informação policial, acessível às unidades policiais.

Alcançando estes objectivos, esperamos uma polícia mais funcional, dotada de maior capacidade humana e técnica.

Problemática da Investigação e Hipóteses

A problemática da criminalidade em Moçambique é um assunto que levanta várias discussões nos meios políticos e na sociedade civil em geral, não só pelos elevados índices de criminalidade, mas também pela forma de actuação policial e pela capacidade de partilha de informações³ entre as unidades e subunidades. A entidade que tutela a PRM tem-se empenhado para a melhoria de qualidade de serviço prestado ao cidadão e face as exigências do dia-a-dia não se consegue satisfazer com eficácia a maioria das necessidades. Para Luísa Baptista “as hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigações e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade”, (Baptista, 1995:117). Tendo em conta o que acabamos de referir e, para alcançar os objectivos do nosso trabalho, levantamos as seguintes hipóteses:

- I. Na Polícia da República de Moçambique o fluxo de informações para a actividade policial é muito demorado.
- II. Os métodos tradicionais de pesquisa de notícias e na análise para uma investigação criminal objectiva e eficaz na PRM revelam-se insuficientes, exigem investimentos em capital humano e tecnologias.

Desta forma, pretendemos responder as questões seguintes:

1. Qual é o actual estágio das informações policiais em Moçambique?
2. O que deve ser feito para melhorar o sector de investigação criminal em Moçambique?
3. Os meios humanos e materiais existentes na PIC estão à altura de dar resposta, em tempo oportuno as solicitações dos cidadãos?
4. Que medidas estratégicas foram tomadas para o êxito da investigação criminal em Moçambique?

³ A expressão partilha de informação tem que ser entendida como troca ou permuta de dados e de informações, para uso comum, do sistema de informação.

Metodologia

Quanto à metodologia de investigação, recorreremos à pesquisa e análise de estudo exploratório sobre a investigação criminal em Moçambique. Em função da temática a desenvolver este trabalho será focalizada na realização de pesquisa e análise bibliográfica e legislativa específica, fundamental para o enquadramento do tema e questões atinentes. A revisão bibliográfica será feita não apenas com base na doutrina Moçambicana, mas também, a partir da doutrina Portuguesa, tendo em consideração que são escassas as obras moçambicanas que abordam especificamente o tema do presente estudo. Para a concretização deste trabalho, a abordagem de análise será baseada no Plano Estratégico da PRM 2003-2012 e no Plano Estratégico do Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior.

Para verificarmos as nossas hipóteses, realizámos também, algumas entrevistas a dois Oficiais superiores da PRM e um jurista do Ministério do Interior (MINT), nomeadamente ao Director de Informação do MINT, ao Director de Investigação Criminal no Comando Provincial de Manica e ao docente e Assessor do Reitor da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), e a um Oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR), que esteve a assessorar o projecto de apoio ao desenvolvimento institucional do MINT, de forma a estabelecer um sistema nacional de informação criminal. Neste contexto, para que possamos compreender o alcance e a necessidade do nosso trabalho, faremos uma breve contextualização histórica da PRM.

Capítulo 1 – A Contextualização Histórica de Informações na PRM

“Nada há encoberto que não venha a descobrir-se nem oculto que não venha a conhecer-se”. Jesus Cristo, Evangelho Segundo São Lucas 12:2.

(Clemente, 2007:381).

1.1. Contextualização histórica da PRM

Nas sociedades modernas, a questão da segurança assume cada vez mais relevância e a necessidade de uma força pública é crucial. A polícia moçambicana nasceu de um longo processo de transformação, acompanhando o percurso histórico e político do país. A evolução histórica da polícia moçambicana confunde-se com a história da polícia portuguesa, tendo em conta laços históricos já conhecidos.

No período colonial, na vigência da *Constituição da República Portuguesa*⁴ (CRP), a Administração Pública em geral e, em particular o sistema policial tinha como missão defender as instituições coloniais portuguesas e bem ainda garantir a segurança de pessoas e bens e a prevenção criminal⁵. Dai ser um sistema policial predominantemente urbanizado, concentrado nas chamadas zonas de povoamento. No prosseguimento da tarefa de transferência de poderes⁶ a todos os níveis e a preparação da proclamação da independência de Moçambique⁷, foi criado, pelo Decreto-lei n.º 54/75, de 17 de Maio, o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM), tendo como missão assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas, a prevenção e repressão da criminalidade, a protecção e defesa dos cidadãos e dos seus bens e a defesa dos interesses do Estado e do povo moçambicano⁸. Foi de facto este corpo que veio a assegurar a ordem e segurança, por ocasião da independência nacional de Moçambique.

⁴ Trata-se da *Constituição* de 1933 a 1974, a qual vigorou até a Revolução de 25 de Abril de 1974.

⁵ De acordo com António Pelembe “no período colonial, havia duas espécies de polícia em Moçambique: por um lado a PSP, iminentemente repressiva, virada para a defesa dos interesses da administração colonial e do cidadão branco e/ou negro assimilado e que actuava essencialmente nas zonas urbanas. Por outro lado os cipaiois constituídos por moçambicanos nativos (negros) que eram o prolongamento da polícia oficial, que actuava nas chamadas zonas de integração e de protecção do nativo, cuja missão era predominantemente repressiva, na medida em que agia em função da ocorrência de factos criminais, mormente os de carácter público e cobrança de impostos. É esta força que interagiu com as comunidades e que servia de elo de ligação entre o poder tradicional do regulado e administração estatal na medida em que eram estes cipaiois que transmitiam às populações as orientações do régulo e das que este recebia da administração estatal” (Pelembe, 2006:35).

⁶ Trata-se da transferência progressiva dos poderes do Estado Português para a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique.

⁷ A Independência de Moçambique foi proclamada a 25 de Junho de 1975.

⁸ Cfr. o artigo 2º do Decreto-lei n.º 54/75, de 17 de Maio.

Antes da criação da nova polícia, a cláusula 3 dos Acordos de Lusaka⁹ consagrava uma Comissão Mista Militar, que integrava também os combatentes provindos das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) e é neste contexto que a nível da Comissão Mista Militar, alguns militares foram destacados para que, em conjunto com os agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP), organizassem actividades de patrulhamento e manutenção da ordem em todo o território nacional.

Quando foi criado o CPM existiam outras forças policiais, nomeadamente a Polícia Judiciária, a Polícia dos Caminhos de Ferro de Moçambique e a Polícia da Guarda Fiscal. Após a independência, as designações foram alteradas, por exemplo: a Polícia Judiciária passou a designar-se Polícia de Investigação Criminal (PIC), a Guarda-Fiscal passou a Polícia Aduaneira (PA), a Polícia dos Caminhos de Ferro designou-se Polícia dos Transportes e Comunicações (PTC). No entanto, estávamos num processo em que coexistiam várias polícias, todas elas dependentes do MINT. Durante este período, foi criado o Comando das Forças Policiais que integrava o CPM, a PIC, a PA, e a PTC. Mais tarde a Polícia Aduaneira juntou-se aos serviços de Migração, os quais passaram para o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP). Ficaram, assim, apenas os três ramos da Polícia: a Direcção de Ordem e Segurança Pública, a Direcção de Investigação Criminal e as Forças Especiais e de Reserva.

No âmbito do levantamento militar de 1975 e devido às fraquezas próprias de uma polícia não preparada para o restabelecimento da ordem, houve necessidade de se criar uma unidade especial, para conter certas situações, cuja característica na manutenção da ordem ultrapassasse o empenhamento dos meios considerados normais. É neste contexto que foi criada a Unidade das Companhias, integrando a Companhia Móvel de Polícia e a Polícia Montada. Naturalmente, era necessário desencadear-se o processo de reestruturação da polícia moçambicana e este processo teve início em 1976, prolongando-se até 1979, ano em que, por força da Lei n.º 5/79, de 26 de Maio, e como consequência imediata da revisão da *Constituição da República Popular de Moçambique*, operada pela Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto, se criou a Polícia Popular de Moçambique (PPM) “como órgão do poder unitário do Estado, ao serviço da Aliança Operária e Camponesa”.

⁹ A 7 de Setembro de 1974, a FRELIMO e o Governo Português assinaram os Acordos de Lusaka, pondo termo a uma guerra sangrenta que opunha o regime colonial português e o povo moçambicano. Nos termos dos acordos foi constituído um Governo de transição, formado por ministros indicados por ambas as partes.

Esta Lei trouxe para a polícia moçambicana mais atribuições, como as de “garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas, o respeito pela *Constituição*, a prevenção e vigilância das conquistas revolucionárias, da paz e da revolução, investigar e reprimir as violações da lei e ordenar a prisão dos autores de crime”. A PPM resultou do desígnio de incorporação das várias forças policiais até então existentes. Segundo José Santana, durante o período do conflito armado, “a polícia moçambicana foi chamada para lutar lado a lado com o exército, primeiro na luta de libertação do Zimbabwe e depois na guerra civil que durou cerca de dezasseis anos. A polícia tinha assim que conciliar os seus esforços na manutenção da ordem e a sua participação nas acções de combate, dependendo da sua localização e das circunstâncias operativas da defesa nacional e de ordem pública” (Santana, 2010:27).

1.1.1. Natureza da PRM

A necessidade de adequar a realização da segurança interna à *Constituição da República de Moçambique* (CRM), adoptada em 1990, determinou a criação da PRM, através da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro. No seu artigo 1.º estabelece que a PRM é um organismo público de natureza paramilitar¹⁰ e integrada no MINT. A PRM é uma instituição do Estado que visa “garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas, o respeito pelo Estado de Direito e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”¹¹. Especificamente, desempenha, dentre outras, a função de prevenir e reprimir a criminalidade. A PRM é uma instituição complexa que engloba as áreas de protecção dos cidadãos e dos seus bens, da fronteira estatal, de investigação criminal, de fiscalização e gestão rodoviária e as Forças Especiais.

1.1.2. Organização e Missão da PRM

A segurança pública é uma das tarefas principais da Administração Pública, sendo cumprida através da PRM, órgão integrante do MINT. A PRM está representada em todo território nacional de acordo com a divisão administrativa do país. Para uma eficiente e eficaz operacionalidade, a PRM desenvolve os serviços de segurança pública

¹⁰ Cfr. o n.º 1 do artigo 1º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

¹¹ Cfr. o n.º 1 do artigo 254º da CRM e n.º 1 do artigo 2º da lei 19/92 de 31 de Dezembro, que cria a PRM.

em todo território nacional através de comandos, esquadras e postos policiais, estendendo as suas funções à protecção marítima.

O Comando-Geral da PRM compreende, como órgãos, a Direcção de Ordem e Segurança Pública (DOSP), a Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), o Comando das Forças Especiais e de Reserva, a Direcção de Pessoal e Formação, a Direcção de Logística e Finanças e os Departamentos que se subordinam directamente ao Comandante-Geral, nomeadamente: o Departamento de Estudos, Informação e Plano (DEIPLA), o Departamento de Informação Interna (DII) e de Relações Públicas, para além dos Estabelecimentos de Ensino¹². Destas direcções, especial realce se dá àquelas que realizam as missões operacionais: a DOSP, a DNIC e o Comando das Forças Especiais e de Reserva. A PRM integra, na sua missão, competências de polícia de ordem, segurança pública e investigação criminal. De acordo com Fernanda Marques, “as funções da polícia de prevenção e repressão determinam a separação da polícia administrativa da Polícia Judiciária” (Marques, 2003:125).

Em Moçambique, as funções da polícia judiciária e da polícia administrativa estão agrupadas numa só polícia, a PRM. A passagem da PIC para a Procuradoria-Geral da República é um assunto que tem sido discutido, sem uma decisão definitiva. As competências de ordem e segurança públicas são realizadas pelos comandos provinciais através das subunidades. Para a realização destas funções, a polícia moçambicana dispõe em todo o território nacional de 65 esquadras localizadas em zonas urbanas das cidades e vilas, 307 postos policiais, situados maioritariamente nas zonas rurais e na periferia das cidades, 128 comandos distritais e 11 comandos provinciais. Porém, no artigo 2.º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, constam as missões gerais e missões específicas que são as seguintes:

1. Missões Gerais¹³:

- ✓ Assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- ✓ Proteger a propriedade;
- ✓ Adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos;

¹² A formação técnico-policial realiza-se em estabelecimentos de ensino policial, ou seja, a formação de guardas e sargentos realiza-se na Escola Prática da Polícia em Matalane e a formação dos oficiais realiza-se na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) em Michafutene.

¹³ Cfr. o n.º 2 do artigo 2º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

- ✓ Garantir o funcionamento normal das instituições, regular o exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos;
- ✓ Garantir a protecção, a ordem e a segurança das instituições públicas e dos objectos económicos e sociais.

2. Missões específicas¹⁴:

- ✓ Garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- ✓ Prevenir e reprimir a criminalidade;
- ✓ Promover as medidas de polícia;
- ✓ Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos centrais do Estado;
- ✓ Garantir a segurança pessoal de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- ✓ Organizar, fiscalizar e controlar o trânsito de veículos e pessoas nas vias públicas;
- ✓ Organizar o cadastro e proceder a fiscalização de armas, munições e explosivos, com excepção das que estiverem afectas às Forças Armadas de Defesa de Moçambique; e
- ✓ Exercer as demais competências fixadas na lei, ou em regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança e do Ministro do Interior.

1.2. As Informações na PRM

Esta parte que ora se inicia visa estudar a realidade da PRM no campo concreto das informações. As informações na PRM nasceram de um longo processo de transformação, acompanhando o percurso histórico e político do país. As informações em Moçambique tiveram o seu início no antigo sistema colonial português que à data¹⁵ governava o país. No entanto, antes da revolução de 25 de Abril de 1974 e a consequente independência das províncias ultramarinas, das quais Moçambique fazia parte, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado¹⁶ (PIDE), antes denominada de Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), era responsável pela defesa do

¹⁴ Cfr. o n.º 2 do artigo 2º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

¹⁵ Estamos a referir-nos concretamente a partir do ano de 1961, momento em que se tem conhecimento de processos de produção de informações na antiga colónia portuguesa.

¹⁶ A PIDE era uma Polícia Política, formalmente inserida no poder administrativo.

Estado contra as actividades das organizações clandestinas, pelas informações e contra-espionagem, pelo combate ao terrorismo e pela investigação de crimes contra a segurança do Estado, entre outras.

A PIDE era um organismo autónomo da Polícia Judiciária, dependente do MINT, com vista à prevenção e repressão dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado¹⁷. Em 24 de Setembro de 1969, com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano na presidência do Conselho de Ministros, dá-se a extinção da PIDE e a criação da Direcção Geral de Segurança¹⁸ (DGS). O 25 de Abril de 1974 estabeleceu um marco decisivo no percurso histórico das informações em Portugal e nas respectivas províncias ultramarinas. A partir do dia 26 de Abril, a DGS veio a ser extinta na Metrópole e foi criado um novo Serviço de Informações Militares, em Angola, Guiné e Moçambique. Deste modo, foi em Junho de 1961 que o então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, criou nas Províncias Ultramarinas os respectivos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), os quais visavam suprir as graves deficiências no âmbito da actividade de informações.

No decurso do processo de extinção dos SCCI, em sua substituição foi criado pelo Decreto-lei n.º 21/75, de 11 de Outubro, o Serviço Nacional de Segurança Popular¹⁹ (SNASP), hoje Serviço de Informação e Segurança do Estado²⁰ (SISE), criado pela Lei n.º 20/91, de 23 de Agosto. Trata-se de um organismo incumbido da “recolha, pesquisa, produção, análise e avaliação de informações úteis à segurança do Estado, à prevenção de actos que atentem contra a *Constituição*, contra o funcionamento dos órgãos do poder do Estado e ao combate das actividades de espionagem, sabotagem e terrorismo”²¹. A actividade do serviço de informações é controlada e limitada de modo a que esta não colida com os Direitos Fundamentais constitucionalmente consignados, “as actividades de pesquisa, processamento e difusão de informações observam o disposto na *Constituição* e na lei, nomeadamente no que respeita às garantias dos direitos e liberdades dos cidadãos”²².

¹⁷ Cfr. Artigo 1.º, do Decreto n.º 35.046, de 22 de Outubro de 1945, que aprova a instituição da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

¹⁸ Cfr. o Decreto-lei n.º 49401, de 19 de Novembro de 1969.

¹⁹ Criado pelo Decreto-lei n.º 21/75, de 11 de Outubro, o SNASP, polícia política, foi um serviço paramilitar e de inteligência do Governo de Moçambique, desde a Independência, em 1975, até 1991, quando foi substituído pelo SISE.

²⁰ Cfr. o artigo 15 da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança.

²¹ *Idem*.

²² Cfr. Artigo 16.º da mesma Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança.

Com efeito, a PIDE/DGS era um serviço que concentrava toda a actividade de recolha de informações e acumulava com acções de Polícia de Investigação Criminal. Em Moçambique, o regime democrático optou claramente por não concentrar a produção de informações num único serviço, preferindo um “modelo dualista”: o SISE, orientado para a segurança interna e cuja acção decorre, em regime de exclusividade, no território nacional e o Serviço de Informações Militares (SIM), virado para a segurança externa e projectando a sua acção para fora do território, sujeito aos poderes soberanos do Estado moçambicano. Esta dualidade de organismos é revelada pela circunstância de ambos dependerem directamente do Presidente da República, através de diferentes entidades: o SISE, através do respectivo Director-Geral; o SIM através do Ministro da Defesa de Moçambique. As informações militares não devem ser desempenhadas por Serviços autónomos, mas sim, desenvolver-se no âmbito do quadro da organização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Será no âmbito da sua organização interna que se deverão prever, naturalmente, unidades orgânicas ou subunidades, com tais propósitos.

No âmbito da reorganização operada com a assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de Setembro de 1974, e no prosseguimento da tarefa de transferência de poderes a todos os níveis com vista à preparação da independência de Moçambique, a Polícia de Segurança Pública (PSP) em Moçambique, foi extinta. Criou-se, em sua substituição, o Corpo da Polícia de Moçambique (CPM), por força do Decreto-lei 54/75, de 17 de Maio, cumprindo-se a cláusula 11 dos Acordos de Lusaka²³. O CPM, cujo objectivo consistiu em garantir a independência nacional, a segurança do Estado e dos cidadãos, representou a ruptura de um sistema policial em que a ordem pública estava orientada na perspectiva e visão do sistema político colonial, dirigido unicamente para a protecção dos interesses colonialistas.

Não obstante a inexistência de um serviço de informações para as áreas da segurança pública e investigação criminal, desde cedo emergiu uma polícia cuja propensão para o domínio das informações, era elevada. Em Novembro de 1975, o Primeiro Comandante-Geral do CPM, o Tenente-General Osvaldo Tazama, combatente e dirigente da luta de libertação nacional, com o envolvimento directo do então Ministro do Interior, hoje Presidente da República, Sua Excelência Armando Emílio Guebuza,

²³ Cfr. A cláusula 11 dos acordos de Lusaka “O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição”.

decidiu que fosse criada a 2ª Repartição de Informações, a qual deu origem à Subsecção Nacional de Informações, embora funcionasse com severas dificuldades aliadas a falta de meios humanos e materiais. Ainda hoje, os recursos humanos, materiais e financeiros não estão ajustados às necessidades, aos diferentes níveis, o que tem determinado uma prestação de serviços abaixo dos níveis desejáveis, nas diferentes áreas funcionais e de apoio da polícia moçambicana.

Então, o CPM não possuía elementos vocacionados e treinados para actuar exclusivamente na área de informações; no entanto, devido à abrangência da sua actuação e conhecimento do ambiente criminal e social, obtinha muitas informações através dos elementos que actuavam à civil na área do combate ao crime integrados nas antigas Secções de Inquérito. Nesta altura, o CPM²⁴, sob a coordenação das autoridades militares, era a única instituição que realizava algum trabalho de recolha e tratamento de informações de natureza civil, embora com as condicionantes conhecidas, resultantes do estigma da PIDE/DGS.

Com as alterações introduzidas em 1979, por força da Lei n.º 5/79, de 26 de Maio, e como consequência imediata da revisão da *Constituição da República Popular de Moçambique*, operada pela Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto, que criou o PPM, reorganizou-se a estrutura das informações, passando a 2ª Repartição a ter a designação de Subsecção de Informações Policiais. A PRM integra o Conselho Nacional de Defesa e Segurança²⁵ (CNDS), representado pelo Ministro do Interior e pelo Comandante-Geral da PRM²⁶. No âmbito da Política de Defesa Nacional, a PRM integra também o Comando Operacional do Comando Conjunto Central, que é um órgão executivo de acção operativa institucional das Forças de Defesa e Segurança, para analisar, avaliar e delinear estratégias, com vista a fazer face a diversas situações emergentes na garantia da segurança nacional²⁷.

Dadas as competências da PRM em matéria de segurança interna²⁸, é absolutamente vital que este seja dotado de um serviço de informações eficaz e eficiente, cingido ao domínio das suas missões de manutenção da ordem e tranquilidade

²⁴ Cfr. o n.º 6 do artigo 3º, do Decreto-lei n.º 54/75, de 17 de Maio. A missão do CPM incidia especialmente sobre “O desempenho de actividades de informação e contra-informação destinadas a assegurar a integridade do país”.

²⁵ De acordo com o artigo 1.º da Lei n.º 8/96, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança é um órgão consultivo do Presidente República na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, para assuntos relativos à soberania nacional, integridade territorial, defesa do poder democraticamente instituído e a segurança da nação moçambicana.

²⁶ Cfr. o artigo 2.º da Lei n.º 8/96, de 6 de Julho.

²⁷ Cfr. o artigo 6.º do Despacho Presidencial n.º 45/2004, de 2 de Fevereiro.

²⁸ Cfr. o artigo 8º da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança de Moçambique; atribui a PRM a responsabilidade de segurança interna.

pública e de prevenção, reacção e investigação criminal. Devido à sua presença junto das comunidades locais, em todo território nacional, a PRM, desde sempre, produziu grande número de informações de qualidade, embora nem sempre de forma sistematizada e estruturada. Só a partir de 2001, por força do diploma ministerial n.º 68/2001, de 2 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do MINT, é criada a Direcção de Informações da Polícia da República de Moçambique (DIPRM), integrada no MINT²⁹. Como legalmente estipulado, a DIPRM é uma direcção de natureza administrativa com atribuições exclusivas ou predominantemente policiais, cuja finalidade deve ser, única e exclusivamente, o tratamento de informação³⁰, decorrente das missões e competências da PRM.

É de realçar que a DIPRM é autónoma, embora esta não tenha uma estrutura orgânica definida e, ainda haja Direcções de Informação a nível dos comandos provinciais. Partilhamos da opinião de Napovo, quando afirma que “a celeridade na troca de informações entre as unidades e subunidades é deveras deficitária, devido aos meios técnicos que são alocados para o efeito”³¹. Consideramos que a DIPRM se revela uma estrutura fulcral no sentido de garantir a optimização dos fluxos de troca de informação policial e criminal entre as unidades e subunidades da PRM.

Neste contexto, nos termos do artigo 8º do referido diploma ministerial n.º 68/2001, a DIPRM, enquanto órgão director das actividades de informações, tem por incumbência as atribuições seguintes: (i) recolher, compilar, sistematizar e analisar a circulação de informações de natureza estratégica e de interesse policial ou com elas relacionadas; (ii) produzir e fazer circular informações relativas à avaliação da segurança interna pelos diversos órgãos do Estado; e (iii) assegurar a coordenação com os outros órgãos de informação em matéria de informação do Estado.

A PRM é uma instituição do Estado que visa “contribuir para a paz, estabilidade e desenvolvimento do país, garantindo a ordem e segurança públicas, fundando-se no livre exercício dos direitos dos cidadãos, através de uma permanente modernização, uso intensivo de meios tecnológicos, inserção na comunidade e incremento da cooperação na prevenção e combate ao crime”³². Especificamente, desempenha dentre outras

²⁹ Cfr. o artigo 2º do Diploma Ministerial n.º 68/2001, de 2 de Maio.

³⁰ Visa o tratamento de informação que engloba a análise e a coordenação de informações policiais a nível da PRM e a gestão de matérias classificadas.

³¹ Vide, o anexo 2, entrevista ao Superintendente Principal Adrissa Napovo, Director de Investigação Criminal no Comando Provincial de Manica, pergunta 17.

³² In Plano Estratégico da PRM, volume I, pág. 3.

missões, a função de prevenir e reprimir a criminalidade³³. A par deste carácter preventivo, há também o carácter repressivo. Ambos fazem parte da actuação policial e ambos são condicionados pelas informações disponíveis em cada momento acerca de um determinado assunto.

Como referimos anteriormente, a PRM está representada em todo território nacional de acordo com a divisão administrativa do país. Para uma eficiente e eficaz operacionalidade, a PRM desenvolve os serviços de segurança pública em todo território nacional através de comandos, esquadras e postos policiais. A ideia de criar departamentos de informações policiais, em todo território nacional prevalece, esperando-se que a breve trecho se consigam recursos para a sua concretização.

Em Moçambique, a defesa da soberania nacional, da integridade territorial, a segurança dos cidadãos e seus bens e a garantia do funcionamento normal das instituições, é assegurada pelos Ministérios da Defesa Nacional, através das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), pelo MINT, através da PRM, pelo SISE e outros intervenientes. As acções das forças de defesa e segurança são coordenadas pelo Comando Conjunto, que tem como Comandante-Chefe, o Presidente da República. Sendo a PRM um órgão do sistema de justiça, pretende-se que o relacionamento com os outros órgãos da administração de justiça³⁴ seja de coordenação e complementaridade, uma vez que a PRM coordena com outros órgãos da administração da legalidade e justiça, não só na tramitação processual através da Direcção de Investigação Criminal, mas também com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação³⁵.

1.3. Conceito de Informações Policiais

1.3.1. Informações Policiais

Nos países anglo-saxónicos, as informações denominam-se por “intelligence” enquanto nos países lusófonos, é comum designar-se por “Informações”. A expressão “informações” é a tradução comum da expressão inglesa “intelligence”, significando

³³ Cfr. o n.º 3 do artigo 2º, da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

³⁴ Em Moçambique, os órgãos de administração da Justiça são: Procuradoria-Geral da República, o Tribunal Supremo, o Tribunal Administrativo, o Conselho Constitucional, o Provedor de Justiça e os Ministérios da Justiça, do Interior e os Tribunais.

³⁵ Com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação dever-se-á estabelecer princípios de relacionamento horizontal com vista a assegurar o controlo de entrada e saída de estrangeiros; garantir a protecção e controlo da movimentação interna dos refugiados acolhidos no país; atribuir o estatuto de refugiado e implementar as decisões de repatriamento dos emigrantes ilegais que atingem o estatuto de refugiados.

conhecimento profundo, completo e abrangente e pode ser conceptualizada, de uma forma clássica, como o conjunto de actividades que visam pesquisar e explorar notícias em proveito de uma organização. No âmbito concreto da actividade policial recebem o nome de informações policiais. No presente trabalho utilizaremos a expressão “Informações Policiais” no mesmo sentido em que os ingleses e norte-americanos fazem uso de “Intelligence Led-Policing System” ou que os franceses empregam “renseignements”. A definição do termo “Informações” não é consensual, entre vários autores que tratam esta matéria. Ao falarmos de informações, teríamos necessariamente que considerar este conceito aplicado à realidade policial, embora, na maior parte das vezes, ele seja entendido, apenas, na vertente militar.

Conceptualmente, as informações consistem, segundo António Bispo, “na análise da informação no sentido da obtenção de conhecimento, constituem-se como patamar acima da informação, como trabalho efectuado sobre os dados para lhes dar sentido no quadro dos propósitos a quem ele serve, seja o Estado, uma unidade militar ou uma empresa” (Bispo, 2004:163). Para José Torres, as informações policiais “são todas aquelas destinadas à prossecução directa das missões legalmente atribuídas a serviço de natureza policial, sejam elas de nível estratégico ou operativo. São informações que revestem uma natureza instrumental e destinam-se a alimentar os seus órgãos operacionais” (Torres, 2005:10). Podemos assim considerar que as informações policiais são indispensáveis no processo de tomada de decisão, para o planeamento, definição de alvos estratégicos, operações de prevenção criminal e métodos de reacção às ocorrências. Elas visam prevenir incidentes de ordem pública e precaver a ocorrência de ilícitos criminais, possibilitam a definição de objectivos e de prioridades e permitem uma eficiente gestão dos recursos.

No plano conceptual de Rúben Medeiros, as informações policiais são “um conjunto de actividades, reguladas por princípios enformadores da segurança interna, alicerçadas numa estrutura organizacional, que visam obter um conhecimento intrínseco à prossecução dos fins inerentes à missão policial” (Medeiros, 2001:20). Obviamente, a informação policial nasce essencialmente da notícia, sendo que esta é um dado não processado. O processo de recolha de notícias pode ser efectuada de múltiplas formas que se podem aglutinar em três grandes grupos:

- I. As geradas no interior da força policial com origem no seu trabalho operacional;
- II. As provenientes de outras forças policiais e serviços de informações; e

III. As recolhidas nas designadas fontes abertas³⁶.

As actividades de pesquisa, processamento e difusão de informações observam o disposto na *Constituição* e na lei, nomeadamente no que respeita às garantias dos direitos e liberdades dos cidadãos³⁷. O conceito de informações deve ser entendido numa tripla perspectiva, isto é, como produto resultante do processamento³⁸ de notícias de carácter policial, como conjunto de actividades que tem por objectivo obter conhecimento e como organizações, entidades responsáveis pelas actividades de obtenção ou negação do conhecimento. Contudo, esta tripartição não representa uma visão estanque de cada uma das perspectivas, muito pelo contrário, ela tem como objectivo verter as componentes do conceito que se encontram interligadas. Assim, Lourenço de Sousa afirma que “as organizações desenvolvem um conjunto de actividades tendentes a obter um produto final e tudo isto compõe o conceito de informações” (Sousa, 2007: 220). Este produto, também designado por “inteligência”, constitui uma mais-valia para a actividade de investigação criminal.

No âmbito do conceito de informações, importa distinguir dois planos atinentes ao fim último dessas informações, cuja aplicação é directa para a actividade policial, com maior relevância para a investigação criminal, nomeadamente: informações estratégicas e informações operacionais. As informações estratégicas são realizadas ao mais alto nível das instituições e têm como grande objectivo apoiar os comandantes nas suas decisões, como por exemplo, os comandos das unidades e subunidades da PRM. Estas têm como fonte, dados gerais (estatísticas) e a sua finalidade é a de orientar a política policial ou judicial, debruçando-se sobre fenómenos criminais, com a análise de perfis gerais³⁹, ou também com a análise de métodos gerais⁴⁰. Os seus objectivos são a médio ou longo prazo, visando o acompanhamento da evolução de certos tipos de criminalidade ou da criminalidade geral. Se tomarmos como exemplo a PRM, o responsável máximo pela definição da estratégia e dos objectivos globais da polícia é o Comandante-Geral. As informações estratégicas permitem formular um quadro geral da actividade criminal,

³⁶ Compreendem normalmente os meios de comunicação social, as bibliotecas e arquivos públicos, os relatórios públicos, a internet, e todas aquelas que estão disponíveis, sem restrições (Bispo, 2004: 90). As fontes abertas podem ser definidas como a informação publicamente disponível, na sua forma escrita, electrónica ou oral, destinada a um público vasto ou restrito conforme divulgação, nomeadamente revistas, livros, entrevistas, emissões de rádio e televisão ou a internet.

³⁷ Cfr. o artigo 16 da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro.

³⁸ Trata-se da actividade que integra, organiza e transforma os dados, factos e notícias recolhidos na fase da pesquisa. Esta actividade é composta por 3 sub-fases, nomeadamente, registo, estudo e interpretação.

³⁹ Por exemplo, através da procura de características do tipo dos autores de delitos análogos.

⁴⁰ Referimo-nos a avaliação dos métodos e táticas policiais.

identificar estratégias, estabelecer estratégias efectivas para contrariar e avaliar os custos e os efeitos do comportamento criminal.

As informações operacionais, servem como auxiliar da investigação criminal, por exemplo, oferecendo “inteligência” sobre pessoas e organizações (*modus operandi*, capacidades, vulnerabilidades, entre outras), apoiando assim as unidades operacionais na descoberta dos verdadeiros autores materiais do crime. Fundamentam-se em dados concretos e destinam-se à compreensão de um assunto em particular, orientando a investigação e extraíndo conclusões.

Neste nível de informações, temos os elementos operacionais que trabalham nas diversas áreas da componente policial, isto é, os executantes das missões. Visa assim objectivos de curto prazo e a definição de acções policiais concretas, analisando os dados e fornecendo informações referentes a investigações que estejam a decorrer, apoiando os dirigentes policiais na identificação das prioridades operacionais, contribuindo para uma melhor eficácia no combate ao crime e, contribuindo para identificar o âmbito de uma operação, permitindo que os comandantes operacionais possam determinar quais os meios necessários a serem empregues numa determinada situação, possibilitando uma utilização mais eficiente dos meios de investigação. As informações auxiliam, assim, as unidades operacionais.

Segundo Pedro Clemente, “as informações policiais desagregam em informações de ordem pública, as que visam prevenir incidentes de ordem pública e precaver a ocorrência de incivildades, especialmente a produção de delitos criminais, integrando, para tanto, o conhecimento resultante da actividade pré-processual em sede criminal, informações criminais que se inscrevem no âmbito da actividade reportada à investigação criminal e contra-informações que visam impedir a realização de acções de recolha indevida de informação sigilosa, incluindo o conhecimento do perfil criminal indutivo de alguns criminosos habituais, bem como sobre o planeamento operacional, visando interromper ilicitudes identificadas, através, nomeadamente, da aplicação de medidas de segurança passiva aos documentos e do controlo de acesso aos mesmos, por pessoal credenciado” (Clemente, 2007:399).

1.3.2. Informações Criminais

No domínio das informações policiais inserem-se as denominadas informações criminais, as quais se inscrevem no âmbito da actividade reportada à investigação criminal. As informações criminais visam identificar casuais ligações entre ilícitos criminais semelhantes, desvendar o percurso dos suspeitos, compreender as associações criminosas e estudar os padrões de criminalidade, ou seja, tornam-se relevantes para apurar a veracidade de ilícito criminal, de modo a encontrar os verdadeiros autores materiais do crime.

Segundo Hugo Farias, a informação criminal “é toda aquela informação que é balizada por tudo aquilo que está descrito no código do processo penal. A informação criminal é muito mais restrita e só pode ser obtida de forma lícita e tem muita relevância para o inquérito. No entanto, a informação criminal também pode ser muito importante no apoio à decisão estratégica, quando se encontram os autores materiais de um crime e se percebe o *modus operandi* e se começa a desvendar quem é que actua, a dimensão das redes e a estrutura hierárquica, para depois fazer operações para combater um tipo de criminalidade específica”⁴¹.

Tal como afirma Rúben Medeiros, as informações recolhidas no âmbito criminal têm como objectivo fornecer às forças policiais conhecimento da situação criminal praticada na área onde são responsáveis pela segurança, assim como as que lhes permitem adoptar a melhor estratégia ou tática policial para desencadear operações no sentido de combater a actividade criminosa (Medeiros, 2002:9). As informações de natureza criminal encontram o seu fundamento no código processual penal, sendo mais restrita e só podendo ser obtida de forma lícita. Estas têm muita relevância no âmbito do inquérito.

As informações criminais obtidas pela polícia devem ser sujeitas à *Constituição* e à lei⁴², de forma a poderem ser utilizadas na investigação criminal e respectivo processo criminal para posterior validação pelas autoridades judiciárias como meio de prova. As informações só por si não resolvem investigações, sendo necessário efectuar uma análise das mesmas para que se tornem verdadeira ajuda da investigação criminal. Tal como afirma Lourenço de Sousa “é com a análise de informações criminais que as informações ganham uma importância fundamental no auxílio à investigação criminal” (Sousa, 2007:221). Também José Braz defende que “a análise de informação criminal tem basicamente por objectivo, transformar dados e notícias dispersas e em bruto, em

⁴¹ Vide, o anexo 4, entrevista ao Major Hugo Farias, Chefe da Repartição de Análise de Informações Criminais do Departamento de Investigação Criminal da GNR, pergunta 2.

⁴² Cfr. o artigo 16º da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança de Moçambique.

informação tratada e integrada” (Braz, 2010:39). Trata-se de transformar a matéria-prima num produto final, ou seja, em conhecimento fundamentado e avaliado de uma determinada realidade. Enquanto produto final, as informações são o conjunto de notícias, dados e factos recolhidos que, através de um processo metódico e sistematizado são transformadas em informação útil, pertinente e com valor acrescentado para a actividade policial.

A análise da informação consiste na aplicação de técnicas específicas que permitem transformar dados, factos e notícias em informações e compreende algo relacionado com a actividade policial, por exemplo, as características da actividade criminosa. Assim sendo, a análise da informação pretende dar sentido aquilo que de outra forma não passaria de um conjunto de notícias sem aparente significado. Através da análise criminal, desenvolvem-se hipóteses sobre a criminalidade; permite reconstituir o *iter criminis*; determinar se as infracções foram cometidas pelo mesmo autor, compreender o funcionamento das organizações criminosas, compreender a amplitude e as características da actividade criminosa.

A análise criminal é essencial para a troca de informação e esta constitui a base da cooperação policial, em termos nacionais e internacionais, pois deverá ser através dos órgãos de análise, que se elaboram as respostas de pedidos de pesquisa, internas e externas à PRM. A vertente de análise de informação criminal faz parte integrante de qualquer estrutura de investigação criminal, sendo a subestrutura que tem como missão essencial tratar, analisar e inter-correlacionar os elementos essenciais de informação constantes dos processos. A DNIC e os departamentos dos comandos provinciais da PRM não podem deixar de ter um órgão, por muito flexível que seja, para efectuar tal função de apoio aos investigadores operacionais.

No entanto, ao nível dos distritos e esquadras não se encontra uma mais-valia na criação de um órgão de análise criminal. Deste modo, é vital que os elementos que constituem as Brigadas de Investigação Criminal⁴³ (BIC) sejam formados nesta matéria, como forma destes qualificarem o produto final do processo, para além de melhor responder aos pedidos de órgãos de análise do escalão superior da PRM. A missão das BIC é desenvolvida de uma forma proactiva, que lhes permite uma maior proximidade e

⁴³ As BIC cingem a sua actuação na investigação de toda a criminalidade, ou seja, na prevenção, repressão e investigação de ilícitos criminais que mais favorecem o decréscimo do sentimento de segurança dos cidadãos. As BIC são responsáveis pela instrução preparatória dos processos-crime, relativos ao tipo de crimes que tomam conhecimento, quando delegados pelo MP. Para além da instrução preparatória de processos-crime, as BIC estão igualmente incumbidas de reforçar a vigilância nas áreas de maior risco.

percepção dos problemas que afectam os cidadãos, sendo factor crítico para o sucesso a celeridade investigatória, ou seja, a minimização do tempo que medeia entre a ocorrência do crime e a sua resolução. No sentido de favorecer a actuação investigatória das BIC, somos de opinião que estes deverão promover a maior colaboração e troca de informações de âmbito criminal.

Apesar de aparente diversidade de conceitos sobre informações policiais, podemos concluir que as informações policiais são todas aquelas destinadas à prossecução directa das missões legalmente atribuídas a serviços de natureza policial, sejam elas de nível estratégico ou operativo. São informações que revestem uma natureza instrumental, pois destinam-se a alimentar os órgãos operacionais de cada serviço ou área policial, tendo em conta a respectiva missão legal. As informações policiais visam detectar as ameaças existentes no meio que nos rodeia e que concernem à actividade policial, identificar os propósitos do adversário, sejam indivíduos, grupos ou organizações, hostis ou não, onde e quando os adversários poderão concretizar os seus intentos. As informações policiais são necessárias, porque a polícia tem a incumbência legal de prevenir e de repor a ordem pública, razão pela qual são de extrema importância para o consumo interno e para as operações policiais.

1.4. As Informações na Investigação Criminal

No mundo actual, as informações tornaram-se uma das ferramentas fundamentais na investigação criminal, por parte dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC). A necessidade de prevenir a prática de crimes e de descobrir atempadamente as ameaças que se colocam à segurança foi também expressa por Camões, que afirma, em dado passo *d’Os Lusíadas* a importância de “adivinhar perigos e evitá-los”. Contudo, essa antecipação é fundamentada pela necessidade de prevenção face à possibilidade de ocorrência de ilícitos criminais, sendo sobretudo um instrumento de *prima ratio* de todas as polícias.

As informações têm-se demonstrado fundamentais na investigação de vários tipos de ilícitos criminais, na medida em que permitem prevenir e precaver a ocorrência de incivildades, especialmente a produção de delitos criminais, de identificação de ligações casuais entre ilícitos criminais semelhantes, reconstituição do percurso dos suspeitos, compreensão das associações criminosas e estudo dos padrões de criminalidade. É com as informações que normalmente se começa toda a actividade de investigação criminal. Segundo Pedro Clemente, as informações policiais favorecem “a predição dos perigos e o

afastamento das incivildades, em especial dos delitos socialmente alarmantes, além de servirem de suporte à gestão de incidentes na via pública. A montante da intervenção policial há uma intensa actividade de informações, destinadas a sustentar a acção operacional” (Clemente, 2007:385). Os OPC necessitam de informações para desenvolver uma investigação preventiva ou proactiva pré-processual, aquando da recepção de uma denúncia sobre a prática de actividade ilícita, a fim de averiguar o seu fundamento.

O conceito de investigação criminal contido no artigo 1.º da Lei de Organização e Investigação Criminal (LOIC) “ a investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, destina a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo⁴⁴”, condiz, no essencial, com o que o artigo 262º do Código de Processo Penal Português descreve como as finalidades e âmbito do inquérito⁴⁵. Em ambas as disposições se refere que a investigação criminal prossegue um triplo objectivo: averiguar a existência de um crime, descobrir os seus autores e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, ou seja, estabelecer um nexo relacional entre o acto e o autor material. Desta forma, a investigação criminal num sentido mais amplo, corresponde a uma actividade de natureza judiciária que opera, exclusivamente, dentro do sistema de justiça e tem por fim último, criar condições para a realização da justiça criminal.

Neste sentido, nos termos do citado preceito da LOIC, a investigação criminal é um conjunto de técnicas e procedimentos legalmente admitidos e utilizados de uma forma sistemática, metódica, no sentido da descoberta de factos materiais penalmente relevantes e da sua reconstituição histórica. Por essa razão, esta actividade orienta-se no sentido de dar resposta a um conjunto de questões fundamentais que superintendem a investigação criminal (onde, quando, como, quem, o quê e porquê). Segundo Paulo Onofre, “a actividade de investigação criminal impõe então uma verdadeira simbiose entre o MP e OPC, onde cada uma das partes, os órgãos de polícia criminal com as técnicas, as tácticas e os meios e o MP como garante da legalidade” (Onofre, 2009:22). É com a aplicação destas técnicas e de outras que as informações ganham um papel fundamental no auxílio à investigação criminal.

⁴⁴ Cfr. o artigo 1.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Investigação Criminal em Portugal.

⁴⁵ O inquérito é uma fase processual constituída por um conjunto de actos jurídicos ordenados em função do esclarecimento da notícia do crime e decisão sobre a acusação.

O facto de ser o MP a dirigir o inquérito, e consequentemente a investigação criminal, implica que esta Magistratura necessite de informações, como instrumento que lhe permita construir juridicamente a sua decisão processual. No entanto, as informações possuem, assim, um papel decisivo na investigação criminal pois, por um lado, permitem, em última análise, a apresentação da prova imprescindível para confirmar ou não a prática de um facto ilícito e, por outro, contribuem para a prevenção criminal em sentido mais amplo. Para realçar a importância de informações no contexto da investigação criminal, José Braz afirma que “tal como os seres vivos necessitam de oxigénio para cumprirem as suas funções vitais, a investigação criminal necessita, a cada momento, de informação para prosseguir os seus objectivos” (Braz, 2009:39), essa importância que mantém-se no domínio policial⁴⁶.

Com efeito, as informações policiais têm-se revelado de importância estratégica para as forças policiais, em particular, para os investigadores, na medida em que auxiliam a investigação criminal na descoberta dos verdadeiros autores materiais de crime e na aferição dos contornos das redes criminosas; permitem uma abordagem mais proactiva da actividade policial e uma mais eficaz orientação e gestão dos recursos policiais que são sempre escassos, sejam orientados de forma eficaz e racional para os problemas directamente identificados; para além de possibilitar a definição de objectivos e de prioridades. Para António Bispo “o papel fundamental das informações é a de reduzir as incertezas” (Bispo, 2004:84). Decerto, as informações visam prevenir incidentes de ordem pública e precaver a ocorrência de delitos, especialmente os ilícitos criminais, integrando, para tanto, o conhecimento resultante da actividade pré-processual; identificar ligações casuais entre ilícitos criminais semelhantes, desvendar o percurso dos suspeitos (antes, durante e após a prática de ilícitos criminais), compreender as associações criminosas e estudar os padrões de criminalidade. Partilhamos a ideia de Pedro Clemente ao afirmar que “sem informações, a polícia é cega, logo inoperante” (Clemente, 2007:394). Podemos então afirmar que as informações contribuem, de modo significativo, para a proactividade e eficácia da acção policial, tanto na manutenção da ordem pública, como na resposta reactiva à prática criminal. A função de informações assume, neste sentido, um papel fundamental na

⁴⁶ Ora vejamos, os atentados de 11 de Setembro de 2001 às torres gémeas de Nova Iorque exemplificam esta mesma importância, colocando as informações com uma ferramenta fundamental para a actividade policial, em especial, para a investigação criminal.

segurança do cidadão, na redução do crime e no controlo da criminalidade e das incivildades.

1.5. Sistema e Níveis de Informação da PRM

1.5.1. Sistema de Informações da PRM (SIPRM)

Em organizações como a PRM, em que todo o seu funcionamento assenta em constantes tomadas de decisões nos vários níveis da sua estrutura, o sistema de informação tem um papel crucial. Conceptualmente, o sistema de informação compreende um conjunto organizacional de procedimentos, que, quando executados, produzem informação para apoio à tomada de decisões e ao controlo das organizações.

Segundo Victor Rodrigues, “todos os sistemas de informações, independentemente da organização a que pertençam, procuram alcançar, recolher, seleccionar, tratar e analisar os dados capazes de serem transformados em informação, que podem apoiar os decisores em todos os níveis da organização; produzir informação útil; informação fidedigna e produzir informação relevante para servir um objectivo específico ou servir de suporte para algo que se quer concretizar ou para alguma acção ou decisão que urge tomar” (Rodrigues, 2006:22).

Neste âmbito, o SIPRM tem como finalidade garantir a satisfação das necessidades de informações da PRM no âmbito da segurança, ordem pública e investigação criminal, devendo garantir um fluxo permanente de informação entre as suas unidades e subunidades, em todos os níveis hierárquicos, através da difusão oportuna, segura e em formato adequado, das notícias e informações. O SIPRM é constituído por dois subsistemas: um subsistema de informação sistematizada ou formal e um subsistema de informação não sistematizada ou informal.

O subsistema de informação formal é constituído pelas informações sistematizadas, prestadas através de relatórios (diários, semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais), abrangendo os diferentes períodos de informação e correspondem às informações regulamentadas por metodologias, com prazos, fontes e destinatários previamente determinados. O subsistema de informação informal diz respeito às informações prestadas ocasionalmente que podem ser prestadas verbalmente ou por escrito, de acordo com as necessidades operativas, com vista a garantir o funcionamento

contínuo dos órgãos que compõem o sistema e a tomada de decisão rápida e oportuna. Estas informações são compostas por informações urgentes, relevantes, sequenciais, especiais e informações relativas ao desenvolvimento das investigações de crimes relevantes ou à instrução dos respectivos processos-crime, estudos, análises e pareceres sobre aspectos relativos à situação operativa e administrativa, bem como quaisquer outras informações solicitadas a nível superior (o Comandante-Geral e/ou Ministro do Interior).

O subsistema de informação informal é constituído por todos os órgãos operativos centrais do Comando- Geral da PRM e pelos comandos provinciais, através dos respectivos elementos policiais que trabalham na área de informação operativa que prestam relatórios ao Chefe das Operações Provincial. No entanto, as informações recolhidas ou recebidas dos comandos distritais e esquadras podem não interessar directamente a quem as recolheu ou recebeu, e podem ser úteis para os outros órgãos policiais, daí a necessidade de haver o fluxo de informação entre as subunidades e unidades da PRM. É assim fulcral o rápido e oportuno cruzamento destas, para permitir a quem de direito, tomar as decisões acertadas, em tempo útil e de forma profícua.

Segundo o Plano Estratégico do MINT “o canal principal do fluxo de informações da PRM funciona da base para o topo e vice-versa. Tendo em conta o carácter hierarquizado das estruturas e funções da PRM, típico de uma instituição paramilitar, e o facto do canal de comunicação ser estático e rígido, o fluxo de informações é demorado. O fluxo da informação entre os órgãos, incluindo os do mesmo nível, não é fácil. Todo o processo de partilha e distribuição da informação é realizado em suporte de papel e dada a inexistência de um mecanismo adequado para a partilha e distribuição de informação, os relatórios analíticos e estatísticos elaborados centralmente não são enviados aos níveis mais baixos, para servirem de inspiração na planificação das actividades operativas”⁴⁷.

O sistema de arquivo e registo é manual e não está devidamente sistematizado, ou seja, muito material valioso se encontra num avançado estado de degradação e provavelmente não será possível a sua recuperação. Aliada a esta situação, a fraca política, em matéria de arquivos, contribui, desta forma, para as dificuldades de decisão sobre os critérios de conservação. Neste contexto, a PRM usa, actualmente, sistemas manuais para a gestão e manutenção da informação crítica e cada sector armazena o que

⁴⁷ Cfr. o Plano Estratégico do MINT, pág. 25.

processa. O maior problema do sistema de informação corrente é o facto de, muitas vezes, a informação estar incompleta, não observar padrões de gestão e apesar da existência de cópias múltiplas, não ser possível a sua localização em tempo útil para quem a necessitar.

O fluxo de informações na PRM funciona em circuitos fechados e mais restritos e não na globalidade, tendo em conta que o fluxo de informações vai sempre no sentido ascendente, isto é, dos comandos distritais e esquadras para os órgãos centrais, e quando vem dos órgãos centrais apenas se destina aos Comandantes Provinciais ou aos Directores de serviços e não ao pessoal operacional. Porém, Paulo Sousa é peremptório nesta questão, ao afirmar que “a troca de informação não pode estar dependente dos conhecimentos e amizades que um elemento tem numa outra instituição. Se a informação é necessária, tem de haver circulação da mesma independentemente do elemento que a solicita ou do que a detém. Desta feita, é imperiosa uma partilha sistemática e a nível mais operacional” (Sousa, 2010:186).

Com efeito, o sistema de informação da PRM tem sido gerido de uma forma bastante dispersa, baseado na ideia de autonomia e a acção não integrada dos órgãos conduz a um funcionamento que não obedece a uma estratégia global, o que se traduz no descompasso entre os órgãos no ritmo de implantação de soluções; multiplicação desnecessária de recursos; no funcionamento globalmente pouco eficiente e a custos de exploração elevados; nas dificuldades de racionalizar recursos e partilhar informação de uma forma segura e definir políticas comuns. Apesar de funcionar, o sistema não utiliza efectivamente os recursos existentes, pelo que torna-se necessário que seja implementado um sistema de informações, baseado em computadores e funcionamento em rede.

Neste sentido, como afirma Carlos Comé, “o processamento e a difusão de informações são deficientes pois, vários órgãos e áreas que compõem a PRM não observam as normas e procedimentos definidos para o processamento e difusão de informações, agravado pela gritante insuficiência de meios adequados para o efeito. Na PRM, ainda prevalecem dificuldades de ordem burocrática em demasia derivadas às características dos seus órgãos”⁴⁸. Contudo, um dos principais obstáculos que a polícia moçambicana enfrenta é a limitação do fluxo e circulação normal de informações entre as suas unidades e subunidades. Para tal, Pedro Cardoso afirma para que a utilidade das

⁴⁸ Vide, o anexo 3, entrevista ao Director de Informações do MINT – Carlos Francisco Comé, pergunta 12.

informações não se perca é necessário que estas sejam “adequadas, oportunas, e bastantes precisas” e sejam “muito bem coordenadas e integradas, e rápidas, oportunas e apropriadamente difundidas” (Cardoso, 2004:150).

É fundamental que o fluxo de informação seja efectuado tanto a nível horizontal, envolvendo os órgãos do mesmo comando, bem como as restantes subunidades, como a nível vertical, onde órgãos de um dado comando darão conhecimento superiormente, nomeadamente ao órgão central da província ou do Comando-Geral da PRM, das investigações ou operações por si efectuadas, caso a natureza ou dimensão assim o justifique. Esta troca vertical de informações poderá ser, em ambos os sentidos, quer no sentido ascendente, como referimos anteriormente, quer no sentido descendente, no qual o órgão central da província ou do Comando-Geral fornecerá informação estratégica ou operacional da aplicação de metodologias de análise de informação criminal, para apoio dos órgãos mais baixos.

Deste modo, não há dúvidas que a PRM necessita, para o efeito, de um sistema de informações estruturado que permita aos Comandantes disporem de toda a informação pertinente, em tempo oportuno, para uma tomada de decisão mais ajustada e preferencialmente, mais rápida que a tomada de decisão do seu adversário. Com um bom sistema de informações, esperamos uma PRM mais dinâmica e funcional, dotada de maior capacidade de análise, tanto no plano tático, como operacional e estratégico na troca de informações em todas as subunidades e unidades, de modo a orientar de uma forma mais eficaz e eficiente os recursos policiais disponíveis.

Em suma, partilhamos a ideia de João Ribeiro ao afirmar que “um bom sistema de informações deve permitir compreender o crime e a criminalidade e identificar: quais os «criminosos» que se encontram activos; quais os crimes que se encontram relacionados; onde orientar os recursos policiais; onde os problemas são susceptíveis de ocorrer; quais os desafios colocados pela actividade criminal e quais as suas tendências e riscos futuros” (Ribeiro, 2006:18).

1.5.2. Níveis de Informações da PRM

A PRM tem uma estrutura profundamente hierarquizada, caracterizada essencialmente por três níveis de estrutura hierárquica: o Comando-Geral⁴⁹, os Comandos Provinciais⁵⁰ e os Comandos Distritais⁵¹ ou Esquadras⁵², e os Postos Policiais. As esquadras, por sua vez, poderão ter postos policiais⁵³. O fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM, efectua-se nos três níveis hierárquicos da seguinte forma: o Oficial de permanência nas esquadras produz um relatório diário circunstanciado de ocorrências, que é enviado à Sala de Operações do Comando Provincial através de telefone, rádio ou *fax*. Este é classificado e compilado sob forma de relatório de ocorrência diária e enviado aos órgãos, para produção de relatório nacional das ocorrências, do período que é posteriormente enviado aos órgãos competentes do Comando-Geral da PRM.

Na polícia moçambicana, são elaborados relatórios trimestrais, semestrais e anuais, em todos os níveis que, seguindo a sua estrutura hierárquica, descrevem toda a actividade operacional durante esse período. Todos os relatórios produzidos nos três níveis de informação da PRM são enviados ao CGPRM para efeitos de estudos analíticos e estatísticos. Tal como afirma Carlos Comé⁵⁴ “O uso do telemóvel tem sido um dos principais meios de troca de informação dada a flexibilidade e natureza não onerosa”. Para que a utilidade das informações não se perca, é necessário que o DIPRM garanta que a cada nível de direcção chegue a informação necessária em tempo oportuno⁵⁵ e com a qualidade requerida, com a finalidade de facilitar a elaboração ou a planificação de actividades de índole táticas e de modo a alcançar os objectivos traçados em cada subsistema.

⁴⁹ Cfr. o artigo 4.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, o Comando-Geral é um órgão de direcção da PRM, com funções de organização, direcção e o controlo da actividade administrativa e operativa da PRM a todos os níveis, com vista a garantir a execução das suas missões.

⁵⁰ Cfr. o artigo 22.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, os Comandos Provinciais são órgãos de implantação territorial que funcionam na directa dependência do Comando-Geral e têm sede nas respectivas capitais provinciais.

⁵¹ Cfr. o artigo 33.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, os Comandos Distritais são órgãos de implantação territorial que funcionam na directa dependência dos Comandos Provinciais e têm sede nas respectivas sedes de distrito.

⁵² Cfr. o artigo 34.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, as Esquadras são órgãos de natureza operacional criadas em função da situação operativa policial com o objectivo de dar resposta imediata às preocupações de prevenção, investigação e combate à criminalidade.

⁵³ Os Postos Policiais são órgãos de implantação territorial que funcionam nos Postos Administrativos na directa dependência dos Comandos Distritais.

⁵⁴ Vide o anexo 3, entrevista ao Director de Informação do MINT – Carlos Francisco Comé, pergunta 15.

⁵⁵ Qualquer informação perde o seu valor se não chegar ao utilizador a tempo de ser explorada com oportunidade.

Contudo, para ser oportuna, a notícia ou informação deve ser difundida de acordo com a sua urgência, de modo a chegar aos interessados a tempo de poder ser integrada no planeamento ou aproveitada na condução das operações. Constituem fontes de informações das unidades e subunidades da PRM, as patrulhas apeadas e motorizadas, os agentes das Repartições de Informação Operativa a nível do Comando-Geral da PRM e Secções de Informação Operativa⁵⁶ a nível dos comandos provincial, distritais e esquadras, os chefes de sectores⁵⁷, as pessoas de confiança, o cidadão em geral (fonte voluntária) e as instituições estatais ou privadas.

Os chefes de sectores são o garante do fluxo e refluxo de informações operativas necessárias para uma actuação eficaz da polícia nos bairros, ao mesmo tempo que constituem o fluido indispensável da comunidade. Eles alicerçam a confiança e a boa imagem da corporação policial, devido à valorização das informações colhidas nessa comunidade que conduzem às operações que resultam no desmantelamento de focos de delitos e neutralização de potenciais criminosos. Portanto, todos os relatórios produzidos nos três níveis de informação da PRM são enviados ao Comando-Geral da PRM para efeitos de estudos estatísticos. A troca de informação vai mais do conhecimento pessoal do que institucional, embora não se reconheça uma troca de informação protocolada.

Em suma, os procedimentos relativos ao fluxo de informações devem ser revistos, de forma a haver uma cultura de troca efectiva de informações necessárias e adequadas à sua missão. Também seria pertinente reorganizar a estrutura da Direcção de Informações da PRM e definir as suas atribuições e competências; criar repartições ou secções de informações policiais ao nível dos comandos provinciais, comandos distritais e esquadras, de modo a desenvolver uma estrutura correcta e eficiente de trabalhar esta componente fundamental de trabalho policial.

A PRM é uma força de segurança com a natureza de serviço público, dotada de autonomia administrativa e, nos termos do disposto da *Constituição* e na Lei⁵⁸, tem como funções defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos, liberdades e garantias do cidadão⁵⁹. Para a prossecução e concretização destes objectivos, a

⁵⁶ Carlos Francisco Comé, entrevista em anexo 3, considera que “a Repartição de Informação Operativa e/ou a Secção de Informação Operativa constituem um meio privilegiado na recolha de informações como sendo auxiliares e indispensáveis na busca de informações criminais para o êxito de uma investigação e instrução criminal”, pergunta 13.

⁵⁷ Elementos policiais que trabalham a tempo inteiro junto das estruturas administrativas do bairro.

⁵⁸ De acordo com o nº 1 do artigo 254º da CRM e nº 1 do artigo 2º da lei 19/92 de 31 de Dezembro, que cria a PRM.

⁵⁹ Cfr. O artigo 11.º da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro.

PRM está envolvida em diversas áreas de actuação e intervenção policial que vão desde a prevenção até à investigação criminal. Esta é uma das razões pela qual, no próximo capítulo, abordaremos a temática da investigação criminal na Polícia moçambicana.

Capítulo 2 - A Investigação Criminal na PRM

“Prevenir a criminalidade custa muito menos que
investigá-la e é muito mais eficaz”.
(Braz, 2006:212).

2.1. Enquadramento normativo da Investigação Criminal

A PRM, no âmbito das suas atribuições de defesa da legalidade democrática, de garantia de segurança interna e defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, previne e reprime a criminalidade. Na sua génese, a PIC é herdeira da trajectória funcional desenvolvida pela sua predecessora polícia judiciária, centrando-se, na sua essência, na realização de investigação criminal. No sentido de criar condições para responder de forma efectiva e à altura das novas investidas criminais, principalmente no que diz respeito à dimensão das redes que se dedicam à criminalidade organizada e violenta no país, fez nascer a necessidade de criar um corpo de polícia especializado e vocacionado para a investigação, facto que ocorreu através do art.º 14 do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, que cria a Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), vulgarmente conhecida por Polícia de Investigação Criminal, responsável pela actividade de direcção e de preparação de metodologia que visa:

- a) A prevenção e investigação de actos de natureza criminal e a realização de actividades atinentes à instrução preparatória⁶⁰ dos processos-crime, nos termos da lei;
- b) A realização de diligências requisitadas pelas autoridades judiciais e do Ministério Público;

⁶⁰ Cfr. O artigo 12º do Decreto-Lei n.º 35007, de 13 de Outubro de 1945, tornando extensivo para Moçambique através da Portaria n.º 17076, de 20 de Março de 1959; a instrução preparatória abrange todo o conjunto de provas que formam o corpo de delito e tem por fim reunir os elementos de indicição necessários para fundamentar a acusação.

- c) O exercício da vigilância e fiscalização de estabelecimentos e locais suspeitos ou propensos à preparação e execução de crimes ou a utilização dos seus resultados;
e
- d) A inspecção, do ponto de vista operacional e de controlo, dos órgãos que estão na sua directa dependência.

Constituem atribuições específicas da Polícia de Investigação Criminal assegurar a ligação dos órgãos de investigação criminal e organismos públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal designadamente a Polícia Internacional (INTERPOL) e outras congéneres. A PIC, no quadro das suas actividades, orienta-se pelo Decreto-lei n.º 35042, de 20 de Outubro de 1945, que organiza os serviços de polícia judiciária, com as devidas modificações para a adequação territorial. Para além do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico, o Quadro do pessoal, o Quadro de funções de Comando, Direcção e Chefia e os Organogramas da PRM, a PIC também se orienta pelo Decreto-lei n.º 35007, de 13 de Outubro de 1945, tornado extensivo para Moçambique através da Portaria n.º 17076, de 20 de Março de 1959 e pela Lei n.º 2/93, de 24 de Junho que institucionaliza os JIC⁶¹. Toda a actividade de investigação criminal está balizada, como não podia deixar de ser num Estado de direito, por um quadro normativo que lhe fixa as regras e limites condicionantes, isto é, pelo direito processual penal e outra legislação avulsa complementar.

A Investigação Criminal é um dos principais ramos da PRM que mais directamente lida com os índices de criminalidade do país. Após a detecção de um ilícito criminal, a investigação criminal entra em acção e desenvolve um conjunto de tarefas conducentes à determinação dos autores materiais do crime. Para tal, conta no seu seio com um conjunto de profissionais que se dividem em áreas de especialidade, como adiante veremos. Assim, a PIC abrange o tratamento, registo e difusão, à escala nacional, das informações relativas à prevenção e à consequente investigação de crimes. A PIC é dirigida por um Director Nacional, nomeado pelo Ministro do Interior sob proposta do Comandante Geral da PRM. Nas suas ausências ou impedimentos, é substituído pelo Chefe Nacional do Departamento de Instrução e Investigação⁶².

⁶¹ Regula as funções jurisdicionais dos magistrados judiciais, designados por Juizes de Instrução Criminal. Portanto, constituem funções jurisdicionais entre outras constantes na lei, quaisquer medidas limitativas dos direitos dos cidadãos, por exemplo, a validação e manutenção das detenções.

⁶² Cfr. os n.ºs 3 e 4 do artigo 14º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio.

2.2. Estrutura Orgânica da Investigação Criminal

A DNIC, nos termos dos números 2 e 4 do artigo 14º do Decreto n.º 27/99, estrutura-se verticalmente em Direcções Provinciais e brigadas distritais de investigação criminal. A nível central, a DNIC está inserida no Comando-Geral da PRM e compreende a seguinte orgânica: Departamento de Instrução e Investigação⁶³; Departamento de Técnica Criminalística⁶⁴ (Laboratório Central); Departamento de Arquivo e Registo Operativo⁶⁵ e o Departamento de Coordenação com a INTERPOL⁶⁶.

A organização interna dos serviços da PIC obedece ao modelo de estrutura hierarquizada. Os serviços operacionais a nível provincial são constituídos por Direcções de Investigação Criminais, subordinados aos comandos provinciais da PRM⁶⁷ e compreende: Departamento de Instrução e Investigação; Departamento de Técnica Criminalística; Departamento de Arquivo e Registos Operativos. É de salientar que dentro da PIC em geral, existem brigadas especializadas no combate ao crime nomeadamente, a Brigada anti-droga, a Brigada contra o furto de veículos e a Brigada contra o crime organizado.

A PIC uma vez inserida no Comando-Geral da PRM, e, sendo este a sua estrutura orgânica hierarquicamente superior, o Ministério do Interior, como órgão da Administração Pública, rege-se por princípios de descentralização e desconcentração⁶⁸. Assim sendo, em cumprimento do n.º 2 do art.º 250 da *Constituição Moçambicana*, a PIC encontra-se representada em todo o território nacional, através das suas DIC, sedeadas nos comandos provinciais da PRM e as BIC, sedeadas nos comandos distritais e esquadras, visando a aproximação dos serviços aos cidadãos. A sua forte implantação nacional traz-lhe mais-valia, nomeadamente numa vivência de proximidade com as

⁶³ O Departamento de Instrução e Investigação compreende as BIC e tem como competências: coordenar as vertentes de instrução preparatória e operacional da actividade da Repartição de Informação Operativa (RIO) em matéria de investigação criminal; apoiar tecnicamente as unidades de investigação criminal a nível dos Comandos Provinciais da PRM, propondo e difundindo instruções, relativamente a crimes de maior gravidade e complexidade nacional que justifiquem a gestão concentrada da investigação.

⁶⁴ Compete ao Departamento de Técnica Criminalística ou Laboratório Central proceder às diligências e realizar as perícias que exijam conhecimentos científicos especializados, nomeadamente relativos a físico-química, biologia, toxicologia, documentação e balística. O Laboratório Central da PIC goza de independência técnica. Portanto, compete ainda ao Laboratório Central assegurar a coordenação técnica e pericial às subunidades de investigação criminal, designadamente em matéria de polícia científica.

⁶⁵ Ao Departamento de Arquivo e Registo Operativo compete centralizar as informações de todas as DIC e as de quaisquer outras entidades relativas à criminalidade e seus agentes. Compete-lhe, ainda, recolher, catalogar, estudar e fornecer às DIC todos os elementos de informação que possam ser úteis à acção da Polícia, especialmente para a prevenção e repressão da criminalidade.

⁶⁶ É através deste Departamento que a PRM consegue estabelecer relações de cooperação com as diversas polícias nos diferentes domínios da sua actividade de combate à criminalidade.

⁶⁷ Vide, o anexo 8 – Organograma do Comando Provincial da PRM.

⁶⁸ Cfr. o artigo 250.º da CRM.

populações e magistrados, bem como o acesso privilegiado às fontes de informação, elemento fundamental para o êxito da investigação criminal.

2.3. Recolha de Informações e a Investigação Criminal

A PRM possui um vasto manancial de dados/notícias ou informações resultantes de fontes de informação e dos relatórios efectuados pelos próprios elementos policiais, não obstante as informações fornecidas por populares e conseguidas através de pesquisa e análise de documentos. Assim, a actividade de prospecção de informações é desenvolvida através de equipas especializadas na recolha de informações⁶⁹ e dos serviços de sectores⁷⁰ que fazem um esforço permanente de pesquisa e recolha de notícias ou informações relativas à criminalidade, ordem e segurança pública na área das unidades e subunidades; são ainda responsáveis por processar e transmitir todas as notícias ou informações de natureza policial, criminal, estratégica, operacional ou outra com interesse para a actividade da PRM em geral, que devem ser do conhecimento dos vários escalões hierárquicos.

Segundo Adrissa Napovo, “a PIC está dotada de uma área especializada de informação para a recolha, processamento e análise das informações, embora, na minha opinião, necessite de uma nova reformulação, tendo em conta as mudanças socio-políticas”⁷¹. Porém, a implantação de chefes de sectores em cada bairro ou comunidade como elementos de ligação entre a polícia e as comunidades das respectivas áreas jurisdicionais de cada unidade policial, seguindo os modelos de estruturação social existentes, permite o estabelecimento de contactos permanentes com tais estruturas que lhes fornecem certas informações necessárias para a actuação policial. Como referimos anteriormente, o chefe do sector é o garante do fluxo e refluxo de informações operativas necessárias para uma actuação eficaz da polícia em determinados bairros, ao

⁶⁹ Trata-se das equipas da Repartição de Informação Operativa (RIO) ao nível central e da Secção de Informação Operativa (SIO) ao nível das subunidades. Aos agentes da RIO ou SIO compete-lhes: vigiar pessoas e locais suspeitos; trabalhar em locais de maior aglomeração populacional, na busca de informações que possam servir de base a actuação policial; realizar buscas e capturar dos criminosos mediante respectivos mandados; verificar por meio de averiguações directas, a veracidade das denúncias, depoimentos ou declarações prestadas à polícia; deter as pessoas suspeitas, para as apresentar ao Inspector, devendo ser soltas logo que identificadas, se não houver lugar a prisão; auxiliar os chefes de brigadas nos reconhecimento e procurar objectos furtados e os instrumentos dos crimes. Em geral, desempenhar todas as missões de vigilância, observação e investigação que lhes forem determinadas.

⁷⁰ Esta actividade é garantida pelos Chefes de Sectores que são o garante do fluxo e refluxo de informações operativas necessárias para a investigação criminal ou para uma actuação eficaz da polícia junto das comunidades.

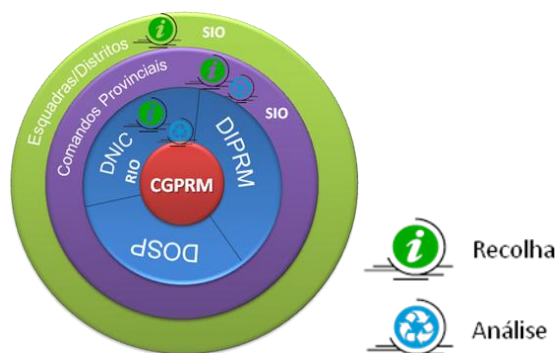
⁷¹ Vide o anexo I, entrevista ao Director de Investigação Criminal do Comando Provincial de Manica – Adrissa Napovo, pergunta 13.

mesmo tempo que constitui o fluido indispensável na comunidade. Ele cimenta a confiança e boa imagem da corporação policial, devido a valorização das informações colhidas nessa respectiva comunidade que conduzem às operações que resultam no desmantelamento de focos de ilícitos criminais e neutralização de potenciais criminosos.

A Repartição de Informação Operativa é um órgão do Departamento de Instrução e Investigação da DNIC, responsável pelo tratamento da informação que é filtrada pelas unidades e subunidades de investigação criminal através de equipas especializadas na recolha de informações e dos serviços de sectores, informadores e a população em geral. A produção de informações apresenta um método próprio que em sentido amplo, segundo Arménio Ferreira engloba “tarefas de recolha e operações, com planeamento prévio, de pesquisa de dados ou notícias, desenvolvidas através de um acervo de fontes e meios na sua maior parte específicos, e incorpora depois tarefas de análise simples e matricial desses dados e notícias para a formação de quadros predicativos que, finalmente, ficarão disponíveis como produto ou material recorrente para novas interações do ciclo metodológico”, (Ferreira, 2007:69 e 70).

Como referimos anteriormente, as Salas de Operações dos comandos provinciais da PRM recolhem informação sobre as ocorrências registadas nas suas áreas de trabalho policial. Esta informação é classificada e compilada sob forma de relatório de ocorrência diária e enviada aos órgãos para produção do relatório nacional das ocorrências, do período que é posteriormente enviado aos órgãos competentes. É na DNIC que se realiza todo o processo de pesquisa, recolha, tratamento e difusão de informações, quer ao nível de fluxo ascendente de unidades operacionais para a DNIC, quer ao nível descendente da DNIC para as unidades operacionais, onde se incluem também as informações provenientes de entidades externas.

No que concerne à análise de informações de natureza criminal, esta actividade efectua-se apenas nas direcções de investigação ao nível dos comandos provinciais e na DNIC ao nível do central, só em casos específicos, enquanto a actividade de prospecção efectua-se em todos os níveis de investigação criminal. É de realçar que a pesquisa e recolha de informação, nos níveis local e provincial é exercida pelos elementos da Secção de Informação Operativa (SIO), enquanto ao nível central, é exercida pelos elementos da Repartição de Informação Operativa (RIO), como podemos observar no esquema abaixo apresentado.



O Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, atribui a DOSP competência para actividade de direcção e de preparação de técnicas e metodologias visando a prevenção da prática de crimes, contravenções e outros actos contrários à lei e o desenvolvimento de acções com vista à garantia da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, bem como a protecção de instituições públicas, de pessoas e bens⁷². Porém, a DOSP compreende a seguinte composição: o Departamento de Operações; o Departamento de Protecção; o Departamento de Trânsito; o Departamento de Comunicações e Informática; o Departamento de Administração Prisional; o Departamento de Florestas, Fauna Bravia e Meio Ambiente.

A DOSP é dirigida por um Director, com a patente de Comissário, nomeado pelo Ministro do Interior sob proposta do Comandante-Geral. De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º desse mesmo Decreto, a DOSP é responsável pela actividade de prevenção da prática de crimes, contravenções e outros actos contrários à lei e o desenvolvimento de acções com vista à garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas; a protecção de instituições públicas, de pessoas e bens, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas; o apoio às autoridades judiciais, do Ministério Público e de Investigação Criminal na realização de diligências processuais; entre outras.

As atribuições da Direcção de Informação são todas aquelas que constam no diploma ministerial n.º 68/2001, de 2 de Maio. No entanto, uma das principais dificuldades que a PRM enfrenta é a falta de cultura de troca de informações por parte dos órgãos que a compõem, visto as informações serem de tal modo valiosas e sigilosas que deviam ser objecto de troca. Assim, outra dificuldade consiste no facto de, a PRM estar dependente da “Direcção de Informação” que está integrada no MINT⁷³, visto esta não satisfazer as necessidades informacionais da PRM, ou seja das respectivas unidades

⁷² Cfr. o artigo 13.º da Lei n.º 27/99, de 24 de Maio.

⁷³ Vide, o anexo 6, organograma do MINT.

e subunidades, e, como tal, consoante a burocratização existente entre o Comando-Geral da PRM e os órgãos do MINT, ficando assim afectado o bom funcionamento do fluxo oportuno de informações ao nível da PRM.

É de salientar que, o fluxo informacional não se afigura tão eficaz quanto a expectativa da criação desta direcção. Nesta perspectiva, partilhamos da opinião de Giannasi-kaimen *et alii*, ao realçar que a partilha de informações “pressupõe um processo de interacção humana no qual o indivíduo partilha com outro uma necessidade de informação e o outro, em troca, partilha uma informação que detém ou adquiriu e que atende a essa necessidade. A partilha necessita, portanto, de mecanismos que facilitem os processos de interacção e de acesso à informação” (Giannasi-kaimen *et alii*, 2007:9).

2.4. Polícia da República de Moçambique como Polícia Integral

A PRM é uma força de segurança que engloba em si diversas valências, com uma organização única para todo o território nacional e com um vasto conjunto de atribuições que se estendem desde a manutenção da ordem pública, passando pelas informações até à investigação criminal. Tendo em conta as atribuições e competências⁷⁴ que lhe estão cometidas, podemos considerar a PRM como uma polícia administrativa geral ou de segurança pública, e, simultaneamente, uma polícia judiciária.

Para João Raposo, a polícia administrativa em sentido restrito é “a modalidade de polícia que tem por objecto garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem pública e os direitos dos cidadãos”. Enquanto a polícia judiciária é “a modalidade de polícia que tem por objecto a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade” (Raposo, 2006:29). Assim sendo, constituem atribuições próprias de polícia administrativa geral as seguintes: garantir a ordem, a segurança e tranquilidade públicas⁷⁵; o respeito pelo Estado de Direito; a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos⁷⁶;

⁷⁴ Cfr. o n.º 2 do artigo 2º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

⁷⁵ Cfr. o artigo 2º n.º 2 a) da mesma lei.

⁷⁶ Cfr. o artigo 2º da mesma lei.

proteger a propriedade⁷⁷ e adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos⁷⁸.

Não obstante, compete ainda a PRM, enquanto polícia administrativa, a garantia da segurança pessoal dos membros dos órgãos centrais do Estado⁷⁹; garantia da segurança pessoal de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante⁸⁰; organizar, fiscalizar e controlar o trânsito de veículos e pessoas nas vias públicas⁸¹; e organizar o cadastro e proceder à fiscalização de armas, munições e explosivos, com excepção das que estiverem afectas às FADM⁸².

No sentido de polícia judiciária, a PRM através dos serviços de investigação criminal, tem a missão de prevenção e investigação de actos de natureza criminal e realização de actividades atinentes à instrução preparatória dos processos-crime, nos termos da lei⁸³; a realização de diligências requisitadas pelas autoridades judiciárias e o exercício de vigilância e fiscalização de estabelecimentos e locais suspeitos ou propensos à preparação e execução de crimes ou a utilização dos seus resultados⁸⁴. De salientar que é sobre esta modalidade de polícia que se desenvolve, de seguida, o próximo subcapítulo do nosso trabalho.

2.5. A PRM como Órgão de Polícia Criminal (OPC)

Toda a organização e funcionamento dos sistemas policiais estão estruturados a partir de uma matriz composta de algumas missões específicas, sobre as quais se incorporam uma panóplia de funções que variam de país para país. No nosso país, para além da função de prevenção e repressão criminal, a polícia é uma instituição que auxilia os órgãos de administração de justiça, quer o MP, quer os tribunais. O Código de Processo Penal Português define os OPC como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou

⁷⁷ Cfr. o artigo 2º n.º 2 b) da mesma lei.

⁷⁸ Cfr. o artigo 2º n.º 2 c) da mesma lei.

⁷⁹ Cfr. o artigo 3º d) da mesma lei.

⁸⁰ Cfr. o artigo 3º e) da mesma lei.

⁸¹ Cfr. o artigo 3º f) da mesma lei.

⁸² Cfr. o artigo 3º g) da mesma lei.

⁸³ Cfr. o artigo 14.º n.º 1 a) da Lei nº 27/99, de 24 de Maio.

⁸⁴ Cfr. o artigo 14.º n.º 1 b) e c) da mesma lei.

determinados por este Código”⁸⁵. Nesta definição, encontramos uma divisão clássica entre as funções de polícia judiciária e de polícia administrativa, ou seja, a caracterização é de ordem finalística ao definir a polícia judiciária como sendo uma actividade auxiliar quando levada a cabo pela Administração Pública. No entanto, o quadro jurídico moçambicano não define OPC.

Em Moçambique, à PIC, enquanto corpo especial de investigação criminal tecnicamente apetrechado e preparado cientificamente, capaz de fazer face às formas de criminalidade mais complexa, compete-lhe coadjuvar directamente as autoridades judiciárias na instrução preparatória de qualquer processo, colher notícias dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais. É, principalmente, por intermédio da PIC, enquanto OPC, que se materializa a ligação entre a PRM e o MP, entidade que, nos termos da lei, dirige a instrução preparatória dos processos criminais⁸⁶.

No entanto, afigura-se relevante salientar o facto das competências da polícia criminal pertencerem a uma força que está integrada no Comando-Geral da PRM, e consequentemente, a sua colocação na dependência hierárquica do MINT. A passagem da PIC para a Procuradoria-Geral da República⁸⁷ (PGR) é um assunto que tem sido discutido, sem uma decisão definitiva⁸⁸. José Santana afirma que “o sector da investigação criminal necessita de uma reorganização (...), estou a falar da situação que se põe em relação à PIC, se deve continuar no Comando-Geral ou se deve passar para a Procuradoria, eu acompanho as discussões com muita atenção, não querendo defender um ou outro lado, gostaria que se deixasse que a PIC passasse para a Procuradoria”⁸⁹. Contudo, a PIC, como parte da força policial, está sob comando directo do Comandante-Geral da PRM e não do MP.

Assim, a Investigação Criminal tem uma dupla dependência orgânica ou hierárquica em relação ao Comando-Geral da PRM e funcional em relação às autoridades judiciárias. A dependência funcional da PIC face ao MP, segundo Germano Marques da Silva “deve ser qualificada como actividade de Administração de Justiça”

⁸⁵ Conforme o exposto na al. c) do n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto – *Código do Processo Penal Português*.

⁸⁶ Cfr. O artigo 236.º da CRM.

⁸⁷ A Procuradoria-Geral da República é um órgão central do Estado com a incumbência de promover o cumprimento da lei, fiscalizar e controlar a legalidade.

⁸⁸ Vários especialistas moçambicanos têm estado a defender a extinção da PIC e criação de uma Polícia Judiciária, subordinada, de facto, ao MP.

⁸⁹ Vide, o anexo 5, entrevista ao Superintendente Principal da PRM – José Lino Santana, pergunta 18.

(Silva, 2008:283-284). Assim sendo, a PIC coadjuva o MP no exercício das funções processuais, ou seja, na investigação criminal que é levada a cabo na instrução preparatória, e fá-lo sob a directa orientação dos magistrados do MP. Por seu turno, Damião da Cunha, pronunciando-se especificamente sobre a temática, explica que “o modelo de relacionamento entre autoridades judiciárias e polícias (...) é, de facto, denominado de modelo de dependência funcional. Assim, a opção em favor de um modelo de dependência funcional (...) visa garantir, por assim dizer, uma unidade de actuação na actividade de investigação que abrange a prevenção e a repressão, mas, do mesmo modo, a preservação da responsabilização, constitucional e legal, face às duas áreas de actuação, em que intervém a polícia” (Cunha, 2006:97-98).

A dependência funcional significa que não há subordinação hierárquica dos OPC às autoridades judiciárias, apenas no que respeita ao concreto exercício da função processual em que a PIC coadjuva as autoridades judiciárias, actuando então como órgão auxiliar da administração justiça. O facto da PIC se encontrar sob a dependência funcional das autoridades judiciárias não invalida a sua independência orgânica e a autonomia técnica e tática⁹⁰, que é exercida de acordo com a cadeia de comando interno. Sendo certo que a investigação criminal exige o domínio de técnicas, o conhecimento de variáveis estratégicas e a disponibilidade de recursos logísticos que são geralmente atribuídos, no caso concreto de Moçambique, à PIC como OPC.

No âmbito da sua autonomia técnica e tática, cabe vulgarmente aos OPC a competência para definir o campo das investigações criminais, mesmo quando iniciem as investigações na sequência de uma determinação da autoridade judiciária, à excepção dos casos em que a participação daqueles se limite à prática de actos processuais singularmente ordenados por autoridade judiciária⁹¹. Não podemos deixar, ainda, de relevar que o MP ao assumir a direcção do processo, e por não dispor seguramente de preparação técnica para a investigação, é auxiliado e tem na sua dependência funcional a PIC, para a actividade material de busca, interpretação e recolha de indícios de crime, de forma a poder construir juridicamente a sua decisão processual.

⁹⁰ Autonomia tática consiste na opção pela melhor via e momento de cumprir as atribuições legais. No entanto, a autonomia tática não traduz um princípio de oportunidade na realização da investigação. Esta é desenvolvida num quadro orientado pelo critério de legalidade, pelo que o conceito de autonomia técnica exclui quaisquer parâmetros de oportunidade e conveniência, enquanto critério ou fundamento de condicionamento do início de investigações ou de realização de diligências. Deste modo, a autonomia técnica consiste na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos adequados de agir. No entanto, para cumprir eficaz e eficientemente a direcção do processo, é necessário ao MP dispor de alguns conhecimentos, que à partida, são conhecimentos técnicos de investigação.

⁹¹ Esta situação é muito comum, sobretudo nos casos de crimes particulares e/ou semi-públicos.

O MP é o *dominus* da instrução preparatória no processo penal moçambicano. É nesta fase que a investigação criminal assume especial relevância. A questão coloca-se em relação à materialização do domínio do MP, havendo autores que defendem que os magistrados devem combater uma certa passividade na fase da instrução preparatória do processo de forma a evitar o “perigo da policialização da investigação criminal” (Rodrigues cit. in Valente, 2004b: 15). Neste sentido, para evitar esta policialização da instrução preparatória, alguns autores defendem que é fundamental que o MP acompanhe e conheça as investigações que estão a ser levadas a cabo pelos OPC, materializando, dessa forma, uma efectiva direcção da instrução preparatória, tal como afirma Lourenço de Sousa, é “fundamental para uma saudável coesão desejável entre os diversos órgãos de polícia criminal” (Sousa, 2007: 219).

Porém, Guedes Valente defende que a solução para combater o “perigo de policialização da investigação criminal” passa pela consciencialização, quer por parte dos OPC, quer por parte do MP, de que o MP é o *dominus* da instrução preparatória e que a relação com os OPC deve ser baseada nos princípios da coadjuvação, da direcção e da dependência funcional (Valente, 2004b: 14). Partilhamos da opinião de Ana Hipólito que entende que “não caminhamos para uma policialização da instrução preparatória, mas devemos caminhar sim para a eficácia da investigação criminal, desempenhando os órgãos da administração da justiça o seu papel, para se alcançar uma investigação criminal, eficiente e eficaz” (Hipólito, 2010:16).

É de realçar que não existe qualquer subordinação hierárquica entre a PIC e as autoridades judiciais, apenas no que respeita ao concreto exercício da função processual em que a PIC actua como órgão auxiliar da administração da justiça. Como refere Lourenço de Sousa, “sendo certo que a titularidade e direcção do inquérito pressupõe a atribuição ao MP de competências, poderes e funções alargados, tal não significa, porém, que a investigação criminal deva ser levada a cabo directa e materialmente por si”, (Sousa, 2005:208).

Decorre ainda, da *Constituição* e da Lei⁹² que o MP, ao assumir a direcção do processo, e por não dispor seguramente de preparação técnica para a investigação, será auxiliado e terá na sua dependência funcional os OPC, por exemplo, para a actividade material de buscas, interpretação e recolha de indícios do crime, de forma a poder construir juridicamente a sua decisão. Segundo Paula Marques de Carvalho, “a notícia

⁹² Cfr. o artigo 236 da CRM e das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto.

do crime⁹³ é condição indispensável para a abertura do inquérito e consequentemente, para o início da investigação criminal pelo Ministério Público” (Carvalho, 2009:41). O artigo 7.º do Decreto-lei n.º 35007, de 13 de Outubro de 1945, estabelece o dever das autoridades policiais comunicarem ao MP todas as infracções que tenham conhecimento.

Em Moçambique, as denúncias e queixas são recebidas nas esquadras, depois são reduzidas a escrito, elaborando-se o auto que deverá ser remetido à PIC, ou seja, a denúncia é feita ao MP através da PIC. Neste contexto, os agentes da PIC, enquanto OPC, não são verdadeiros sujeitos processuais, mas sim auxiliares dos sujeitos processuais, uma vez que lhes compete coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades processuais, actuando no inquérito sob directa orientação do MP e na sua dependência funcional, apesar de poderem praticar, actos processuais, ou seja, no âmbito das medidas cautelares e urgentes de polícia e de detenção, actos que serão sempre sujeitos a validação pelo JIC⁹⁴.

Na esteira da garantia da ordem, segurança e da tranquilidade públicas, a PIC é órgão auxiliar da administração da justiça por dispor de competência para exercer acção penal, designadamente em relação aos processos-crime, na medida em que auxilia o MP na instrução preparatória⁹⁵. Esta actividade é exercida pelos oficiais da PRM com funções de comando e alguns funcionários da área de investigação criminal, nomeadamente os directores, inspectores e subinspectores, por disporem de competências para, no âmbito da instrução preparatória, ordenar a detenção fora do flagrante delito⁹⁶, embora sujeita à validação pela autoridade judicial competente (o JIC). Com efeito, compete ao MP, no processo penal, em representação do Estado, colaborar com o tribunal na descoberta da verdade, e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções ao princípio da legalidade, competindo-lhe em especial, fiscalizar a actividade processual desenvolvida pela PIC, no âmbito da competência coadjuvatória.

⁹³ No *Código Penal* vigente em Moçambique, os crimes podem ser classificados em público, quando dispensam a denúncia ou queixa para ter lugar o procedimento criminal. Podem ainda ser classificados em semi-públicos, quando a lei exige a queixa da pessoa ofendida ou dos seus legítimos representantes e isto acontece, particularmente nos casos de crimes sexuais. Ainda, há também os chamados crimes particulares, aqueles para cujo procedimento criminal a lei exige além da queixa ou denúncia a acusação particular.

⁹⁴ Cfr. a Lei n.º 2/93, de 24 de Junho, por tratar-se das garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, a *Constituição da República* estabelece que a autoridade judicial é a única competente para decidir sobre a validação e manutenção da prisão sem culpa formada.

⁹⁵ Cfr. Os artigos 17 e 18 do mesmo Decreto-lei n.º 35007.

⁹⁶ Cfr. O parágrafo único do artigo 293º do *Código do Processo Penal de Moçambique*, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 6º da Lei n.º 2/93, de 24 de Junho.

Resumidamente, a actividade processual da PIC na instrução preparatória, enquanto actividade de coadjuvação ao MP e funcionalmente dirigida às finalidades do processo penal, está sujeita aos princípios de objectividade, de estrita legalidade e de colaboração na realização do direito. Estes princípios, que enformam toda a actividade de administração da justiça, também se aplicam a todos órgãos da administração da justiça moçambicana. A dependência funcional da PIC, face aos magistrados do MP, apenas respeita ao concreto exercício da função processual, em que a actividade da PIC no processo penal é qualificada como actividade de auxiliar de justiça.

2.6. Níveis de Investigação Criminal da PRM

A PRM é uma polícia de competências genéricas, sendo a única força policial com competência exclusiva para o desempenho da actividade da investigação criminal. Neste âmbito da investigação criminal o seu trabalho é supervisionado e dirigido pelo MP e pela hierarquia. Tem uma estrutura piramidal profundamente hierarquizada, onde a capacidade de decisão, por norma, parte dos órgãos superiores para os de nível inferior. A sua estrutura orgânica, conforme o artigo 3.º da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, organiza-se nos níveis central (CGPRM), provincial (Comando Provincial da PRM), distrital e esquadras (Comando Distrital da PRM), posto administrativo e de localidades (postos policiais).

Em Moçambique, as esquadras são equiparadas aos comandos distritais⁹⁷ a nível da organização de comando provincial. O comandante de esquadra é o responsável máximo pela subunidade territorial da PRM de dimensão intermédia e é coadjuvado por um Chefe de Secção de Operações que o substitui nas suas ausências ou impedimentos, com as patentes mínimas de inspector⁹⁸ e sargento principal⁹⁹, respectivamente, nomeados pelo Comandante-Geral da PRM, sob proposta do Comandante Provincial. Estas subunidades são responsáveis pela execução das missões da PRM numa

⁹⁷ Cfr. o artigo 1.º n.º 3, alíneas e) e f), do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio. Porém, o Comando distrital é dirigido por um Comandante, com a patente de Superintendente ou Adjunto de Superintendente, em termos funcionais é equivalente às patentes de Intendente ou Subintendente da PSP. No entanto, como o número de Oficiais com este posto não é suficiente para dar respostas às necessidades criadas pela evolução da sociedade, e consequentemente da PRM, existem algumas esquadras que são comandadas por elementos com patentes inferiores, conforme os artigos 33.º e 34.º do mesmo decreto.

⁹⁸ Trata-se do segundo posto de Oficiais da PRM, em termos funcionais é equivalente a patente de Comissário da PSP.

⁹⁹ Em termos funcionais é equivalente ao posto de Chefe Principal da PSP.

determinada área da cidade, vila (distrito) ou parte dela, sendo o principal elo de ligação entre a população e a instituição policial. Cabe ao seu comandante gerir os meios humanos e materiais que tem ao seu dispor, de forma a defender a legalidade democrática, garantir a segurança, liberdade e direitos dos cidadãos.

De uma forma genérica, a estrutura de Investigação Criminal baseia-se em três níveis hierárquicos: central (DNIC), provincial (DIC) e distrital ou local (BIC). Resumidamente, no primeiro nível está a Direcção Nacional de Investigação Criminal, na sua dependência estão as Direcções de Investigação Criminal ao nível dos comandos provinciais, e na dependência destas direcções, estão as BIC, sedeadas nos comandos distritais¹⁰⁰ e esquadras. No entanto, em algumas esquadras com maior área de competência, podem ainda existir postos policiais, estando directamente dependentes das esquadras.

No que respeita ao primeiro nível local, a actividade de investigação criminal é desenvolvida através das BIC¹⁰¹, sedeadas nos comandos distritais e esquadras, podendo estas dispor de um agente de investigação criminal nos postos policiais, desde que um ou mais dos seguintes factores o justifiquem: elevados índices de criminalidade nas respectivas áreas de actuação, densidade populacional, características geográficas e culturais específicas dos respectivos postos administrativos ou localidades, e efectivo de agentes investigadores em número adequado. De sublinhar ainda que a cada BIC corresponde um ramo especializado de serviços, e dentro das respectivas brigadas, existem equipas especializadas na investigação de determinadas categorias de crimes ou formas de execução.

Os comandos distritais e esquadras constituem o núcleo central de toda a actividade policial, tendo em consideração que o procedimento judicial inicia-se, geralmente, com uma queixa ou denúncia às autoridades policiais junto das esquadras quando se trate de crimes cujo procedimento judicial exige denúncia ou queixa das pessoas ofendidas ou outras previstas na Lei ou ainda, quando o facto chega ao conhecimento do MP ou das autoridades policiais¹⁰², nos casos em que o crime não

¹⁰⁰ Como referimos anteriormente, em Moçambique, as esquadras são equiparadas aos comandos distritais.

¹⁰¹ Cfr. o Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio, ao nível dos comandos distritais e esquadra, as BIC são constituídas por uma Área Operativa e uma Área Técnica. E ao nível do posto policial, caso exista, por um agente da BIC. Às brigadas cumpre a execução do serviço de vigilância e investigação que lhes for distribuído pelos inspectores e que será realizado em cooperação por todos os seus componentes, sem prejuízo das missões especiais que cada um competirem. A cada brigada será, em regra, distribuída uma especialidade do serviço.

¹⁰² Cfr. os artigos 5.º e 6.º do CPP moçambicano, os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 35007, de 13 de Outubro.

exige queixa, denuncia ou participação da pessoa ofendida, cujos autos levantados são remetidos à PIC e, este por sua vez, remeterá ao MP¹⁰³ ou ao JIC¹⁰⁴ e Juiz (julgamento).

Desde logo, importa salientar que o facto de as BIC estarem sedeadas nos comandos distritais e esquadras, o comando destas é exercido directamente pelo chefe de brigada, e não pelo comandante distrital ou de esquadra, como se podia imaginar. No entanto, sempre que houver diligências investigatórias, cuja natureza ou dimensão o justifique, as BIC informam através do canal hierárquico o Comandante de esquadra, com conhecimento do Chefe de Operações, podendo utilizar o canal técnico de informações em situações de maior urgência, sem prejuízo do conhecimento logo que possível, à respectiva hierarquia de investigação criminal.

No que respeita ao segundo nível, nos comandos provinciais¹⁰⁵ existe uma DIC que assume a direcção de toda a investigação criminal desenvolvida ao nível provincial e se encontra sob alçada do Director de Investigação Criminal¹⁰⁶. Porém, a este cabe analisar, em coordenação com o chefe de instrução e investigação e os chefes das BIC, o evoluir da criminalidade na área do Comando e as estratégias de prevenção e combate à mesma, de forma a estabelecer prioridades de acção policial; fazer controlos esporádicos, por determinação do Comandante Provincial, com o propósito de recolher elementos que visam propor acções de formação, por exemplo, detectar desvios ou incorrecções dos processos; promover acções de formação, necessárias à manutenção ou melhoria qualitativa do desempenho técnico nas actividades de investigação criminal,

¹⁰³ Em Moçambique, o processo criminal inicia com a instrução preparatória para recolha de provas e formação do corpo de delito, finte necessária para a acusação. A instrução preparatória está atribuída a PIC, sob a direcção do MP, bem como prosseguir com posteriores investigações se alguma acusação for feita. Porém, compete, do ponto de vista funcional, ao MP defender a legalidade, promover a observância geral da lei, representar o Estado junto dos tribunais, dirigir a instrução preparatória dos processos-crime, exercer a acção penal, assegurar a defesa dos menores, ausentes e incapazes, entre outras atribuições.

¹⁰⁴ Cfr. o artigo 64.º da CRM e a Lei n.º 2/93, de 24 de Junho, ao tratar das garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, a *Constituição* estabelece que a autoridade judicial é a única competente para decidir sobre a validação e manutenção da prisão sem culpa formada. Na sequência deste princípio constitucional, constituem funções jurisdicionais, entre outras constantes da lei, a validação e manutenção das capturas, as decisões sobre liberdade provisória, a aplicação provisória de medidas de segurança, as decisões sobre buscas e apreensões de objectos e instrumentos do crime.

¹⁰⁵ Cfr. o artigo 22.º do Decreto 27/99, de 24 de Maio, os Comandos Provinciais são órgãos de implantação territorial que funcionam na directa dependência do Comando-Geral e têm sede nas respectivas capitais provinciais. O Comando Provincial é dirigido por um Comandante Provincial, com a patente de Comissário ou Primeiro-Adjunto de Comissário (equivalente ao posto de Superintendente da PSP), nomeado pelo Ministro do Interior sob proposta do Comandante-Geral da PRM. O Comandante Provincial é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Director de Ordem e Segurança Pública, com a patente de Primeiro-Adjunto de Comissário.

¹⁰⁶ A DIC ao nível do Comando Provincial é dirigida por um Director, com a patente de Primeiro-Adjunto de Comissário ou Adjunto de Comissário (equivalente ao posto de Intendente da PSP), nomeado pelo Ministro do Interior sob proposta do Comandante-Geral da PRM. O Director é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Chefe de Departamento de Instrução e Investigação, com a patente de Superintendente Principal.

tendo como destinatários os elementos do comando provincial nos diversos escalões, particularmente os pertencentes à estrutura da investigação criminal.

No entanto, a coordenação nacional da investigação criminal é assegurada pela DNIC e este constitui o nível central de investigação criminal em Moçambique. Assim, compete exclusivamente à DNIC investigar fenómenos criminais de cariz nacional ou transnacional, apoiar e garantir a coordenação da investigação criminal desenvolvida em todas as suas unidades, nomeadamente no que respeita aos crimes de maior gravidade ou dispersão geográfica, quando cometidos em diferentes comandos provinciais, cuja investigação exija meios e conhecimentos específicos (por exemplo, os crimes económicos) e por determinação do Director Nacional da Investigação Criminal.

Capítulo 3 – A Problemática da Investigação Criminal da PRM

“Os caminhos da verdade trilham-se e marcam-se pela incessante
busca da realidade perfeita construída em liberdade”.

(Guedes Valente, 2009:306).

3.1. A Eficácia da Investigação Criminal em Moçambique

No âmbito das missões atribuídas à PIC enquanto OPC com competências próprias ou delegadas nos termos da Lei, é obrigada a desenvolver diligências de investigação que conduzam à descoberta da verdade material, apontando autores e determinando o grau de responsabilidade e as circunstâncias em que os crimes ocorreram. Contudo, a PIC tem competências genéricas consignadas em lei própria, ou delegadas por autoridades judiciárias que lhe permitem desenvolver actos de investigação criminal tendentes ao esclarecimento dos factos criminais e à detenção dos seus presumíveis autores.

A proliferação de nefastos fenómenos globais, associados a crescentes vagas de criminalidade especialmente organizada, arrastou consigo uma maior sofisticação do acto criminal, tornando o trabalho policial mais complexo e levando-o a uma taxa de sucesso mais reduzida. Queremos com isto dizer que, para uma eficiente e eficaz

operacionalidade da polícia, há que reflectir primeiro na necessidade de recursos humanos e materiais que lhe permitam, com elevado grau de eficácia, melhor prosseguir a sua função decisiva no âmbito da prevenção e investigação criminal, em coordenação com as autoridades judiciárias. Porém, as condições de trabalho da PIC continuam aquém dos desafios que a esta polícia se colocam, quer por falta de meios ou de especialização na investigação de certos fenómenos criminais, como por exemplo, os linchamentos¹⁰⁷, o tráfico de pessoas e órgãos humanos, o tráfico de armas, o branqueamento de capitais, homicídios, roubo, corrupção, entre outros, cuja ocorrência cumpre prevenir e combater.

No entanto, uma polícia tecnicamente preparada contribui para a prevenção geral e constitui um instrumento de dissuasão dos criminosos e, consequentemente, pode merecer a confiança do povo. Tal como refere Augusto Paulino “se o crime não é investigado e reprimido nos termos da lei, se os suspeitos são sistematicamente soltos por falta de prova que deve ser reunida pela PIC, de nada vale a detenção dos suspeitos”¹⁰⁸. Com efeito, a falta de provas implica a ordem de soltura ou absolvição dos suspeitos pelas autoridades judiciárias, após terem revisto a legalidade da sua detenção. Isto tem conduzido à percepção de que os órgãos de administração de justiça não actuam em prol do combate à criminalidade, pressionando-os no sentido de manterem a detenção de suspeitos, apesar da ausência de provas que justifiquem a sua legalidade.

Por outro lado, segundo José Santana “a investigação deficiente dos agentes policiais, baseado (...) [na ideia de] «prender para investigar», tem-se mostrado pouco eficiente, o que leva a que os criminosos sejam soltos ou absolvidos pelas (...) [autoridades judiciárias] ” (Santana, 2010:46). O Estado Moçambicano ainda não conseguiu garantir o acesso à justiça dos seus cidadãos, em especial àqueles que vivem nas áreas rurais ou mais distanciadas. A realidade para muitos moçambicanos é que os tribunais são inacessíveis, aliados a um conjunto de factores, ou seja, dificuldades

¹⁰⁷ Os linchamentos constituem manifestações criminais que preocupam o sistema de justiça criminal e a sociedade em geral, dado o seu impacto social. Contudo, são actos praticados por multidões, com base no incitamento e recurso à violência, que normalmente são dirigidas por duas ou mais pessoas. Podemos referir, a título de exemplo, os acontecimentos ocorridos na Ilha Josina Machel, no Distrito da Manhiça, Província de Maputo, no dia 7 de Outubro de 2008, em que reagindo a reiterados roubos de gado bovino, protagonizados, supostamente, por três jovens, alguns populares decidiram enterrá-los vivos, em consequência do que os mesmos fizeram, perderam a vida, acto que provocou a fúria da família daqueles. Entretanto, a referida família entendeu que o linchamento dos seus entes queridos aconteceu com a anuência do Chefe do Posto Administrativo de Dzonguene, que por via disso, também foi linchado, para logo a seguir e nessa espiral de violência, a população, ter ido por seu turno, queimar a loja de um comerciante local, a quem considerou parte do grupo que linchou o Chefe do Posto. No entanto, o processo tem um arguido preso, que já foi notificado da acusação, encontrando-se os restantes suspeitos em parte incerta.

¹⁰⁸ Trata-se das palavras do Senhor Procurador-Geral da República, Juiz Augusto Paulino, no seu relatório anual à Assembleia da República de 2009, pág. 31.

financeiras e a sua localização física ou geográfica¹⁰⁹. Como resultado, muitos cidadãos continuam a confiar em mecanismos tradicionais de resolução de conflitos¹¹⁰, nomeadamente, tribunais comunitários¹¹¹ e líderes locais¹¹² que são muito mais acessíveis à maioria dos moçambicanos. Importa, também, esclarecer que os cidadãos preferem resolver os seus problemas sociais de forma privada, com a ajuda das autoridades locais, seja dentro da família ou junto da vizinhança, e, se não conseguem chegar a uma decisão sobre o conflito, posteriormente, recorrem às autoridades policiais.

No entanto, José Santana explica que “Moçambique tem um défice de cultura jurídica que se consubstancia na falta do reconhecimento das instituições de justiça. Ou seja, o cidadão moçambicano priva-se do recurso aos tribunais para resolver os problemas que enfrenta. Para os cidadãos moçambicanos, a resolução de uma infracção criminal depende de um ser supranacional, que é Deus ou de um espírito do além e, o recurso a justiça privada¹¹³ é natural, é a forma comum da solução de quaisquer problemas. O pagamento de um serviço jurídico é inexistente, não apenas por não possuir recursos financeiros suficientes, mas também pela falta da cultura de direito que cria o nó de estrangulamento para o acesso à justiça” (Santana, 2010:81).

¹⁰⁹ As enormes distâncias dentro de Moçambique, por exemplo, a costa do país tem quase 2.500 km de comprimento, conjugadas com uma rede de transportes muito pobre, fazem com que a distância que os cidadãos têm de percorrer para chegar aos tribunais é, em muito casos, proibitiva. A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais estabelece que cada província tenha um tribunal provincial e cada distrito tenha um tribunal distrital. Enquanto cada uma das províncias tem um tribunal provincial em funcionamento, existem apenas 93 tribunais distritais operativos, distribuídos pelos 128 distritos de Moçambique.

¹¹⁰ Os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos normalmente funcionam através de um conselho de 4 a 6 conselheiros comunitários, incluindo mulheres. O chefe tradicional preside ao conselho. Estes conselhos funcionam de acordo com as práticas e costumes locais, pelo que existem diferenças entre os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos em diferentes áreas do país.

¹¹¹ Cfr. a lei 4/92, de 6 de Maio, que cria os Tribunais Comunitários. Os tribunais comunitários funcionam nas sedes de posto administrativo ou de localidade, nos bairros ou nas aldeias. Com efeito, compete aos tribunais comunitários deliberar sobre pequenos conflitos de natureza civil e sobre questões emergentes de relações familiares que resultem de uniões constituídas segundo os usos e costumes, tentando sempre que possível a reconciliação entre as partes. Compete ainda aos tribunais comunitários a resolução de ilícitos de pequena gravidade, que não sejam de penas privativas de liberdade e a que se ajustem medidas como: crítica pública; prestação de serviço à comunidade por período não superior a 30 dias; entre outras medidas. Aos tribunais comunitários compete ainda praticar todos os actos de que sejam incumbidos pelos tribunais judiciais. Actualmente, existem mais de 1.653 tribunais comunitários em Moçambique.

¹¹² Referimo-nos aos Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões (em cada 25 talhões/casas), Chefes de dez casas (em cada 10 talhos/casa) e/ou autoridades tradicionais, vulgarmente, denominados por régulos. Em Moçambique, tanto os régulos como os secretários dos bairros possuem legitimidade de dentro de determinadas comunidades para actuar como árbitros na resolução de conflitos. Em suma, cada bairro tem estruturas internas para gerir os conflitos que surjam entre os seus habitantes.

¹¹³ A opção pela justiça privada ou pelos linchamentos é vista como um protesto contra a alegada incapacidade do sistema de justiça criminal perante o recrudescimento da criminalidade. A este propósito, Moçambique ratificou a convenção contra tortura e outras formas de tratamento ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, através da Resolução n.º 8/91, de 20 de Dezembro.

Contudo, segundo as palavras de Augusto Paulino “no sector judiciário, confrontamo-nos com a perspectiva de que se recorre à justiça privada por inacção nossa. O mesmo acontece relativamente à concessão da liberdade provisória, quer mediante caução, quer mediante termo de identidade e residência. Nestes casos, infelizmente, deduz-se que a polícia, a Procuradoria e/ou o Tribunal foram comprados, pelo que se recorre à justiça pelas próprias mãos”¹¹⁴. No âmbito do controlo da actividade de investigação criminal e da legalidade, no contexto do Estado de Direito Democrático, decorre da *Constituição da República*¹¹⁵ que “ao MP compete representar o Estado junto dos tribunais e defender os interesses que a lei determina, controlar a legalidade, os prazos das detenções, dirigir a instrução preparatória dos processos-crime, exercer a acção penal e assegurar a defesa jurídica dos menores, ausentes e incapazes”.

O controlo da legalidade pelo MP incide, entre outros aspectos, sobre a legalidade das detenções¹¹⁶, a observância do cumprimento dos respectivos prazos processuais, a fiscalização do cumprimento da pena, bem como as condições e o regime de reclusão¹¹⁷. No cumprimento dos seus deveres, a PGR enquanto órgão superior do MP, nos seus diferentes níveis (provincial e distrital), através dos seus magistrados tem incrementado, acções de fiscalização na instrução preparatória dos processos-crime junto das esquadras, para garantir a celeridade processual, a melhoria da qualidade dos autos, a garantia do cumprimento dos prazos, o acompanhamento regular do processo até à introdução do feito em juízo e a redução do número de detidos nas celas da PRM a aguardar pela validação e manutenção da detenção pelo JIC.

Por último, podemos concluir que, para garantir uma investigação criminal eficiente e eficaz, a acção dos órgãos da administração da justiça deve alicerçar-se em princípios de governação aberta e participativa¹¹⁸, que constituem ferramentas para a consolidação da democracia e do Estado de Direito, bem assim para a garantia do pleno gozo dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, com destaque para os direitos de defesa, assistência jurídica e patrocínio judiciário.

¹¹⁴ Trata-se das palavras do Senhor Procurador-Geral da República, Juiz Augusto Paulino, no seu relatório anual à Assembleia da República de 2009, pág. 31.

¹¹⁵ Cfr. o artigo 236.º da CRM.

¹¹⁶ Cfr. o artigo 64.º da CRM.

¹¹⁷ Cfr. as alíneas h) e k) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto – Lei Orgânica do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.

¹¹⁸ É de salientar a PGR concorre neste esforço, mantendo em funcionamento a “linha verde do procurador”, onde na última semana de cada mês, o Procurador-Geral da República, o Juiz Augusto Raúl Paulino, concede audiências ao público em geral, para auscultar as suas preocupações e tomar medidas pertinentes.

3.2. Limites da actuação policial na Investigação Criminal

A polícia cumpre a sua missão e alcança prestígio quando veste o manto de bastião da defesa da legalidade e dos princípios consagrados constitucionalmente. O título III, da *Constituição da República de Moçambique*, aprovado em 16 de Novembro de 2004, consagra os direitos, deveres e liberdades fundamentais. A PRM, na sua actuação, guia-se, de uma forma geral, pela *Constituição* e pelas leis ordinárias, ou seja, rege-se pela Lei Orgânica¹¹⁹, pelo Estatuto de Polícia¹²⁰ e pelo Regulamento Disciplinar¹²¹.

O respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos emerge da *Constituição da República de Moçambique* que prevê que “a República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem”¹²². Em Moçambique, tal como refere José Santana “o que se tem verificado é a sistemática violação dos direitos dos cidadãos por parte da polícia, tais como tortura, espancamento e assassinato dos suspeitos” (Santana, 2010:37). É relevante salientar que, são sobejamente conhecidos alguns dos métodos cruéis e degradantes da actuação utilizados por alguns agentes de investigação criminal, para a obtenção de uma prova dos presumíveis autores do crime¹²³.

Desta forma, face a uma *Constituição* que proclama a dignidade da pessoa humana, considera nulas “todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na sua vida privada e familiar, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”¹²⁴. Porém, o artigo 174.º do CPP moçambicano determina que “a confissão do arguido desacompanhado de quaisquer outros elementos de prova não vale como corpo de delito. Ainda que o

¹¹⁹ Cfr. o Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio.

¹²⁰ Cfr. o Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio.

¹²¹ Cfr. o Regulamento Disciplinar do Polícia, aprovado pelo despacho ministerial n.º 5/87, de 26 de Fevereiro.

¹²² Cfr. o artigo 3.º da CRM.

¹²³ A título de exemplo, segundo o relatório da Amnistia Internacional, no dia 11 de Junho de 2009, um agente da Polícia de Investigação Criminal – Alexandre Balate foi condenado pelo homicídio de Abranches Afonso Penicelo e sentenciado a 22 anos de prisão. Porém, a 14 de Agosto de 2007 Abranches Afonso Penicelo foi engodado por telefone para comparecer a um ponto de encontro numa estrada onde foi raptado por pelo menos oito agentes da Polícia de Investigação Criminal que pertencia a uma Brigada denominada “Brigada Mambas”. Eles espancaram-no, injectaram-no com uma substância tóxica, alvejaram-no a tiro e lançaram-lhe fogo. Abandonaram-no num local isolado em Xinavane, a cerca de 120 km a norte de Maputo, pensando que estava morto. Abranches sobreviveu tempo suficiente para ser levado ao Hospital Central de Maputo e contar a sua história à família e a vários agentes da Polícia, da 5.ª Esquadra, antes de falecer a 15 de Agosto em consequência dos seus ferimentos. Esta informação foi consultada em http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Mocambique_Obstaculos_Justica.pdf, disponível no dia 21.03.2012.

¹²⁴ Cfr. o n.º 3 do artigo 65.º da CRM.

arguido tenha confessado a infracção (...) [as autoridades judiciárias deverão] proceder a todas as diligências para o apuramento da verdade, devendo investigar, com todos os elementos de que dispuser, se a confissão é ou não verdadeira”. Desse normativo, concordamos com Guedes Valente, quando afirma que “o investigador criminal não pode actuar contrariamente aos princípios e às normas próprias de um Estado de Direito Democrático e inerentes a um processo penal moderno e baseado no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (Valente, 2004:42).

Assim, apoiamo-nos no raciocínio do ilustre Professor Germano Marques da Silva, quando afirma que “uma força moderna deve respeitar a dignidade das pessoas, dos seus direitos, conjugado com o culto da liberdade e da legalidade” (Silva, 2001:111). O respeito dos cidadãos pela polícia fortalece a eficiência do seu desempenho, dá-lhe consistência legítima e, além de ser um dever ético e legal, constitui também uma imposição material quanto à aplicação da lei. Porém, na investigação criminal sempre que estejam em causa actos que possam de algum modo colidir com os direitos fundamentais dos cidadãos, consideramos imperiosa uma intervenção da autoridade judiciária.

Conforme refere Ana Hipólito, “o sistema de justiça moderno e eficaz tem como base a dignidade da pessoa humana na constante procura da verdade processualmente válida. Por isso, a polícia actua de acordo com os princípios fundamentais do processo penal, procurando a legitimidade, certeza e segurança jurídicas” (Hipólito, 2010:16). Resumindo, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias do cidadão pela polícia legitima a sua actuação. Tal como ensina o ilustre Professor Germano Marques da Silva, “a população está disposta a colaborar com uma polícia que lhe pareça claramente legítima, ou seja, uma polícia que respeite a legalidade, seja tecnicamente eficaz, cumpra os imperativos morais dominantes e seja eticamente responsável” (Silva, 2001:85). O respeito por estes direitos possibilitará uma maior proximidade e maior troca de informação entre a polícia e a comunidade, permitindo uma segurança de qualidade aos cidadãos bem como o reforço da confiança no sistema de administração da justiça.

3.3. Os órgãos que colaboram com a Polícia de Investigação Criminal

A Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança, no âmbito da responsabilidade determina-se que “a ordem, segurança e tranquilidade públicas são asseguradas pela Polícia da República de Moçambique (PRM) e demais instituições criadas por lei, com o apoio da sociedade em geral”¹²⁵. No âmbito da política defesa nacional, a PRM integra também o Comando Operacional do Comando Conjunto Central que é um órgão executivo de acção operativa institucional das Forças de Defesa e Segurança, para analisar, avaliar e delinear estratégias com vista a fazer face a diversas situações emergentes na garantia da segurança nacional¹²⁶. O Comando Operacional do Comando Conjunto Central, é dirigido pelo Presidente da República¹²⁷ na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

A *Constituição da República de Moçambique*, expressa no seu artigo 254.º que “a Polícia da República de Moçambique, em colaboração com outras instituições do Estado, têm como a função, garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”. Contudo, ciente de que a família constitui o núcleo central da sociedade e de que é na família onde o “criminoso” nasce e cresce, o Governo moçambicano tem procurado estreitar os laços de cooperação entre a polícia e a comunidade através do programa policiamento comunitário.

Este programa tem permitido sensibilizar as populações sobre a necessidade de se envolverem em acções de prevenção e combate à criminalidade, denunciando os comportamentos desviantes mas não existe uma estratégia organizada de prevenção criminal. Para além do programa policiamento comunitário, existem outros programas, através dos quais se estreitam relações entre a polícia e a comunidade, como é o caso da integração feita pelo MINT dos Líderes Comunitários¹²⁸, na acção de prevenção e combate à criminalidade.

¹²⁵ Cfr. o artigo 12.º da Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro.

¹²⁶ Cfr. o artigo 6.º do Despacho Presidencial n.º 45/2004, de 2 de Fevereiro.

¹²⁷ O n.º 4 do artigo 164.º da CRM, estabelece que “o Presidente da República é o Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança” e a alínea e) do mesmo artigo refere que “no domínio da defesa e ordem pública, compete ao Presidente da República, nomear, exonerar e demitir (...) o Comandante-Geral e o Vice-Comandante Geral da Polícia (...) e outros oficiais das Forças de Defesa e Segurança...”

¹²⁸ Os Líderes Comunitários são órgãos criados pelo Governo, com o objectivo de zelar pela organização da população nos seus bairros de residência, podendo estes desempenhar um papel importante na resolução de conflitos dentro do mesmo bairro e na prevenção e combate à criminalidade.

O Sistema de Justiça Criminal Moçambicano compreende, fundamentalmente, seis instituições: a PRM, a PGR, os Tribunais, o Sistema Prisional, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica¹²⁹ (IPAJ) e a Ordem dos Advogados de Moçambique. Recentemente foi criado o Conselho de Coordenação da Legalidade e Justiça destinado a coordenar as acções dos órgãos do sector da justiça, mas a PRM não a integra, embora entendamos que deveria fazer parte, tendo em consideração que o procedimento judicial inicia-se, geralmente, com a *notitia criminis* (notícia do crime), ou seja, com uma queixa ou denúncia à esquadra da PRM da zona onde a infracção ou o ilícito criminal se verificou. Esta elaborará o auto de notícia¹³⁰ ou de ocorrência¹³¹ e/ou de um auto de denúncia¹³² conforme a situação e, ainda, um auto de detenção, que remeterá obrigatoriamente ao MP ou ao JIC, no mais curto prazo de tempo¹³³, independentemente de já se ter comunicado a notícia do crime via *fax*, correio electrónico ou telefonicamente.

Segundo o Plano Estratégico da PRM, “o processo penal começa, em regra na polícia, passa pelo Ministério Público e termina no Tribunal mas isto não é uma mera trajetória desinteressada: cada um dos órgãos tem as suas tarefas definidas por lei que são complementadas por outros órgãos, no quadro da divisão de tarefas, o que garante uma maior isenção e transparência. Assim a polícia pode prender o infractor e instruir o respectivo processo mas é ao Ministério Público a quem cabe dirigir a instrução desses processos e deduzir a respectiva acusação e o (...) [juiz] julga os criminosos”¹³⁴. Para reforçar esta afirmação, Paulo Onofre refere que “a actividade de investigação criminal

¹²⁹ O IPAJ é uma entidade pública integrada no sistema da administração da justiça e subordina-se ao Ministério da Justiça. Presta assistência jurídica e apoio jurídico aos cidadãos desfavorecidos. O IPAJ foi concebido para o patrocínio e assistência jurídica gratuita aos necessitados mas, em termos práticos as coisas se passam diferentemente. Dir-se-ia que na maioria dos casos, mesmo naquelas situações em que as pessoas recorrem ao IPAJ porque são necessitadas são obrigadas a desembolsar o pouco que têm para obterem assistência por razões que já explicamos. Assim sendo, em conclusão que o trabalho de apoio e assistência jurídica, em termos práticos não há, salvo algumas excepções. O IPAJ encontra-se representado em 73 dos 128 distritos do país.

¹³⁰ O auto de notícia consigna-se para factos que sejam presenciados pelo autuante ou pelo agente policial. Porém, segundo Manuel Guedes Valente “o auto de notícia, que preenche a figura do conhecimento directo ou próprio por parte da polícia/OPC ou AJ, pode ser levantado ou mandado levantar pela AJ, pela autoridade de polícia criminal «APC», por OPC ou entidade policial sempre que o crime de que tenha tido conhecimento seja de natureza pública – de denúncia obrigatória, conforme n.º 1 do artigo 243.º do CPP [Português]” (Valente, 2009:233).

¹³¹ O auto de ocorrência, também conhecido por participação, elabora-se para os factos de que se tem conhecimento, mas que não foram presenciados pelo agente autuante e que não se compaginam com o auto de denúncia para crimes de natureza semi-pública e particular (Valente, 2009:233).

¹³² O auto de denúncia “compreende o documento elaborado pelo OPC ou pela APC ou pela AJ e destinado a narrar de natureza semi-pública ou particular, *i. e.*, consigna o designado conhecimento indirecto ou por meio de denúncia, ficando esta adstrita a vontade do titular do direito de queixa” (Valente, 2009:234).

¹³³ O código de processo penal moçambicano, estabelece que todos os detidos devem ser presentes ao JIC no prazo máximo de 48 horas após a sua detenção. O juiz apreciará a legalidade da detenção, podendo aumentar esse período até a um tempo máximo de cinco dias, se tal for requerido e devidamente fundamentado pelo MP.

¹³⁴ Cfr. o Plano Estratégico da PRM, Volume I, págs. 42-43.

impõe uma verdadeira simbiose entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal, onde cada uma das partes contribui com aquilo que lhe é inerente e que é necessário à outra parte, órgãos de polícia criminal com as técnicas, táticas e os meios e o Ministério Público como garante da legalidade” (Onofre, 2009:22).

Contudo, o bom relacionamento e uma estreita colaboração frutuosa, adequada e eficaz entre a polícia e os órgãos da administração da justiça são indispensáveis na eficácia da luta contra todas as formas de expressão da criminalidade, para uma investigação criminal eficiente e eficaz, o que exige-se da polícia uma especial sensibilidade e rigor de processos de actuação, esta ligação permite-lhes assim um contacto permanente e sólido com as autoridades judiciais. Neste contexto, Maria de Cândida Almeida explica que “os magistrados do MP e os órgãos de polícia criminal estão predestinados a caminhar, a entender-se e a trabalhar juntos, em nome do Povo e para realização da Justiça” (Almeida, 2003:33). Em suma, também concordamos com José Braz quando afirma que “a investigação criminal constitui, por natureza, um trabalho de equipa, um esforço colectivo desenvolvido por estruturas multidisciplinares cuja acção converge na prossecução de um fim comum” (Braz, 2010:339).

3.4. Factores que influenciam negativamente a Investigação Criminal

A PRM, como referimos anteriormente, está sob a tutela do MINT e tem um Comando-Geral. Cada província tem um comando provincial e cada distrito tem, pelo menos, uma esquadra da polícia. A PRM encontra-se dividida em três ramos, a Polícia de Protecção (PP) com competências equiparadas à PSP e GNR em Portugal na sua actuação como polícia de proximidade, a PIC e as Forças Especiais e de Reserva, divididas em subunidades. Segundo o Plano Estratégico da PRM “o quadro actual dos efectivos da PRM é de cerca de 20.500 agentes policiais, distribuídos pelas categorias que constituem a hierarquia do sector, nomeadamente: Oficiais gerais (em número de 6), Oficiais superiores (238), Oficiais subalternos (2.695), Sargentos (3.308) e Guardas (14.178)¹³⁵. Deste efectivo, cerca de 1.621 agentes pertencente a PIC, repartidos pelos diferentes departamentos em todas as províncias do país¹³⁶.

¹³⁵ Cfr. o Plano Estratégico da PRM, Volume I, pág. 38.

¹³⁶ Vide, o anexo 11, tabela do efectivo existente e necessário na PIC.

Este número é bastante reduzido, se tivermos em conta a superfície do território nacional (799.380 km²), a população (20. 069.738 habitantes)¹³⁷ e, a grande extensão da costa marítima e da fronteira terrestre. Actualmente, o rácio é aproximadamente de 1 polícia para cada 1.089 habitantes, cifra que se situa muito abaixo do padrão internacional de 1 agente para 350/450 habitantes, aceite para garantir uma visibilidade policial bem como a operacionalidade devida. O Plano Estratégico da PRM (PEPRM) está ciente deste problema e um dos seus principais objectivos é o rápido incremento da força policial para cerca de 40.000 agentes. Embora tenha havido recrutamento regular de novos agentes, o seu número tem sido insuficiente para concretizar esta meta ou para compensar a perda de agentes e oficiais afectados pelo vírus de VIH/SIDA e por outras doenças.

No entanto, além da falta de pessoal, a PRM carece de infraestruturas e equipamento adequados, cuja falta afecta a sua eficiência. O problema faz-se sentir, especialmente, nos comandos distritais e nas esquadras da polícia. Nos países em situação de pós-conflito, como o nosso, o apoio internacional é amiúde canalizado mais para os Tribunais e MP, do que para os serviços da polícia. No caso de Moçambique, o apoio à PIC revela-se muito importante para o funcionamento dos tribunais e para o trabalho dos procuradores-gerais, na apresentação de evidências durante os julgamentos.

Tendo em consideração que a actual situação do funcionamento da investigação criminal, nos seus diferentes níveis, apresenta ainda algumas fragilidades decorrentes tanto da própria estrutura orgânica como da não existência de efectivo suficiente¹³⁸, de meios materiais, financeiros e sistema de comunicações e informações, não adequados à realidade actual, o que tem determinado uma prestação de serviços abaixo dos níveis desejáveis, para além de funcionar em infraestruturas que, na sua maioria reclamam grandes reabilitações ou mesmo substituição, devido ao seu estado de degradação¹³⁹. Veja-se por exemplo, o título da seguinte notícia, retirada da *internet* do jornal notícias de Moçambique, de 27 de Abril de 2011, “ A Polícia de Investigação Criminal continua a trabalhar em condições críticas”¹⁴⁰. As condições de trabalho deste órgão continuam aquém dos desafios que se colocam para a realização de um fim específico, o combate à

¹³⁷ Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), do censo realizado no ano de 2007.

¹³⁸ Vide, o anexo 11, tabela das necessidades da DNIC. A DNIC tem um efectivo espalhado por todo o território nacional num total de 1621 agentes, repartidos pelos diferentes departamentos em todas as províncias do país. O levantamento das necessidades efectuado a nível nacional demonstra que o efectivo ideal está longe de ser alcançado (3884), o que representa um défice de 2263 agentes investigadores.

¹³⁹ Cfr. o Plano Estratégico de Desenvolvimento do MINT (2009), pág. 26.

¹⁴⁰ Trata-se do discurso do Senhor Procurador-Geral da República de Moçambique, Juiz, Augusto Raúl Paulino, durante o seu informe anual sobre o Estado Geral da Justiça, à Assembleia da República de 2011.

criminalidade. A falta de preparação técnico-científica, recursos materiais e poderes efectivos para actuar em alguns momentos da investigação criminal são as maiores carências da PIC em Moçambique.

Entendemos que, segundo Augusto Paulino, “sem uma polícia competente, eficaz e cientificamente preparada, de nada vale o dinamismo que se consegue em todas as áreas da administração da justiça”¹⁴¹. A título de exemplo, a maioria das unidades policiais, ao nível nacional, não possuem meios de transporte ajustados às necessidades específicas, muitas vezes por motivos de avaria ou antiguidade. A Investigação Criminal, como referimos anteriormente, depara-se com insuficiência de equipamento para as diversas situações onde a sua presença seja imprescindível, por exemplo, falta de materiais de recolha de elementos de prova, de reagentes químicos, de meios informáticos para criação e gestão de base de dados, entre outras necessidades. Ao longo das entrevistas efectuadas, os autores também se queixaram das dificuldades com que a PRM se tem debatido, essencialmente, a falta de meios técnicos e materiais e escassez de recursos humanos especializados para a área da investigação criminal, que não podíamos de deixar de referenciar.

Segundo José Santana, na polícia moçambicana existem bons investigadores, mas “quanto aos meios materiais, já não se pode falar. Por isso a resposta não é oportuna como se desejaria. Há cidadãos que têm que alocar os seus meios para os investigadores realizarem uma diligência. E neste contexto, aparecem investigadores oportunistas que pensam que as diligências devem ser pagas pelos ofendidos, condicionando a investigação de um ilícito com o pagamento de algum valor monetário”¹⁴². Na mesma perspectiva, Gilberto Correia refere que “o país tem uma investigação criminal ineficiente, ineficaz e fragilizada por problemas internos e externos de diversa índole. Ligados à falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, bem como à estruturação incorrecta desta polícia. Tais problemas, estão a distanciar cada vez mais a instituição dos resultados que a sociedade civil espera dela enquanto elemento do sistema da administração da justiça”¹⁴³.

¹⁴¹ Informação disponível em 16.12.2012 no site: www.jornalnoticias.co.mz.

¹⁴² Vide, anexo 5, entrevista ao Superintendente Principal da PRM, José Lino Santana, pergunta n.º 19.

¹⁴³ Trata-se da intervenção de Gilberto Correia, Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, na cerimónia de abertura do ano judicial de 2012, em Moçambique. Porém, informação disponível em 06.03.2012, no site www.jornalnoticias.co.mz.

Em Moçambique, a atribuição de meios materiais e financeiros é da competência da Direcção de Logística e Finanças do Comando-Geral da PRM¹⁴⁴, através dos recursos financeiros do Orçamento Geral do Estado. É nossa opinião que a racionalização e atribuição dos recursos escassos disponíveis, na base de prioridades, é uma condição *sine qua non* para o melhoramento do desempenho da polícia moçambicana em geral, e particularmente a PIC. Concordamos com Francisco Bagina, ao afirmar que “uma actuação policial mais eficaz e eficiente, como todos desejamos, só será possível se estiverem disponíveis, em tempo útil, os meios necessários, adequados e suficientes. Os instrumentos legais, num Estado de direito, são vitais porque permitem o acesso aos restantes meios, limitam e fundamentam o seu emprego, condicionando muito a sua eficácia e eficiência” (Bagina, 2005:16).

A título meramente exemplificativo, nas unidades e subunidades de investigação criminal, uma preocupação particular surge relativamente às diligências, que têm como objectivos a entrega de notificações policiais e outras comunicações aos suspeitos e/ou ofendidos. Como se pode imaginar, nos comandos provinciais da PRM, estão atribuídas às direcções de investigação criminal, em média uma viatura, impedindo deslocações para certas diligências. Neste sentido, dada a maior dimensão territorial do país, em alguns distritos existem aldeias que distam cerca de 15 a 35 km da vila sede ou do comando distrital da PRM. E dado que os agentes que efectuem tais diligências circulam a pé ou, em alguns casos, de bicicleta¹⁴⁵, gastam frequentemente, muitas horas ou dias para entregar uma simples notificação. Para além da distância que percorrem, acabam viajando em condições difíceis, às vezes caminham à chuva, dormem em condições precárias e passam fome. Além da falta de efectivos, algumas DIC funcionam em infraestruturas extremamente degradadas ou mesmo inadequadas, como acontece, por exemplo, com a DIC das províncias de Maputo e de Cabo Delgado.

A formação do pessoal da polícia, embora constitui um desafio em qualquer parte do mundo, torna-se ainda mais problemática num país como o nosso, com o índice de pobreza absoluta generalizado e um baixo nível de escolaridade. Neste plano, a formação de quadros da PRM é, em geral, assegurada pelas instituições de ensino públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. A formação técnico-policial realiza-se em

¹⁴⁴ Cfr. o artigo 16.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio.

¹⁴⁵ Vide, o anexo 12.

estabelecimentos de ensino policial dentro e fora do país¹⁴⁶. No plano interno a formação de guardas e sargentos realiza-se na Escola Prática da Polícia em Matalane e a formação de oficiais realiza-se na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) em Michafutene. As duas instituições têm a incumbência de realizar cursos de especialização nas diferentes áreas de actividade da polícia.

Contudo, a formação básica em Matalane está ainda longe de satisfazer as necessidades de efectivo da PRM. Embora as inscrições anuais estejam calculadas em 1.200 formandos, que se submetem a um programa de formação com a duração de 9 meses, este número revela-se insuficiente para satisfazer as necessidades da polícia moçambicana. Esta situação é devida a dois factores fundamentais, os 10 anos em que o programa de formação de Matalane esteve paralisado, devido à guerra civil¹⁴⁷ (1976 - 1992) e o impacto do VIH/SIDA na PRM. O ramo de investigação criminal continua a ser um grande desafio. Sendo uma área especializada, a formação dos agentes da PIC requer uma ligação prática ao trabalho diário que o agente terá de desempenhar depois da graduação ou formação de especialização.

Dir-se-á, em jeito de conclusão, e conforme José Braz “é certo que as dificuldades sentidas pela investigação criminal são e serão sempre multifactoriais e, muitas vezes, difíceis de ultrapassar sem o necessário investimento em meios humanos e sem recursos tecnológicos” (Braz, 2010:336). O futuro da investigação criminal passa muito pela aposta forte na formação profissional dos seus quadros, tal como afirma Carlos Comé “é necessário também formação académica e técnicas adequadas dos agentes da área de investigação criminal acompanhada de uma progressão na carreira e salários compatíveis nas diversas especialidades que compõem a PIC”¹⁴⁸.

É nossa convicção que o sector de investigação criminal necessita de uma reorganização. Para tal, a reforma deve começar na formação especializada e capacitação dos agentes, de forma contínua, para melhorar o seu desempenho, passando pela correcta atribuição de meios materiais, tecnológicos, financeiros e terminando numa visão conceptual que leve à transformação desta polícia, num verdadeiro órgão moderno e especializado de investigação criminal e, que se assuma como parte

¹⁴⁶ Quanto à formação fora do país destaca-se a participação de membros da PRM nos cursos de mestrado em ciências policiais em Portugal, a participação em cursos de especialização na Espanha e nos países da África Austral, nomeadamente África do Sul, Botswana e Tanzânia.

¹⁴⁷ A Guerra Civil de Moçambique, também conhecida como “Guerra dos 16 anos” ou “Guerra de desestabilização de Moçambique”, foi um conflito armado que opôs o exército de Moçambique à RENAMO, entre 1976 a 1992, tendo terminado com a assinatura do Acordo Geral de Paz, a 4 de Outubro de 1992.

¹⁴⁸ Vide, anexo 3, entrevista ao Sr.º Director de Investigação Criminal no Comando Provincial da PRM – Manica, pergunta n.º 18.

integrante do subsistema de administração de justiça penal. Porque o grande desafio que hoje se coloca à investigação criminal é o desafio da eficiência na descoberta da verdade material e no combate à criminalidade.

3.5. A necessidade de Plataforma digital de Informação na PRM

O crime na sua essência é um factor de aflição, quebra o bem-estar social e a tranquilidade pública. Por isso, qualquer que seja a sua dimensão pode criar uma inquietação sobretudo às vítimas que a sofrem e às autoridades policiais que promovem a segurança, através da manutenção da ordem pública e da defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. A situação criminal de Moçambique tende a agravar-se devido à sua localização geográfica¹⁴⁹ e à situação económica da população¹⁵⁰, caracterizada por pouca disponibilidade de bens e com valor *per capita* baixíssimo¹⁵¹.

A localização geográfica privilegiada de Moçambique, em comparação com os outros países da região da África Austral, torna-o propício para a proliferação de nefastos fenómenos globais associados a crescentes vagas de criminalidade transnacional grave, desencadeada por determinados grupos criminosos. Com efeito, Moçambique, com uma extensa costa marítima, faz fronteira com 6 países, alguns dos

¹⁴⁹ Cfr. o Plano Estratégico da PRM, dada a sua posição geográfica e fragilidades das suas fronteiras, entre outros factores, a actual capacidade de protecção da fronteira estatal corresponde apenas 17% dos 4.445km da fronteira terrestre já que apenas 641 km se encontram efectivamente protegidos por uma força policial (Força de Guarda Fronteira), que enfrenta graves problemas logísticos.

¹⁵⁰ Cfr. o Plano Estratégico da PRM, os factores que concorrem para a prática da criminalidade em Moçambique, são endógenos e exógenos, ou seja, aqueles que estão intimamente relacionados com factores internos e externos ao país, respectivamente. Como factores internos, salienta-se o estado de pobreza absoluta, que entre outras formas, se reflecte no elevado custo de vida e inflação, no elevado índice de desemprego, no aumento de meninos de rua, mendigos e doentes mentais, e na proliferação de mercados informais facilitadoras de transações de produtos de proveniência ilícita. A fragilidade do sistema de justiça criminal e de controlo social, que entre outras formas se manifesta pelas fraquezas de funcionamento dos órgãos de administração da justiça, pela impunidade dos delinquentes e infractores em geral, pela insuficiência dos recursos humanos qualificados, materiais e financeiros, pela proliferação de armas de fogo em mãos alheias, que são usadas na prática de actos ilícitos e pela prevalência de legislação penal desactualizada, inaplicável e com excessivo formalismo. Em relação aos factores resultantes da influência externa, constata-se que contribuem para o incremento da situação criminal a insuficiente protecção dos 6.960 Km de fronteira estatal, sendo 4.445 km de fronteira terrestre e 2.515 km de fronteira marítima, o que resulta na entrada massiva de cidadãos estrangeiros que motivados por várias razões, se envolvem no crime transfronteiriço. In PEPRM, Vol. I, pág. 28.

¹⁵¹ É notória a riqueza do país em recursos naturais mas o mesmo não se pode dizer em relação aos quadros com formação adequada para a sua exploração e transformação. Tudo isto declina na pobreza absoluta da população que vêm na contingência de sobreviver com valor abaixo de 1 USD por dia. Porém, esta situação é de algum modo, propícia para induzir certas pessoas ao cometimento de ilícitos criminais, sobretudo de índole económico, para a sua sobrevivência.

quais do interior¹⁵², que dele se servem para o transporte das suas mercadorias, incluindo drogas. A vizinhança com a República da África do Sul, um país economicamente mais desenvolvido, propicia não só as relações comerciais com o nosso país, mas também a fácil comunicação das redes criminosas que operam nos dois países e noutros da região.

Sendo a segurança um problema complexo que envolve toda a sociedade, a implementação de novas tecnologias de informação, aplicadas a áreas como a da PRM, pode constituir um instrumento útil, permitindo a constituição de bases de dados de informação policial, informatizadas e acessíveis às unidades policiais. As bases de dados existentes actualmente na PRM são de aplicação sectorial, não estão em rede e não são partilhadas pelas unidades. Como gizámos nos objectivos do nosso trabalho, torna-se necessário propor a quem de direito a criação de uma “base de dados implementada em computadores, e, em funcionamento em rede, sobre informações policiais de grande utilidade em actividades operativas como, por exemplo, dados sobre detidos, viaturas roubadas, mandatos de detenção, bens apreendidos, pessoas desaparecidas, entre outros”¹⁵³.

Pretende-se igualmente, melhorar o sistema de recolha permanente de dados juntos das unidades e subunidades da PRM, tendo em conta que o grau de eficiência dos serviços prestados, quanto ao desenvolvimento de sistemas, quer administrativos, quer policiais, é reduzido. Nota-se no sector da investigação criminal, a insuficiência de equipamento para as diversas situações, onde a sua presença seja imprescindível, por exemplo, meios de pesquisa e recolha de dados ou informações e gestão de bases de dados. O sistema de informação fiável e eficaz entre as unidades e subunidades, a nível nacional, é considerada fundamental quando estão em causa formas mais sofisticadas de criminalidade, pois facilitará a troca de informações policiais visando prevenir e combater o crime organizado transfronteiriço, em coordenação com as demais instituições do sistema de justiça criminal.

Porém, Francisco Oliveira é peremptório nesta questão, ao afirmar que “um dos procedimentos básicos de qualquer investigação criminal passa pela pesquisa e pelo intercâmbio de informações estritamente policiais” (Oliveira, 2004: 89). Por seu turno, Alfredo Barreto realça que “se as informações andarem dispersas, perdem o valor e

¹⁵² Moçambique faz fronteira com 6 países, sendo limitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi (lago Niassa) e pela Zâmbia, a oeste pelo Zimbabwe e pela República da África do Sul e a sul pela Suazilândia e novamente pela República da África do Sul.

¹⁵³ Plano Estratégico da PRM, Vol. I, pág. 55

grande parte do seu interesse, não só porque se tornam inoperantes por falta de tratamento completo, remissivo e globalmente sistematizado, mas porque obrigaria o utilizador a correr de arquivo em arquivo à procura dos dados que lhe interessam para determinada investigação”, (Barreto, 1988:188).

Resumindo, os desafios em termos dos sistemas informáticos são enormes, o fluxo de informação é muito limitado e pouco eficaz, o que resulta na baixa produtividade e eficiência operacional da PRM. No sentido de ultrapassar tais constrangimentos, a adoção de uma estratégia de modernização permitiria melhorar a imagem da polícia moçambicana, a qualidade e eficiência do serviço prestado, de modo a fazer com que a PRM seja vista como uma instituição moderna e confiável ao serviço do país e dos cidadãos.

No âmbito da Política de Cooperação Portuguesa Técnico Policial, entre Portugal e Moçambique, está a decorrer uma acção de assessoria técnica que se destina a assessorar o MINT e os seus serviços técnicos competentes, no desenho, desenvolvimento e implementação de um sistema informático de tratamento e gestão de informação criminal, incluindo a integração ou interligação com os sistemas do Ministério da Justiça e de outras entidades, e o estabelecimento de procedimentos de recolha, tratamento e análise da informação. A este propósito, José Varajão afirma que “as informações devem ser tratadas, seleccionadas e interpretadas com rigor, uma vez que as mesmas, em excesso e sem tratamento, podem vir a criar imobilismo” (Varajão, 2005:48).

Conclusão

Resumidamente, neste momento, procurar-se-à, fazer uma reflexão do estudo elaborado com vista a verificar se os objectivos inicialmente apresentados foram atingidos e se as hipóteses por nós levantadas se confirmam. Relativamente ao primeiro capítulo, iniciou-se com a contextualização histórica do Sistema de Polícia em Moçambique. De seguida, lançaram-se as bases conceptuais sobre as informações policiais e criminais. No seguimento da concepção da importância das informações na investigação criminal, definiram-se informações policiais como sendo “todas aquelas destinadas à prossecução directa das missões legalmente atribuídas a serviços de natureza policial, sejam elas de nível estratégico ou operativo” (Torres, 2005:593).

No domínio das informações policiais inserem-se as denominadas informações criminais, as quais se inscrevem no âmbito da actividade reportada à investigação criminal. Em suma, Pedro Clemente afirma que as informações são um instrumento necessário à prossecução da missão e competências da polícia, pois sem elas, “a polícia é cega, logo inoperante” (Clemente, 2007:394). Uma questão primordial referida foi a análise de informações, visto que é com a análise que as informações ganham uma importância fundamental no auxílio à investigação criminal. Por último, tratamos dos sistemas e níveis de informação que se apresentam como um instrumento no desenrolar da actuação policial e da produção de informações.

No segundo capítulo tratamos da investigação criminal na PRM, em que fazemos referência ao seu enquadramento legal, sendo que na sua génese, a PIC é herdeira da trajectória funcional desenvolvida pela sua predecessora polícia judiciária. Debruçamo-nos igualmente sobre o modelo de investigação criminal vigente na PRM, é o modelo de dependência funcional, tendo o MP o *dominus* da instrução preparatória dos processos-crime, sendo coadjuvado pela PIC enquanto OPC, salvaguardando sua autonomia técnica e táctica, na prevenção e combate à criminalidade.

A polícia e o MP enquanto órgãos de administração da justiça em Moçambique, exige-se-lhes uma relação funcional baseada em procedimentos e num diálogo institucional que garanta a eficácia, a legalidade, a isenção e a objectividade na aplicação da justiça penal. No entanto, ainda neste capítulo, fez-se referência aos limites de actuação policial e concluiu-se que, a *Constituição da República de Moçambique*, impõe á polícia, no exercício das suas funções, a obediência a lei e o respeito pelo

Estado de Direito Democrático. Tal função, pela importância que se reveste, não pode afastar-se da legalidade que defende e garante, sob pena de perder a legitimidade da sua actuação.

No terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre com a problemática da investigação criminal em Moçambique, reflectindo sobre a falta de recursos humanos especializados, materiais e tecnológicos, e em especial, a falta de uma base de dados para a troca de informação entre os diversos órgãos responsáveis pelas informações na PRM. Em relação às perguntas formuladas, inicialmente no nosso trabalho, podemos concluir que, o actual sistema de investigação criminal da PRM, apesar de ser o resultado de alguns anos de evolução, apresenta ainda algumas fragilidades decorrentes tanto da própria estrutura orgânica como da não existência de algumas facilidades tecnológicas. A troca de informações é considerada importante, carecendo a situação actual desta troca de evolução e difusão, ou seja, os entrevistados consideram que a troca de informação existente actualmente se deve, em muito, à boa vontade e às relações pessoais de determinados elementos policiais entre si, fazendo com que haja o fluxo de informações, muitas vezes, de uma forma informal.

De uma forma geral, cumpre-nos dizer que os objectivos gerais propostos para este trabalho foram atingidos. E, nesta perspectiva, em resposta às perguntas norteadoras da investigação que desenvolvemos, de uma forma sintética, pode-se afirmar que o actual estágio das informações policiais em Moçambique não se afigura tão eficaz, tendo em consideração os constrangimentos anteriormente identificados que limitam a eficácia do esforço cooperativo. Uma das principais dificuldades apontada pelos entrevistados foi, e continua a ser, a falta de uma cultura de troca de informações por parte das unidades, visto que ainda prevalecer as chamadas “quintas” de informações, onde cada unidade realiza uma gestão interna das informações, sem precisar de partilhá-las.

Em relação a situação do funcionamento da investigação criminal em Moçambique, esta caracteriza-se por uma insuficiência de meios humanos, materiais, financeiros, não ajustados às necessidades, nos seus diferentes níveis, para além de funcionar em infraestruturas que, na sua maioria, reclamam grandes reabilitações ou mesmo, substituição. Somos da opinião que a resolução destas deficiências poderá significar o resgate da confiança da actividade policial pelos cidadãos, e de todo o sistema de administração da justiça, bem como a garantia de uma justiça leal, objectiva, com carácter preventivo.

No que concerne às hipóteses apontadas, verificou-se que ambas foram confirmadas positivamente pelos nossos entrevistados. Porém, estes reconheceram que a actual situação do fluxo de informações da PRM é ineficiente, efectua-se em formato papel nos seus diferentes níveis de funcionamento. Em suma e conforme os entrevistados, a partilha de informação existente actualmente se deve, em muito, à boa vontade e às boas relações pessoais de determinados elementos entre si, fazendo com que esta partilha aconteça, muitas vezes, de uma forma informal.

Para concluir, é de realçar que o investimento em meios humanos e técnicos revela-se fundamental: necessita-se um serviço de investigação criminal científica e tecnicamente preparado, apetrechado e dotado de uma estrutura orgânica, com recursos humanos qualificados e especializados e materiais que permitam, com elevado grau de eficácia, melhor prosseguir a sua função decisiva no âmbito da prevenção e investigação criminal, especialmente da criminalidade organizada, em coordenação com as autoridades judiciárias.

Com base nestas hipóteses e nos pressupostos do estudo elaborado, recomendamos a criação, na Investigação Criminal de uma subestrutura de análise da informação criminal. Sugerimos igualmente que a formação dos agentes da PRM seja contínua e especializada, actualizada e que ajude à consolidação do conhecimento e da importância das informações na actuação policial e, em particular, na investigação criminal; que se confira maior ênfase nos *curricula* da Escola Prática da PRM e na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) matérias ligadas à Informações e Investigação Criminal e aos Direitos Humanos.

Não se pretende com esta dissertação resolver todos os problemas que existem na PRM ou apresentar soluções milagrosas. Pretendemos simplesmente demonstrar a importância estratégica das informações na actuação policial e as suas potencialidades, se forem convenientemente exploradas e integradas.

O Autor

Pedro Tangai Ebro

Bibliografia

- Almeida**, Maria Cândida de (2003), *A Direcção do Inquérito e a Investigação Criminal, Conferencias da IGAI – Ano 2002/2003*, Lisboa.
- Andrade**, Cláudia Cristina da Silva (2007), *Informações Policiais: Da regulamentação como Garantia e Segurança Jurídicas dos Direitos Fundamentais do Cidadão*, Policopiada, Lisboa, ISCPSI.
- Bagina**, Francisco António Carrilho (2005), *Combate à Criminalidade, Prevenção da Ordem Pública e Informações Policiais, Curso de Direcção e Estratégica Policial*, ISCPSI, 2004-2005.
- Baptista**, Luísa (1995), trad., *Práticas de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva,
- Barreto**, Alfredo (1988), “Informação Judiciária: aspectos organizativos e meios de identificação”, In *Revista Polícia e Justiça, Loures, n.º 3-4*.
- Bell**, Judith (1993), *Como Realizar um Projecto de Investigação - Um Guia para as Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa, Gradiva.
- Bispo**, António de Jesus (2004), “A Função de Informar”, in *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Lisboa, Prefácio.
- Brandão**, Ana Paula (2004), “Segurança: Um Conceito Contestado em Debate”, in *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Lisboa, Prefácio.
- Braz**, José (2006), *Revista Portuguesa - Polícia e Justiça, Polícia Criminal e sistemas de Coordenação da Investigação Criminal*, Coimbra Editora, III Série.
- Braz**, José (2009), *Investigação Criminal, A Organização, o método e a prova. Os desafios da nova criminalidade*, Coimbra, Edições Almedina.
- Cabral**, José Santos (2007), *Uma Incursão pela Polícia*, Coimbra, Almedina.
- Cardoso**, Maria Teresa Morais (2004), *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Lisboa, Prefácio.
- Cardoso**, Pedro (1993), “As Informações em Portugal”, col. *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.
- Carvalho**, Paula Marques (2009), *Manual Prático de Processo Penal*, 5.^a Edição, Coimbra, Almedina.

- Clemente**, Pedro (2007), “As Informações Policiais - Palimpsesto”, in *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*, Coordenação de Germano Marques da Silva e Manuel Monteiro Guedes Valente, Coimbra, Almedina.
- Clemente**, Pedro (2009), “Polícia - O caminho”, in *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSP em Homenagem ao Superintendente - Chefe Afonso de Almeida*, Coordenação Manuel Monteiro Guedes Valente, Coimbra, Almedina.
- Eco**, Umberto (1991), *Como se Faz uma Tese*, 4.^a ed., tradução de Ana Falcão Bastos e Luís leitão, Lisboa, Editorial Presença.
- Espírito Santo**, Paula (2010), *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Gênese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Sílabo.
- Ferreira**, Arménio Marques (2007), “O Sistema de Informações da República Portuguesa”, in *Estudos de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina.
- Foddy**, William (1999), *Como perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Inquéritos*, Oeiras, Celta.
- Frada**, João José Cúcio (1991), *Guia Prático para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Lisboa, 1.^a ed., Edições Cosmos.
- Garcia**, Francisco Proença (2003), “A Importância das Informações na Condução da Guerra em Moçambique (1964/1974) ”, in *Informações e Segurança*, (Estudos em Honra do General Pedro Cardoso), Lisboa, Prefácio.
- Giannasi-Kaimen**, M. J., & Carrelli, A. E. (2007), *Recursos Informacionais para o Compartilhamento da Informação*, Rio de Janeiro: E-papers.
- Hipólito**, A. C. Casais (2010), “Coordenação da Investigação Criminal”, *dos Mecanismos de Coordenação Existentes na PSP, entre os Órgãos de Polícia Criminal de Competência Genérica e na União Europeia*, Policopiada, Lisboa, ISCPSP.
- Marques**, Fernanda Maria Marchão (2003), “As Polícias Administrativas” in *Estudos de Direito de Polícia, Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002*, Regência do Prof. Jorge Miranda, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1.^o Volume.
- Martins**, Joaquim Júnior (2008), *Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso*, 3.^a Edição, Edições Vozes Limitada.
- Medeiros**, Rúben (2002), *Estudo Exploratório das Informações na PSP, Separata Revista Portuguesa*, II Série, nº 134, ISCPSP.
- IDEM**, (2001), *Estudo Exploratório das Informações na PSP*, Policopiada, Lisboa, ISCPSP.

- Miranda**, Jorge (1994), “A ordem Pública e os Direitos Fundamentais. Perspectiva Constitucional” in *Revista da Polícia Portuguesa*, nº 88, Julho/Agosto, Lisboa, PSP.
- Monteiro**, Ramiro Ladeiro (2004), “Subsídios para a História Recente das Informações em Portugal”, in *Informações e Segurança, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Coordenação de Adriano Moreira, Lisboa, Prefácio.
- Moreira**, Adriano (2007), “Função do Estado”, in *Estudos de Direito e Segurança*, coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Coimbra, Almedina.
- Morgado**, Casimiro (1998), “As Informações e a Investigação Criminal”, in *Informações e Segurança Interna*, Coimbra, ILDA.
- Oliveira**, Francisco da Costa (2004), *A Defesa e a Investigação do Crime, Guia Prático para Análise da Investigação Judiciária e para a Investigação pelos Recursos Próprios da Defesa Criminal*, Coimbra, Almedina.
- IDEM**, (2008), *A Defesa e a Investigação do Crime*, Coimbra, Edições Almedina.
- Oliveira**, J. Ferreira (2006). “As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento” *A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Edições Almedina.
- Pelembé**, António Alfredo (2006), “Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique”, *O papel das comunidades no policiamento comunitário*, II CDEP, Lisboa.
- Pereira**, Rui (1998), “A Produção de Informações de Segurança num Estado de Direito Democrático” in *Informações e Segurança Interna*, Lusíada, Revista de Ciência e Cultura, Série Especial, Coimbra Editora.
- IDEM**, (2005). “Informações e Investigação Criminal”; *I Colóquio de Segurança Interna*, ISCPSI, Almedina.
- Pestana**, Artur (2009), *Secções de Informações: Estudo em quatro Divisões Policiais do Comando Metropolitano de Lisboa*, Policopiada, Lisboa, ISCPSI.
- Pinho**, David Valente Borges de (1984), «A investigação criminal no actual quadro normativo», *Boletim do Ministério Público*, Lisboa, Outubro.
- Raposo**, João (2006), *Direito Policial*, Tomo I, Coimbra, Almedina.
- Rasgão**, José (2004), *Sistemas de Informação para as Organizações: A Informação Chave para a Tomada de Decisão*, Lisboa, Edições Sílabo, 2ª Edição.
- Ratcliffe**, Jerry H. (2003), “Intelligence-Led Policing”, in *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*, n.º 248. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Ribeiro**, João Carlos de Jesus F. (2006). “Combate à criminalidade, Prevenção da Ordem Pública e Informações Policiais”, *Uma abordagem integrada*; 2º CDEP, Lisboa, ISCPSI.

Rodrigues, Victor Manuel Torres (2006), *O Sistema de Informações na Polícia de Segurança Pública: um Instrumento Fundamental de Apoio à Gestão e à Actividade Operacional*, Curso de Direcção Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI.

Santana, José Lino (2010), “A Segurança no Processo Eleitoral Moçambicano – Actuação Policial no Contexto Eleitoral”, dissertação de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Silva, Germano Marques (2008), *Curso de Processo Penal I*, 5.^a Edição, Editorial Verbo.

IDEM, (2000), Seminário – “Polícia e Direitos Humanos”, in, *Polícia Portuguesa*, n.º125, Lisboa, DN/PSP, Setembro/Outubro.

IDEM, (2001), *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa, ISCPSI.

IDEM, (2006), “Da Relevância da Forma dos Actos de Investigação Criminal”, *Modelos de Polícia e Investigação Criminal, a Relação entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária – Actas do 1º Congresso de Investigação Criminal*, Porto.

Sousa, Paulo J. Lopes de (2011), *A Partilha de Informações entre as Forças e Serviços de Segurança e os serviços prisionais: Uma mais-valia*, Artigo apresentado no âmbito da dissertação do ciclo de estudos de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, sob coordenação de Élia Chambel, Manuel Guedes Valente e Paula do Espírito Santo, Lisboa, Almedina.

Sousa, Pedro M. L. Lourenço de (2007), “A análise de informações como contributo para que o Ministério Público ultrapasse uma certa passividade durante a fase preparatória do processo” in *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*, Lisboa, Almedina.

Torres, José Emanuel de Matos (2005), “A Investigação Criminal na PSP: O Modelo Actual e Perspectivas de Evolução ao Encontro do Conceito de Polícia Técnica de Proximidade”, Curso de Direcção e Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2004), *Regime jurídico da Investigação Criminal*, Comentado e anotado – 2.^a Edição Revista e Aumentada, Livraria Almedina.

IDEM, (2009), *Teoria Geral do Direito Policial*, 2^a Edição, Almedina.

Varajão, J., (2005), *Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação*. Lisboa, FCA-Editora de Informática.

Legislação Moçambicana

Código Penal e Legislação Complementar Moçambicana, Maputo, Imprensa Universitária, 2000.

Código Processual Penal Moçambicano, Maputo, Departamento de Investigação e Legislação, 1993.

Constituição da República de Moçambique e Legislação Constitucional, Coimbra, Almedina, 2006.

Constituição da República de Moçambique, (2004), Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo.

Decreto n.º 35042, de 20 de Outubro de 1945 – Organiza os Serviços da Polícia Judiciária.

Decreto nº 27/99, de 24 de Maio – Aprova o Estatuto Orgânico, o Quadro de Pessoal, o Quadro de Funções de Comando, Direcção e Chefia e os Organogramas da PRM.

Decreto-lei n.º 28/99, Aprova o Estatuto da Polícia.

Despacho Presidencial n.º 45/2004, de 2 de Fevereiro, que cria o Comando Conjunto das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique.

Diploma Ministerial n.º 68/2001, de 2 de Maio, que aprova o Estatuto do Ministério do Interior.

Lei 19/92, de 31 de Dezembro – Criação da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, Lei Orgânica do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público

Lei n.º 8/96, de 6 de Julho – Cria o Conselho Nacional de Defesa e Segurança.

Regulamento Disciplinar do Polícia, aprovado pelo despacho n.º 5/87, de 26 de Fevereiro.

Legislação Portuguesa

Código do Processo Penal

Constituição da República Portuguesa Anotada

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Lei de Segurança Interna

Manuais:

Manual de Informações da EPP (2008);

Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique – PEPRM, para o período 2003-2012, Volumes I e II.

Plano Estratégico do Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior - EDMINT, 2008.

Sites consultados da Internet:

http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf;

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/topoption/55/20120116>

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1186378/20120306>

<http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=9898&z=103>

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/old20120107>

<http://www.amnistia->

[internacional.pt/dmdocuments/Mocambique_Obstaculos_Justica.pdf](http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Mocambique_Obstaculos_Justica.pdf),

Anexo 1 – Credencial



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA
DIRECÇÃO DE PESSOAL E FORMAÇÃO

C REDENCIAL

A Direcção de Pessoal e Formação do Comando Geral da PRM, tem a honra de informar a V.Excia que os senhores **Machado Alfredo Matsimbe**, **Pedro Tangai Ebro** e **Adérito Frederico Lobo** são membros da PRM em formação no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Lisboa.

Havendo necessidade de os membros da Polícia supracitados, recolher informações em diversas áreas do Ministério do Interior e do Comando Geral da PRM, com vista a elaboração de tese do fim do curso de Mestrado, estão devidamente credenciados a apresentar se no sector em que V.Excia é digno dirigente para proceder os propósitos acima citados, devendo para isso, receber todo o apoio que solicitarem para o sucesso do trabalho.

MAPUTO, 20 DE JULHO DE 2011
NA AUSÊNCIA DO DIRECTOR

- MANUEL JAMACA -
(1.º Adjunto do Comissário da Polícia)

Anexo 2 - Entrevista a Adrissa Mussa Élias Napovo

Nome do entrevistado: **Adrissa Mussa Élias Napovo**

Cargo/Função: Director de Investigação Criminal no Comando Provincial de Manica

Data: 19/12/2011 Local: Respondida via correio electrónico (Cidade de Chimoio)

Entrevistador: **Pedro Tangai Ebro**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCP SI.

1. Como define o Conceito de informações policiais?

R: Numa perspectiva policial, o conceito de informações policiais pode ser entendido com um produto (conhecimento) resultante do processamento de notícias ou seja ocorrências de carácter policial. Este produto é aquilo a que chamamos de informações relevantes para a actividade da Polícia. Trata-se portanto, de um output com valor acrescentado para a Polícia e que lhe permite compreender algo relacionado com a sua actividade (Shulsky, 2002). Enquanto conjunto de actividades que têm como objectivo obter o conhecimento, este conjunto engloba a recolha e a análise de notícias, dados e factos que foram anteriormente recolhidos (Shulsky 2002).

2. Qual é o actual estágio das informações policiais na Polícia da República de Moçambique (PRM)?

R: O actual estágio das informações policiais na PRM caracteriza-se por melhorias significativas, apesar da falta de meios para o efeito.

3. Como se processam as informações na PRM?

R: Na PRM, as informações são processadas a partir das subunidades até aos órgãos centrais, obedecendo o fluxo e o refluxo das mesmas.

4. Na sua opinião, existe alguma relação entre a estrutura de informações e a estrutura de investigação criminal na PRM?

R: Na minha opinião, sim existe uma relação entre a estrutura de informações e a estrutura de investigação criminal, embora necessita de melhoramento.

5. A não partilha de informações entre as unidades e subunidades da PRM, não poderá pôr em causa a prevenção criminal?

R: Na verdade, não havendo a partilha de informações operativas, pode sim, por em causa a prevenção criminal, pois, é importante que se saiba e se tenha em consideração o *modus operandi* de determinadas quadrilhas para posterior investigação.

6. Que dificuldades que mais se fazem sentir na PRM, na produção de informações?

R: A dificuldade que se faz sentir na PRM, na produção de informações, a falta de informatização do sistema.

7. Quais os principais obstáculos que a PRM enfrenta na troca de informações entre as suas unidades e subunidades?

R: A exiguidade de meios de comunicação, que resulta da falta de instalação nas subunidades policiais de uma base de dados, que permita ter o conhecimento dos procurados e cadastrados. Por outro lado, temos a falta de uma cultura de troca de informações por parte das unidades, ou seja, existem “quintas” de informações nas unidades, cada unidade realiza uma gestão interna das informações que possui e não as partilha com as outras unidades que dela poderão necessitar.

8. Como se pode implementar uma cultura de informações na PRM?

R: Se pode implementar uma cultura de informações quanto tiver sido criadas condições e revitalização dos serviços de inteligência criminal, tendo em linha de conta as mudanças sócio políticas em processo permanente de consolidação.

9. A recolha e análise de informações ao nível das Esquadras? É positiva ou negativa?

R: A recolha e análise de informações ao nível das Esquadras é positiva.

10. Para que o subsistema de informações policiais seja implementado na PRM é necessário, entre outras coisas que se possua elementos especializados na análise de informações “Intelligence”. Estará a PRM preparada para dotar todos elementos que trabalham nesta área com esta formação?

R: De facto para que o subsistema de informações policiais seja implementado na PRM é imperioso que se forme técnicos especializados na análise de informações. A política de formação de tais técnicos terá de ser definido pelos órgãos centrais da PRM, para se garantir a sua uniformidade.

11. Quanto a formação que tem sido ministrada ao efectivo da PRM, tem sido benéfica para o exercício das suas funções?

R: Sim, a formação ministrada ao efectivo da PRM, tem sido benéfica até certo ponto no exercício das suas funções, mas necessita de especialização.

12. O actual fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM faz-se, privilegiadamente, em suporte papel, o que implica na maioria dos casos a demora ou celeridade da troca de informações para a actividade policial. Qual é a sua opinião sobre esta situação?

R: Em minha opinião o fluxo de informações entre as subunidades da PRM, pode sim continuar através do suporte papel, para certas informações e noutras podia ser por meio do uso da informática, para permitir a própria troca das mesmas, bastando para o feito entrar no sistema.

13. A Polícia de Investigação Criminal (PIC), desenvolve algum trabalho de recolha e análise de informações?

R: Sim, a Polícia de Investigação Criminal está dotada de uma área especializada de informação para a recolha, processamento e análise das informações, embora, na minha opinião, necessite de uma nova reformulação, tendo em conta as mudanças sócio-políticas.

14. Como se desenvolve a circulação e troca de informações internamente na PIC?

R: Internamente, as informações circulam com suporte papel.

15. Considera o trabalho desenvolvido pelos elementos da Repartição de Informação Operativa (RIO) ou Secção de Informação Operativa (SIO) como uma boa oportunidade para a recolha de informações?

R: Considero sim como sendo um meio privilegiado, na recolha de informações, o trabalho realizado pelos elementos da RIO ou SIO e, não como uma oportunidade.

16. Na sua opinião, em muitos casos de investigação a demora de resultados está implicada com pouca informação disponibilizada pelos órgãos responsáveis ou pela falta de cooperação entre estes?

R: Na verdade, muitos casos em investigação a demora de resultados está na origem com pouca informação disponibilizada pelos órgãos responsáveis, mas também tem a ver com excesso de burocracia na administração pública, sobretudo naqueles casos em que certas entidades, remetem nos nossos pedido aos seus organismos de tutela, contudo, esforços tendo sido maior para se ultrapassar esta problemática.

17. Em que medida a estrutura de investigação criminal da PRM possibilita a celeridade na troca de informações entre suas unidades e subunidades?

R: A celeridade na troca de informações entre as suas unidades e subunidade é deveras deficitária, devido a exiguidade de meios técnicos que são alocados para o efeito.

18. O que deve ser feito para melhorar o sector de investigação criminal em Moçambique?

R: Para melhorar o sector de Investigação Criminal em Moçambique é necessário autonomizar administrativa e financeiramente e definir uma política de formação e desenvolvimento dos recursos humanos.

19. Os meios humanos e materiais existentes na Polícia de Investigação Criminal estão em altura de dar resposta em tempo oportuno as solicitações dos cidadãos?

R: Sim, estão em altura mas com deficiências técnicas. Os meios humanos e materiais existentes na Direcção de Investigação Criminal, não são suficientes para dar resposta a demanda do trabalho na satisfação das solicitações dos cidadãos.

20. Que projectos estão a ser desenvolvidos para melhorar a área das informações da PRM?

R: Existe um Plano chamado EDMINT, o qual comporta diversas acções a serem realizadas a curto e longo prazos, para potenciar todas as áreas da PRM incluindo a de informações.

Anexo 3 – Entrevista a Carlos Francisco Comé

Nome do entrevistado: **Carlos Francisco Comé**

Cargo/Função: Director de Informação do Ministério do Interior (MINT)

Data: 19/01/2012. Local: Respondida via correio electrónico (MINT-Direcção de Informação)

Entrevistador: **Pedro Tangai Ebro**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSI.

1. Como define o Conceito de informações policiais?

R: São todas aquelas que conduzem a prevenção ou esclarecimento de um crime, isto é, a informação policial pode-se considerar um conjunto de elementos informativos de carácter policial ou ocorrências que dizem respeito à uma prática ou cometimento de um acto criminal ou indiciado ao crime, cujo delito requer um procedimento processual criminal.

2. Qual é o actual estágio das informações policiais na Polícia da República de Moçambique (PRM)?

R: Não estão a ser drenadas e tratadas a 100%. Contudo pode se considerar um estado normal atendendo e considerando as condições económicas, políticas e sociais do país e do estágio actual do desenvolvimento da PRM.

3. Como se processam as informações na PRM?

R: O processamento e a difusão de informações são deficientes pois, vários órgãos e áreas que compõem a PRM não observam as normas e procedimentos definidos para o processamento e difusão das informações, agravado pela gritante insuficiência de meios adequados para o efeito.

4. Na sua opinião, existe alguma relação entre a estrutura de informações e a estrutura de investigação criminal na PRM?

R: Sim, existe uma relação entre a estrutura de informações e a estrutura de investigação criminal da PRM pese embora se verifique a um grau relativamente reduzido.

5. A não partilha de informações entre as unidades e subunidades da PRM, não poderá pôr em causa a prevenção criminal?

R: Pode pôr em causa a prevenção criminal e não só mesmo o combate ao crime de variadas formas.

6. Que dificuldades que mais se fazem sentir na PRM, na produção de informações?

R: Falta de formação e de uma política clara virada para esta matéria. Neste momento nas formações que são ministradas na academia de ciências policiais (ACIPOL) e nos cursos de superação técnica operativa já é tratada esta matéria da produção de informações policiais com alguma objectividade usando-se os materiais adequados. Em resumo pode-se dizer que as dificuldades que mais se fazem sentir na produção de informações na PRM são de formação (Homem formado e preparado na matéria) e logísticas (meios).

7. Quais os principais obstáculos que a PRM enfrenta na troca de informações entre as suas unidades e subunidades?

R: Falta de um sistema de informação devidamente sistematizado e ordenado, isto é, normas e procedimentos que podiam prevenir a fuga de informação e observância do sigilo profissional. A falta de formação dos Agentes da PRM em matéria do Segredo do Estado também é um dos obstáculos principais.

8. Como se pode implementar uma cultura de informações na PRM?

R: Observando-se rigorosamente o cumprimento das normas existentes sobre a matéria. Para o efeito deverão se multiplicar as supervisões e visitas de apoio e controlo às áreas que lidam com informações policiais. O sector que lida com as informações policiais deve ser apetrechado com os meios adequados e o pessoal que trabalha neste devidamente formado e preparado tecnicamente.

9. A recolha e análise de informações ao nível das Esquadras? É positiva ou negativa?

R: É positiva pese embora com deficiências.

10. Para que o subsistema de informações policiais seja implementado na PRM é necessário, entre outras coisas que se possua elementos especializados na análise de

informações “Intelligence”. Estará a PRM preparada para dotar todos elementos que trabalham nesta área com esta formação?

R: Sim, pois há interesse institucional para o efeito.

11. Quanto a formação que tem sido ministrada ao efectivo da PRM, tem sido benéfica para o exercício das suas funções?

R: Nem sempre, porque às vezes não tem nada a ver com a função que a pessoa desempenha.

12. O actual fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM faz-se, privilegiadamente, em suporte papel, o que implica na maioria dos casos a demora ou celeridade da troca de informações para a actividade policial. Qual é a sua opinião sobre esta situação?

R: É necessário a PRM acompanhar a evolução de novas tecnologias para este propósito pois, ainda prevalecem na PRM dificuldades de ordem burocrático em demasia derivadas às características do funcionamento dos órgãos da mesma.

13. A Polícia de Investigação Criminal (PIC), desenvolve algum trabalho de recolha e análise de informações?

R: Sim, através do SIO e do RIO pese embora com algumas dificuldades de ordem logística (Transportes operativos, rádios operativos e outros meios operativos).

14. Como se desenvolve a circulação e troca de informações internamente na PIC?

R: É feita com a observância da hierarquia e ordem superior. Também é desenvolvida através da partilha da mesma informação entre os agentes da PIC que estão a trabalhar um determinado assunto. Também recorre-se a informação escrita que depois é despachada e encaminhada para o seu seguimento. O uso do telemóvel tem sido um dos principais meios de troca de informação dada a flexibilidade e natureza não onerosa.

15. Considera o trabalho desenvolvido pelos elementos da Repartição de Informação Operativa (RIO) ou Secção de Informação Operativa (SIO) como uma boa oportunidade para a recolha de informações?

R: Não o considera como um meio privilegiado na recolha de informações. Devia ser, mas na prática verifica-se com deficiência. Na verdade o RIO e ou SIO

constituem um meio privilegiado na recolha de informações como sendo auxiliares e indispensáveis na busca de informações criminais para o êxito de uma investigação e instrução criminal.

16. Na sua opinião, em muitos casos de investigação a demora de resultados está implicada com pouca informação disponibilizada pelos órgãos responsáveis ou pela falta de cooperação entre estes?

R: Falta de cooperação entre estes, partilha e disponibilização atempada da informação criminal pelos órgãos responsáveis e ou com responsabilidade no esclarecimento e busca da verdade material. Outro factor determinante é a carência de meios financeiros e materiais para a circulação rápida da mesma informação.

17. Em que medida a estrutura de investigação criminal da PRM possibilita a celeridade na troca de informações entre suas unidades e subunidades?

R: Através da utilização adequada dos canais de informação, pois a PIC é um órgão que coordena a distribuição da informação classificada e não classificada com o fim único esclarecer o crime.

18. O que deve ser feito para melhorar o sector de investigação criminal em Moçambique?

R: Formação, equipamento, interesse pela área e profissionalismo. É necessário um investimento sustentável para esta área da investigação, são necessárias infra-estruturas e equipamentos adequados dada a globalização do crime (viaturas operativas, laboratórios com equipamentos e outros meios da investigação).

19. Os meios humanos e materiais existentes na Polícia de Investigação Criminal estão em altura de dar resposta em tempo oportuno as solicitações dos cidadãos?

R: Sim, estão em altura mas com deficiências técnicas.

20. Que projectos estão a ser desenvolvidos para melhorar a área das informações da PRM?

R: O plano estratégico da PRM e a estratégia do desenvolvimento do Ministério do Interior são dois instrumentos que contem projectos que visam melhorar a área das informações nas suas diferentes vertentes.

Anexo 4 – Entrevista a Hugo Telmo Farias

Nome do entrevistado: **Hugo Telmo Rebelo Marques de Farias**

Cargo/Função: Chefe da Repartição de Análise de Informação Criminal da DIC/GNR

Data: 09/01/2012. Local: Comando-Geral da GNR – Largo do Carmo /Lisboa

Entrevistador: **Pedro Tangai Ebro**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSI.

1. Como define o conceito de Informações Policiais?

R: Informação policial é produzida por uma estrutura de informações da polícia e deve ter como fim o apoio a decisão estratégica, ou seja, são todas aquelas que são fornecidas as operações para que estas possam programar operações de prevenção criminal, sejam elas normais ou especiais, medidas normais ou medidas especiais de prevenção criminal, sejam elas para planear o chamado patrulhamento ou policiamento orientado para o problema, para programar métodos de reacção as ocorrências. As informações policiais são mais vastas, a forma de aquisição dessa informação não é muito relevante, desde que não sejam obtidas de forma ilícita. Portanto, as informações policiais relevam para as informações criminais, pois elas identificam fenómenos e tendências criminais, para além de identificar problemas que depois poderão dar origem a processos-crime. As informações policiais constituem informações de apoio a decisão estratégica para o cálculo, definição e planeamento da prevenção criminal e do policiamento orientado para o problema e para a reacção às ocorrências.

2. Na sua opinião, o que entende por Informações Criminais?

R: É toda aquela informação que se torna relevante para apurar a veracidade de um crime, ou seja, para encontrar os autores materiais do crime. Esta é toda aquela informação que é balizada por tudo aquilo que está descrito no código do processo penal. A informação criminal é muito mais restrita e só pode ser obtida de forma lícita e tem muita relevância para o inquérito. No entanto, a informação criminal também pode ser muito importante no apoio à decisão estratégica, quando se encontram os autores materiais de um crime e se percebe os *modus operandi* e se começa a desvendar quem é que actua, a dimensão das redes e a estrutura hierárquica, para depois fazer operações para combater um tipo de criminalidade

específica. As informações criminais são orientadas para encontrar os verdadeiros autores materiais do crime, como é que fizeram, quando é que fizeram, com quem fizeram; todos estes dados relevam para o inquérito criminal.

3. Para si, qual a importância de Informações Policiais para o sucesso da Investigação Criminal?

R: É com as informações policiais que normalmente que se começa. Como é que tomamos conhecimento de um crime? Tomamos conhecimento de um crime porque houve alguém que comunicou esse crime ou porque a Polícia foi a uma ocorrência ou foi chamada a um incidente. As informações policiais são base de tudo o que a Polícia faz, e o processo-crime existe quando a base de prevenção as ocorrências foi ineficaz, verificou-se um crime e não se conseguiu resolver o problema no momento, daí que avança à investigação criminal. Quanto mais informação que tivermos no princípio de uma ocorrência, mais fácil será de investigar e apurar os autores materiais do crime.

4. Na sua opinião, como funciona a rede de informações policiais da PRM?

R: A PRM é uma estrutura profundamente hierarquizada que tem essencialmente três níveis, nomeadamente, o Comando-Geral, os Comandos Provinciais e os Comandos Distritais ou Esquadras, e as Esquadras por sua vez poderão ter Postos Policiais (trata-se do nível mais baixo). A rede de informações policiais da PRM, funciona sempre de baixo para cima; o incidente acontece, a Esquadra ou o Comando distrital produz um relatório que é enviado à sala de operações da província que compila informação toda da ocorrência e que envia para sala de operações do Comando-Geral da PRM. A sala de operações do Comando-Geral da PRM, produz um relatório de informações que é enviada para os departamentos da Polícia e para o Departamento de Estudos, Informação e Plano (DEIPLA), por sua vez o DEIPLA vai compilar e corrigir a informação e envia ao nível superior do Comando-Geral da PRM e do Ministério do Interior.

5. Que dificuldades que mais se fazem sentir na PRM no processo de recolha, tratamento, análise e troca de informações entre as suas unidades e subunidades?

R: Falta-lhes de meios humanos, materiais e tecnológicos especializados para esta actividade. Os agente de investigação e análise criminal, possuem dificuldades para

recolher informação correcta e importante de várias e distribuídas fontes, uma vez que não existir uma base de dados informatizada. A título de exemplo, a análise criminal só é feita a casos específicos, ou seja, quando falamos aqui em tratamento e análise, pouco ou nenhum tratamento e análise conseguimos observar quando estivemos em Moçambique. Uma das grandes falhas existente na PRM, é a análise criminal que não está implementada.

6. Como se pode implementar uma cultura de informações na PRM?

R: A cultura de informação na PRM está implementada, existe uma estrutura dentro PRM (inteligência criminal) que vai procurar a informação, vai saber o que aconteceu; não trata só de informação criminal, também fazem pesquisa para os Comandantes de Esquadras. Todos os relatórios, produzidos pelo Comando da Província são encaminhados ao Comando-Geral da PRM, mais não há retorno dessa informação. Se a província identificar que existe um fenómeno criminal que está acontecer na sua área, em três ou quatro Esquadras vizinhas, simultaneamente, produz-se um relatório para o Comando-Geral, a história repete-se. A troca de informação, vai mais do conhecimento pessoal, de ponto a ponto, porque eu conheço alguém que está no Comando-Geral e o mesmo acontece que alguém do Comando-Geral, conhece alguém que esteja no Comando Provincial; é assim que a troca acontece. Uma troca protocolada que deve ser alimentada no sentido ascendente e descendente, digo sinceramente que isso não acontece e não conseguimos observar na PRM.

7. O que pensa sobre o contributo de uma estrutura como a Direcção de Informações da PRM para a partilha efectiva de informações entre os Órgãos de Polícia Criminal (OPC)?

R: Nós, não detectámos nenhuma Direcção de Informações da PRM, se existe está ao nível do Ministério do Interior. E como eu acabei de dizer, o fluxo de informação vai sempre no sentido ascendente, não temos conhecimento que ela venha de cima para baixo, e quando vem de cima para baixo, apenas destina-se aos Comandantes Provinciais ou para os directores de serviços. Seria fundamental que a informação chegasse.

8. O actual fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM faz-se, privilegiadamente, em suporte papel, o que implica na maioria dos casos a demora ou celeridade da troca de informações para a actividade policial. Qual é a sua opinião sobre esta situação?

R: O fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM acontece; mais com algumas deficiências, ou seja, é muito demorado. Tendo em conta que, todo o processo de partilha de informações, ainda efectua-se em formato papel, ainda não está implementada a plataforma digital de informação. Se tivermos a informação no computador, o seu fluxo é mais rápido.

9. Na sua opinião, a Polícia de Investigação Criminal (PIC), desenvolve algum trabalho de recolha, tratamento e análise de informações?

R: O único trabalho de recolha, tratamento e análise de informações feito na PRM é quando uma determinada província pede ao arquivo central certa informação sobre um indivíduo suspeito, o arquivo central produz toda informação que lhe é pedida sobre o indivíduo suspeito. Esta foi é a única vez que verificamos a informação vem do nível superior ao nível inferior.

10. Na sua opinião, como se desenvolve a circulação e troca de informações internamente na PIC?

R: A circulação ou troca de informações internamente na PIC, como eu acabei de dizer anteriormente, sempre é de baixo para cima e nunca o inverso. A troca transversal, ou seja, ao mesmo nível. Se acontece é porque as pessoas se conhece e é mais de iniciativa individual do que algo protocolado.

11. Os meios humanos e materiais existentes na PIC, estão em altura de dar resposta em tempo oportuno as solicitações dos cidadãos?

R: Obviamente, que estamos a falar de uma estrutura que está a trabalhar com base, ainda no papel, o processo é mais demorado. Ainda, hoje, quando um indivíduo é procurado pela Polícia, entra por uma fronteira do norte de Moçambique e tem um mandado de restrição de entrada no país, essa informação passado três ou sete dias, não terá chegado noutras fronteiras do país; ou seja, o indivíduo foi detectado e a Direcção Nacional de Migração comunica ao CGPRM, por sua vez o CGPRM, tem de disseminar essa informação. O indivíduo pode ser deportado mas passado 24

horas, o mesmo indivíduo pode voltar entrar no país por uma das fronteiras do norte, uma vez que essa fronteira do norte não tem ainda qualquer informação sobre o suspeito. A informação demora, as vezes semanas para chegar aos postos fronteiriços; o mesmo se passa com um indivíduo que comete crime de homicídio em que foi detectado num crime menor noutra Província, esta Província pergunta ao arquivo central, mais a informação sobre o homicídio ainda não está lá; nem o arquivo central consegue dizer que existe um pedido de mandato de detenção sobre o mesmo suspeito. Portanto, há demora no cruzamento da informação. Neste contexto, o sistema tecnológico seria muito ideal para cruzar a informação entre as unidades e subunidades da PRM.

12. O que deve ser feito para melhorar o sector de investigação criminal em Moçambique?

R: Primeiro a nossa proposta foi no sentido de criar uma repartição de análise de informação criminal para tratar, digitalizar toda informação que está no arquivo central. Porém, é muita informação relevante que encontra-se dispersa no arquivo central. Portanto, seria muito importante que a informação que lá está seja tratada e digitalizada tendo em conta que no Arquivo Central existe demasiada informação não tratada. A nossa proposta foi no sentido de que a informação seja digitalizada e informatizada para podermos fazer uma pesquisa através do Número do Processo-crime (NPC) do suspeito. Através de tipologia criminal, dá-nos todos os crimes que aconteceram ou recaem sobre aquele suspeito; depois é necessário cruzar as variáveis para identificar as redes criminosas, sabermos quem é quem, que faz o quê, como é que desenvolvem os fluxos criminais, quem são as pessoas que assaltam os bancos, os que traficam drogas. Na base deste processo, sabe-se individualmente a função de cada elemento da rede.

13. Que projectos estão a ser desenvolvidos para melhorar a área das informações da PRM?

R: Na área de informação eu não posso-lhe dizer nada, mas o que posso-lhe dizer é que na área de investigação criminal e da inteligência criminal fez-se uma proposta para que a área de informação e análise ficasse incluída dentro do arquivo central, porque faz todo sentido que a informação esteja lá dentro, simultaneamente que seja digitalizada toda a informação existente no arquivo central, e que seja a

instalada uma rede informática da PRM em que esteja também ligada as unidades e subunidades. É fundamental que toda informação seja partilhada em todos comandos provinciais, tendo em conta que a fibra óptica já chega em todas capitais provinciais.

14. Um dos pontos fulcrais da nossa entrevista baseia-se com a inexistência de uma base de dados (acessível às unidades policiais, onde toda a informação de âmbito policial e criminal é inserida para futuras consultas) a nível da PRM. O que tem a dizer sobre isso?

R: A base de dados tecnologicamente não existe, mas existe em formato papel no arquivo central, é preciso digitalizá-la e informatizá-la, isso não é difícil nem é caro. Toda a informação que existe em suporte ou formato papel deverá ser introduzida no sistema. Numa primeira fase, o arquivo central precisa de três ou quatro computadores, para inserir toda informação. Seria muito importante que a informação existente no arquivo central fosse tratada e digitalizada.

15. Gostaria de saber se o Senhor Major Hugo Farias, pretende acrescentar alguma coisa relacionado com o nosso tema que não tenhamos tratado ao longo da nossa conversa. Ficamos à sua disposição.

R: Em Moçambique, detectámos que a PRM, mas concretamente na área de investigação criminal, não existe alguém que faz a análise de informação de criminal. Porém, a Repartição de análise de informação criminal é o que lhes faz falta neste momento. É preciso digitalizar a informação que está no arquivo central, criar uma base de dados e começar a criar uma cultura de informação ao nível dos comandos provinciais e introduzir os dados que possuem em computadores. É fundamental que seja ministrado cursos de investigação em todos os níveis, seja nos cursos de ingresso na PRM, particularmente, na Escola Prática; seja nos cursos de progressão na carreira de promoção, seja nos cursos de especialização.

Anexo 5 – Entrevista a José Lino Santana

Nome do entrevistado: **José Lino Santana**

Cargo/Função: Docente e Assessor do Reitor na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL).

Data: 27.12.2011 Local: Respondida via correio electrónico (ACIPOL)

Entrevistador: **Pedro Tangai Ebro**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSI.

1. Como define o Conceito de informações policiais?

R: O conceito de informações policiais é de difícil definição. Partimos de princípio que as informações têm a origem histórica da segurança externa, geralmente acometida aos militares, são eles que pretenderam desde sempre conhecer o inimigo por dentro. Quando se desenvolveu o conceito de segurança interna e com ele surgiu a Polícia, portanto houve a necessidade de se sistematizar a informação necessária a segurança interna. Informações policiais enquadram-se na necessidade de se conhecer o adversário que é todo indivíduo que se comporta de forma contrária a lei.

2. Qual é o actual estágio das informações policiais na Polícia da República de Moçambique (PRM)?

R: A Polícia moçambicana não se difere das outras polícias do mundo, tem os seus serviços de informações que na essência busca toda notícia necessária para as acções operativas e o empenhamento das forças no terreno. Os serviços estão representados a nível nacional que têm autonomia na sistematização das informações e o uso da mesma a nível provincial ou distrital.

3. Como se processam as informações na PRM?

R: Bem, caro colega, na nossa polícia as informações partem das subunidades, refiro concretamente dos comandos distritais e das esquadras até aos órgãos centrais da PRM.

4. Na sua opinião, existe alguma relação entre a estrutura de informações e a estrutura de investigação criminal na PRM?

R: O que quer dizer com estrutura? Se for organização, quero dizer -te que não! Mas se for em termos de recolha e análise posso dizer que sim, embora os órgãos que realizam sejam de estrutura diferente.

5. A não partilha de informações entre as unidades e subunidades da PRM, não poderá pôr em causa a prevenção criminal?

R: A partilha da informação entre as unidades e subunidades operacionais é crucial para o sucesso da missão, que é a prevenção e combate da criminalidade. Tenho a máxima certeza que se as subunidades não partilham as informações não há prevenção e terão dificuldade em combater. Nós sabemos que os agentes policiais estão em número pouco significativo se quisermos aplicar o rácio polícia-cidadão e sabemos também que os recursos são escassos, não há melhor que racionalizar os recursos que pode passar pela partilha dos serviços, inclusive da informação.

6. Que dificuldades que mais se fazem sentir na PRM, na produção de informações?

R: Eu já tinha começado a enunciar algumas dificuldades, dentre as quais a falta de recursos. Nós estamos a seguir os passos de todos países que se desenvolveram depois de conflitos quer externos quer internos. Pensamos ainda que a recolha da informação passa pela compra, ou seja, temos que ter fontes que nos fornecem as notícias em troca de valores monetários. Verificando o rol das dificuldades já imaginas, se não há dinheiro para comprar o papel e a caneta para receber a queixa, que dinheiro terá para pagar as notícias?

7. Quais os principais obstáculos que a PRM enfrenta na troca de informações entre as suas unidades e subunidades?

R: Não sei muito bem, como disse, desde que fui formado, trabalhei sempre na Academia, não tenho tido muitos contactos com as unidades e subunidades operacionais. Posso dizer que a partilha de informação existente actualmente se deve, em muito, à boa vontade e às boas relações pessoais de determinados elementos entre si, fazendo com que esta partilha aconteça, muitas vezes, de uma forma informal.

8. Como se pode implementar uma cultura de informações na PRM?

R: Na minha opinião, o ponto de partida passa por uma formação especializada. Quando tiver oficiais preparados é possível implementar “ a cultura de

informações”. Segundo aspecto importante é que pessoas formadas devem ser colocadas em unidades ou subunidades operacionais ou em unidades ou subunidades que lidam com a produção informação para desenvolverem as suas capacidades na área. O terceiro e último, é que os órgãos de decisão devem exigir relatórios regulares para que os profissionais da área se empenhem mais na produção da informação. Quando estiverem no terreno poderão enfrentar dificuldades cuja solução passa pela partilha e troca permanente de informações.

9. A recolha e análise de informações ao nível das Esquadras? É positiva ou negativa?

R: Sim é positiva mas com algumas deficiências aliadas a falta de formação específica dos agentes, para além de falta de meios humanos e materiais específicos para esta área.

10. Para que o subsistema de informações policiais seja implementado na PRM é necessário, entre outras coisas que se possua elementos especializados na análise de informações “Intelligence”. Estará a PRM preparada para dotar todos elementos que trabalham nesta área com esta formação?

R: O que sei que há recursos humanos disponíveis é promover cursos de formação e o IPAD tem desenvolvido diversos cursos em Moçambique ligados a segurança, todavia ainda não foi realizado o curso desta especialização.

11. Quanto a formação que tem sido ministrada ao efectivo da PRM, tem sido benéfica para o exercício das suas funções?

R: A formação superior tem trazido melhorias para a actividade policial, principalmente a área de atendimento e a elaboração do expediente. Quanto a área operacional, precisamos de melhorar muito. Portanto, posso concluir que a formação não é suficiente para ser um bom profissional, deve-se acompanhar com o contacto permanente com o terreno.

12. O actual fluxo de informações entre as unidades e subunidades da PRM faz-se, privilegiadamente, em suporte papel, o que implica na maioria dos casos a demora ou celeridade da troca de informações para a actividade policial. Qual é a sua opinião sobre esta situação?

R: Se existir uma informação em papel, a dificuldade ser de troca de informações, a situação é menos preocupante. O importante que tenhamos a informação, caminhamos para as novas tecnologias e a informatização das subunidades policiais seria a melhor forma.

13. A Polícia de Investigação Criminal (PIC) desenvolve algum trabalho de recolha e análise de informações?

R: Com certeza, não há investigação sem informações. Na PIC existe uma área de apoio a investigação cuja atribuição é a recolha e o processamento da informação com vista a encontrar os suspeitos.

14. Como se desenvolve a circulação e troca de informações internamente na PIC?

R: A nível da PIC existe o departamento de Instrução e dele faz parte a repartição de informação operativa que apoia a instrução preparatória. O oficial operativo recolhe e sistematiza a informação que será canalizada ao instrutor do processo. Por outro lado, o instrutor tem a capacidade de produzir por si a informação necessária para o processo.

15. Considera o trabalho desenvolvido pelos elementos da Repartição de Informação Operativa (RIO) ou Secção de Informação Operativa (SIO) como uma boa oportunidade para a recolha de informações? Não o considera como um meio privilegiado na recolha de informações?

R: A existência do RIO não impede que os órgãos acometidos a produção de informações policiais desenvolvam a sua actividade. Que é uma boa oportunidade, acredito que sim. E o RIO continuará como o suporte da instrução na produção de informações para a investigação.

16. Na sua opinião, em muitos casos de investigação a demora de resultados está implicada com pouca informação disponibilizada pelos órgãos responsáveis ou pela falta de cooperação entre estes?

R: Não sei se existe demora, o que é facto é que toda a investigação cumpre prazos que a lei processual prevê. Não cumpridos os prazos significa que não estão reunidos os elementos de prova para se acusar o suspeito. Mas como digo, é difícil pronunciar sobre os factos no terreno.

17. Em que medida a estrutura de investigação criminal da PRM possibilita a celeridade na troca de informações entre suas unidades e subunidades?

R: A PIC está estruturada para que as informações fluem. Tem agentes do RIO nas subunidades policiais que servem de elo de ligação com a repartição central e o departamento.

18. O que deve ser feito para melhorar o sector de investigação criminal em Moçambique?

R: O sector de investigação criminal necessita de uma reorganização. Já existem investigadores formados que podem mudar o “status quo” da investigação criminal em Moçambique. As pequenas querelas entre as instituições de tutela da PIC não permitem que a investigação criminal assuma o seu papel de órgão de prevenção e combate a criminalidade. Estou a falar da situação que se põe em relação se a PIC deve continuar no Comando-Geral ou se deve passar para a Procuradoria, eu acompanho as discussões com muita atenção, não querendo defender um ou outro lado, gostaria que se deixasse que a PIC passasse para Procuradoria.

19. Os meios humanos e materiais existentes na Polícia de Investigação Criminal estão em altura de dar resposta em tempo oportuno as solicitações dos cidadãos?

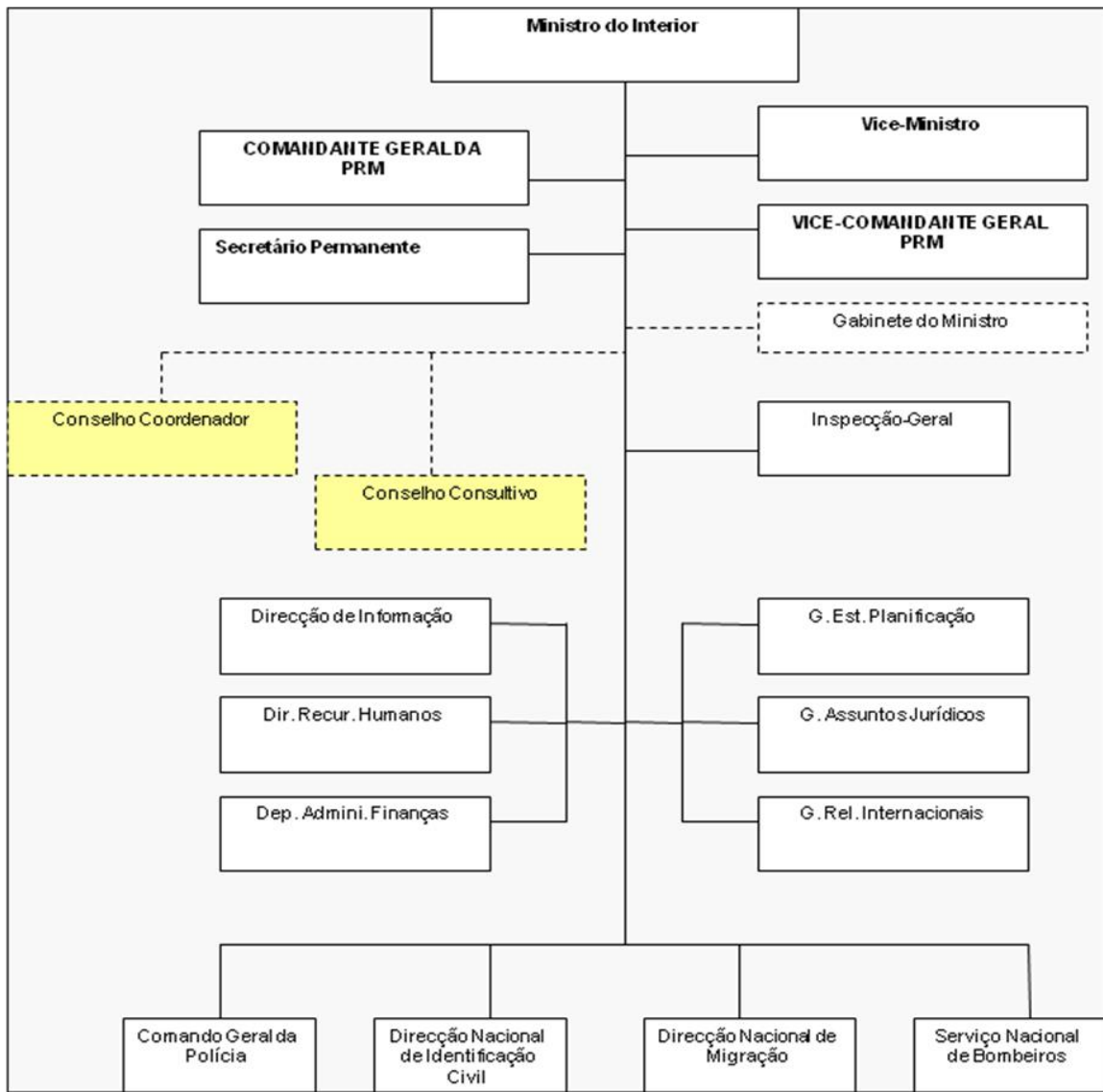
R: Sem dúvidas que existem bons investigadores. Quanto aos meios materiais, já não se pode falar. Por isso a resposta não é oportuna como se desejaria. Há cidadãos que têm que alocar os seus meios para os investigadores realizarem uma diligência. E neste contexto, aparecem investigadores oportunistas que pensam que as diligências devem ser pagas pelos ofendidos, condicionando a investigação de um ilícito com o pagamento de algum valor monetário.

20. Que projectos estão a ser desenvolvidos para melhorar a área das informações da PRM?

R: Em algumas reuniões que participei em representação do Reitor, aponte a necessidade de se revitalizar a actividade de produção de informações policiais e nunca alguém disse o contrário. Mas como imaginas que as opiniões dos teóricos como nos chamam não são objecto de elaboração de projectos.

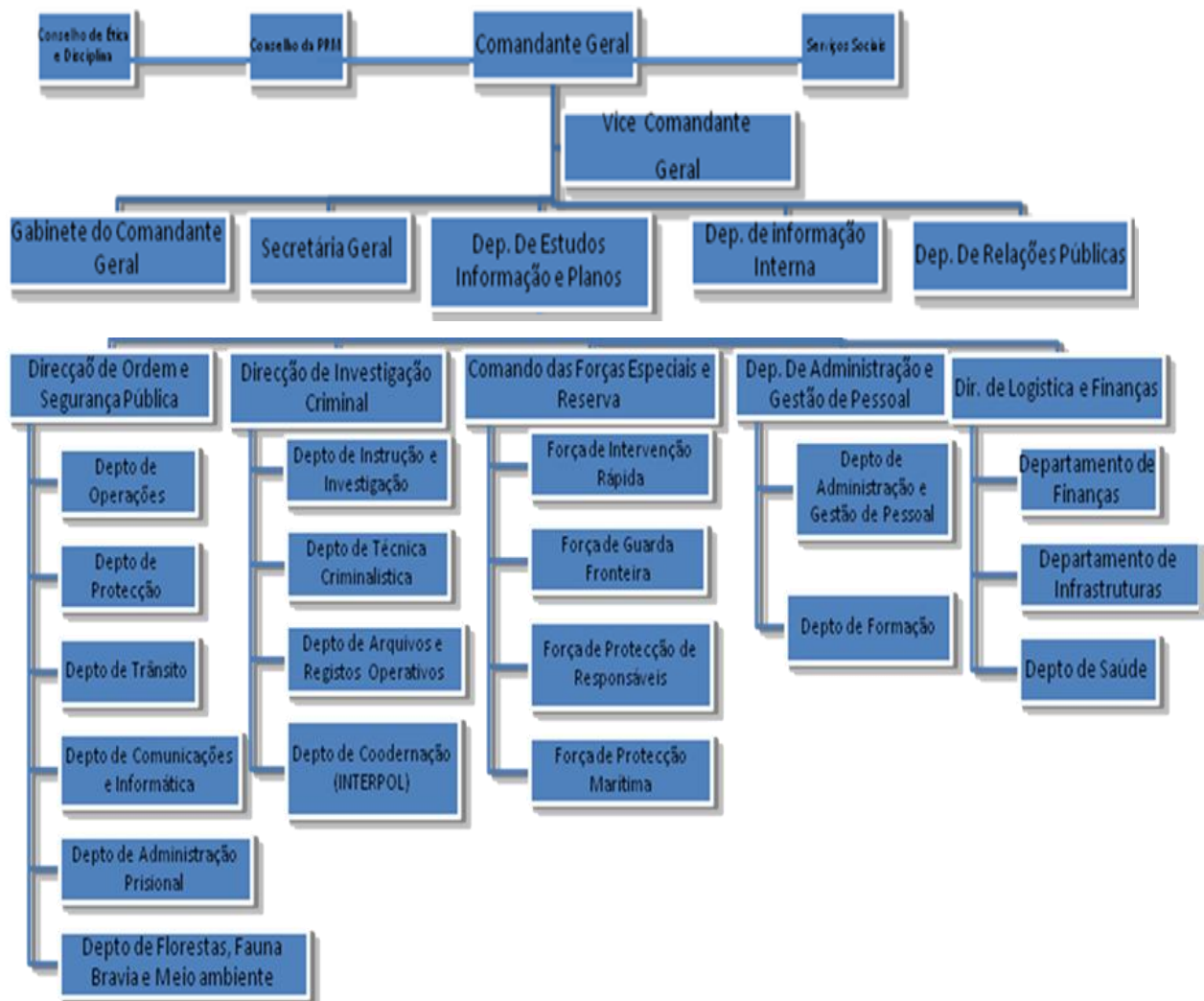
Anexo 6 – Organograma do MINT

Organograma do MINT



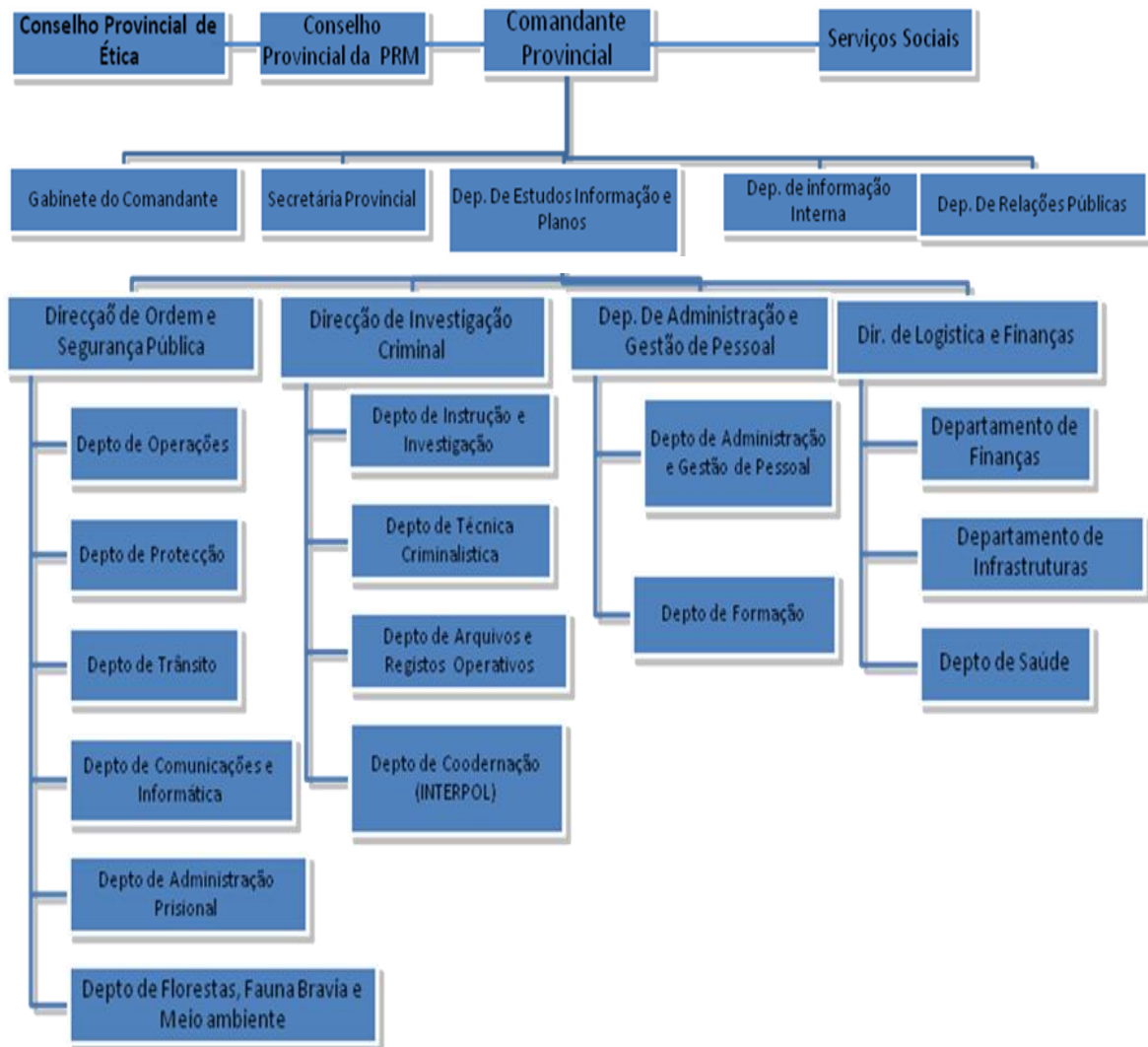
Fonte: Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 68/2001, de 2 de Maio.

Anexo 7 – Organograma do Comando-Geral da PRM



Fonte: Estatuto Orgânico da PRM, aprovado pelo Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio.

Anexo 8 – Organograma do Comando Provincial da PRM



Fonte: Estatuto Orgânico da PRM, aprovado pelo Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio.

Anexo 9 – Organograma do Comando Distrital e de Esquadra da PRM



Fonte: Estatuto Orgânico da PRM, aprovado pelo Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio.

Anexo 10 – Organograma do Posto Policial da PRM



Fonte: Estatuto Orgânico da PRM, aprovado pelo Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio.

Anexo 11 – Tabela do Efectivo Existente e Necessário na PIC

DNIC	Efectivo Real			Efectivo Ideal					Necessidades			
	Dep. I. I. Criminal	Arquivo	Criminalística	Total	Dep. I. I. Criminal	Arquivo	Criminalística	Total	Dep. I. I. Criminal	Arquivo	Criminalística	Total
Departamento Central	36	20	48	104	36	51	93	180	0	31	45	76
Maputo cidade	318	14	12	344	569	47	45	661	251	33	33	317
Maputo Província	141	10	16	167	284	43	26	353	143	33	10	186
Sofala	92	10	12	114	227	44	45	316	135	34	33	202
Nampula	187	14	10	211	357	68	58	483	170	54	48	272
Inhambane	77	6	7	90	217	22	18	257	140	16	11	167
Tete	73	3	3	79	220	29	14	263	147	26	11	184
Gaza	64	2	4	70	210	23	14	247	146	21	10	177
Zambézia	112	7	6	125	260	29	13	302	148	22	7	177
Cabo Delgado	95	5	6	106	228	43	29	300	133	38	23	194
Niassa	67	3	8	78	205	23	16	244	138	20	8	166
Manica	115	9	9	133	230	29	19	278	115	20	10	145
Total	1377	103	141	1.621	3043	451	390	3.884	1666	348	249	2.263

Fonte: Departamento de Administração e Gestão de Pessoal do Comando-Geral da PRM

Anexo 12 – Fotografia



Agente da Polícia da República de Moçambique, deslocando-se numa bicicleta, em missão de serviço.

Fonte: Departamento de Relações Públicas do Comando Provincial da PRM – Zambézia.

Anexo 13 – Jornais

Notícias

Director: Rogério Siteo. Maputo, Segunda-Feira, 16 de Janeiro de 2012

www.jornalnoticias.co.mz

A Polícia de Investigação Criminal enfrenta problemas sérios



Ministro do Interior - Alberto Mondlane

O MINISTRO do Interior, Alberto Mondlane, em recente entrevista ao nosso Jornal, reconhece que a Polícia de Investigação Criminal (PIC) enfrenta sérios problemas para realizar cabalmente a sua tarefa, mas nega que seja uma unidade policial de “faz-de-conta”.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/topoption/55/20120116>

Notícias

Director: Rogério Siteo. Maputo, Terça-Feira, 6 de Março de 2012

www.jornalnoticias.co.mz

A reorganização da Polícia de Investigação Criminal (PIC) é a etapa mais importante e urgente que actualmente se impõe, no âmbito da reforma do sector judiciário em Moçambique, segundo tese do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique.

Para Gilberto Correia, a introdução de reformas na PIC assume-se como um imperativo para que esta possa desempenhar, com rigor, a sua missão no combate ao crime. “Não haverá, nem pode haver resultados palpáveis no combate à criminalidade sem uma reforma profunda e determinada da PIC. Não adianta introduzir melhorias a nível do Ministério Público, dos Tribunais, do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e da advocacia sem que se melhore, e muito, o funcionamento da PIC”, disse Gilberto Correia.

O bastonário, que intervinha semana passada, na capital do país, na cerimónia de abertura do Ano Judicial 2012 disse, à semelhança do que fez em pelo menos duas outras ocasiões do género, que o país tem uma investigação criminal ineficiente, ineficaz e fragilizada por problemas internos e externos de diversa índole. Ligados à falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, bem como à estruturação incorrecta desta Polícia, tais problemas, segundo Gilberto Correia, estão a distanciar cada vez mais aquela instituição dos resultados que a sociedade civil espera dela enquanto elementos do sistema da administração da justiça. Segundo tese defendida pelo orador, a reforma deve começar na formação especializada dos seus agentes, passando pela correcta atribuição de meios materiais, tecnológicos e financeiros e terminando numa visão conceptual que leve à transformação desta Polícia, de um mero departamento da Polícia da República de Moçambique (PRM), para um verdadeiro órgão moderno e especializado de investigação criminal e que se assuma como parte integrante do subsistema de administração da justiça penal.

“A realidade nesta e noutras paragens demonstra que não haverá investigação criminal eficiente com a manutenção de uma cadeia de comando com subordinação

política. O Director Nacional da PIC subordina-se ao Comandante-Geral da Polícia, ao Vice-Ministro do Interior e ao respectivo ministro. Nas províncias, os directores da PIC subordinam-se aos governadores provinciais e ainda à restante estrutura do Ministério do Interior atrás apontada”, frisou Correia.

Segundo ele, este tipo de subordinação pode constituir, em alguns casos, uma porta entreaberta ao tráfico de influências no âmbito da investigação criminal, com todos os efeitos perniciosos nos seus resultados. Como proposta, a Ordem dos Advogados reitera a necessidade de a PIC passar a subordinar-se ao Ministério Público e que o seu director seja um magistrado judicial ou do Ministério Público, em comissão de serviço.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1186378/20120306>

Rádio Moçambique – Antena nacional

www.radiomocambique.com

O Procurador-Geral da República (PGR) de Moçambique, Augusto Paulino, qualificou hoje (quinta-feira) como "ineficaz" a Polícia de Investigação Criminal (PIC) moçambicana, defendendo o apetrechamento da instituição.

Augusto Paulino realçou a necessidade de uma PIC mais competente no combate ao crime durante um debate do Plano Estratégico da instituição, para 2012-2016. A um ano de terminar o mandato, de quatro anos, o PGR moçambicano considerou a PIC "um senão" nos progressos que a administração da justiça alcançou em Moçambique, durante o tempo em que dirigiu a Procuradoria-Geral da República. "Sem uma PIC competente, eficaz e cientificamente preparada, de nada vale o dinamismo que se consegue em todas as áreas da administração da Justiça", sublinhou Augusto Paulino.

A falta de preparação técnico-científica, recursos materiais e poderes efectivos para atuar em alguns momentos da investigação criminal são as maiores carências da PIC, disse o PGR moçambicano. Para demonstrar a gravidade da situação da PIC, Augusto Paulino relatou episódios em que a detenção de suspeitos de crimes depende da sua boa-fé, porque os agentes não têm algemas, armas nem transporte. Apesar dos avanços registados nos últimos anos, segundo Augusto Paulino, os magistrados do Ministério Público moçambicano também enfrentam várias insuficiências, como a falta de conhecimento em matérias especializadas das actividades criminais e de meios. "Uma das fraquezas identificadas no plano estratégico é a fraca qualidade na investigação criminal de processos especializados presididos pelos magistrados do Ministério Público", realçou. Apesar das dificuldades, o PGR afirmou que a instituição conseguiu ultrapassar a estagnação legal no combate à corrupção, expandir o Ministério Público a mais distritos do país e melhorar o relacionamento com outras instituições da Justiça.

<http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=9898&z=103>:

disponível em 2012-02-16 - 19 Horas 49 minutos

Notícias

Director: Rogério Siteo. Maputo, Sábado, 7 de Janeiro de 2012

www.jornalnoticias.co.mz

Edifício da PRM pode desabar em Alto-Molócuè

O edifício do Comando da Polícia da República de Moçambique (PRM), no distrito de Alto-Molócuè, na Zambézia, está na iminência de desabar, em consequência do avançado estado de degradação em que se encontra. Construído em 1944, o edifício está a ruir progressivamente. Os barrotes que sustentam o tecto estão a ceder e as paredes apresentam graves fissuras. Em dias de chuva, os agentes da PRM são obrigados a abandonar o edifício principal do Comando para se abrigar na cozinha que se encontra do outro lado do quintal. O estado de degradação também afecta as celas daquele recinto, colocando em perigo a vida e a segurança dos reclusos. Estudos indicam que a solução do problema passa pela construção de um edifício de raiz. (AIM)

<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/old20120107>: disponível em 08.01.2012
– 20h19min